



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Juliana de Souza Mariano

**A personagem feminina nos romances de Maria Peregrina de
Sousa: ambiguidades e dualidades**

Rio de Janeiro
2015

Juliana de Souza Mariano

**A personagem feminina nos romances de Maria Peregrina de Sousa:
ambiguidades e dualidades**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

M333 Mariano, Juliana de Souza

A personagem feminina nos romances de Maria Peregrina de Sousa: ambiguidades e dualidades / Juliana de Souza Mariano. – 2015.

123f.: il.

Orientador: Sérgio Nazar David.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Sousa, Maria Peregrina de, 1809-1894 – Crítica e interpretação – Teses. 2. Sousa, Maria Peregrina de, 1809-1894. Retalho do mundo – Teses. 3. Sousa, Maria Peregrina de, 1809-1894. Maria Isabel – Teses. 4. Sousa, Maria Peregrina de, 1809-1894. Henriqueta – Teses. 5. Sousa, Maria Peregrina de, 1809-1894. Pepa – Teses. 6. Literatura portuguesa – Séc. XIX – Teses. 7. Sousa, Maria Peregrina de, 1809-1894 – Personagens – Mulheres – Teses. 8. Mulheres na literatura – Teses. I. David, Sérgio Nazar, 1964-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Juliana de Souza Mariano

**A personagem feminina nos romances de Maria Peregrina de Sousa:
ambiguidades e dualidades**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 31 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a Dr^a Cláudia Maria de Souza Amorim
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Carlos Eduardo Soares da Cruz
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

À minha mãe, “amor de raiz, fio de seda”.

AGRADECIMENTOS

À *minha mãe, Nádia*, pela doação diária e irrestrita.

A *meu pai, Romildo*, o herói que me ajudou a compor silêncios.

A *Gustavo Arêas*, que, com o seu amor, tornou-me o dobro do que sou e me provou que “quando se sonha tão grande a realidade aprende”.

À *tia Zélia, dindinha Edna, tia Nalva, tia Dil, vó mainha e vó Lídia (in memorian)*, que são umas guerreiras.

À *Lidiane*, pela alegria sincera.

À *Suzenne Kovacs*, a irmã que a UERJ me deu.

À *Capes*, pela concessão da bolsa durante todo o período de realização deste Mestrado.

À *UERJ*, pelo poder de transformar as frias paredes cinzas em um lar.

Ao *Real Gabinete Português de Leitura*, refúgio de pesquisa e espaço de deslumbre.

A *Sérgio Nazar David*, que me acompanha desde 2007. Minha eterna gratidão à orientação, à confiança, à dedicação, à paciência, ao zelo, à força e à amizade. Obrigada por me levar na sua máquina do tempo. Você mudou a minha vida.

À *Cláudia Amorim*, sempre doce, especial, iluminada e incrível. Obrigada pelas aulas inesquecíveis e pela gentileza de participar da banca. Você é a minha inspiração.

A *Eduardo da Cruz*, pelas indicações preciosas de livros e pela gentileza de participar da banca. Sem saber, você foi meu co-orientador.

Aos meus amigos de infância: *Dayane Lima, Luana Rodrigues e William Santos*, que mostraram que as memórias sempre podem ser renovadas.

Aos amigos que provaram que as amizades feitas no Pedro II são para sempre: *Débora Agum, Hanna Marques, Jéssica Aboud, Guilherme Prada e João Victor (Gaguito)*. Ao Pedro II e a vocês: TUDO!

Aos pinguins *Ramon Azevedo e Maíra Melo*: “e mesmo ausente, é doce sua falta”.

Aos amigos *Maíra Mello e Leandro Maciel*, pelo companheirismo e pela preciosa ajuda na tradução.

A *Wolney Malafaia, Hercules Alberto de Oliveira e Suzete Trovão*, que despertaram minha paixão pelo magistério já no Ensino Médio.

A todos os professores que acompanharam a minha trajetória, seja na Graduação ou no Mestrado, e ajudaram a construir quem eu sou: *Ana Cláudia Viegas, Henriqueta Valladares, Julio França, Luiz Ricardo Leitão, Marco Antônio, Denise Brasil, João Cezar de Castro Rocha, Iremar Maciel Brito, Maria do Amparo Tavares Maleval, Helena Buescu, Marina Machado Rodrigues, Maria Cristina Batalha, Carlos Reis* e muitos outros.

Aos *meus alunos queridos*, que me ensinaram que afeto e educação podem ser sinônimos.

Aos *meus colegas do Pedro II – Campus Duque de Caxias*, que me mostraram que o ambiente de trabalho também pode ser lugar de amor e parceria.

“Não dou as minhas desculpas de ser a primeira a escrever, como dizem ser costume quando uma senhorita escreve a um cavalheiro antes de ter recebido carta dele, porque isto não é escrito d’amores, é carta de negócios. Demais, escrever primeiro, ou escrever depois, tudo é escrever: e as desculpas não fazem mudar nada o caso: são palavras que se decoram e se repetem quando a peça o pede (...).”

(Maria Peregrina de Sousa)

“É a vantagem que os homens teem. Se em casa não são felizes, o mundo que é uma espécie de segunda casa para elles, (se ás vezes não é a primeira), os consola de desgostos domésticos”

(Maria Peregrina de Sousa, 1876).

“Não há nada
que a nossa voz não abra

nós somos as bruxas da palavra”
(Maria Teresa Horta)

RESUMO

MARIANO, Juliana de Souza. *A personagem feminina nos romances de Maria Peregrina de Sousa: ambiguidades e dualidades*. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Pesquisar sobre escritoras portuguesas do século XIX não é tarefa das mais simples. A barreira maior é a escassez de fontes, que se deve, principalmente, ao papel que cabia à mulher na sociedade de oitocentos. Sem direitos políticos e restrita ao espaço privado, deveria estar sempre sob a dependência de um homem. Ao penetrar num espaço que não era o seu, é compreensível que as mulheres que ousaram se afirmar como escritoras o tenham feito a princípio sob o signo do anonimato. É o caso de Maria Peregrina de Sousa (1809-1894). Teve participação profunda nos periódicos literários da época, nos quais publicou romances, poemas e contos populares, utilizando pseudônimos como “Uma obscura portuense”, “Mariposa” ou suas iniciais, “D. M. P.” Por meio de um diálogo com a História, estudamos as obras *Retalho do mundo* (1859), *Maria Isabel* (1866), *Henriqueta: romance original* (1876) e *Pepa* (1846), da qual também fizemos a edição. Nosso objetivo é investigar, nesses textos, como o discurso do senso comum ora se confirma às vezes, ora é desestabilizado, e como algumas personagens poderiam contornar os interditos sociais. Ao trazer essa “obscura portuense” à luz, pretendemos também refletir sobre como uma autora pensava a sua realidade e qual o reflexo disso na sua produção literária.

Palavras-chave: Maria Peregrina de Sousa. Feminino. Século XIX. Literatura.

ABSTRACT

MARIANO, Juliana de Souza. *The female character in Maria Peregrina de Sousa's novels: ambiguities and dualities*. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

It is not an easy task to research about Portuguese female writers from the Nineteenth century. The biggest barrier is the lack of sources, which is mainly due to the role that the women played in the 1800s society. Without political rights and restricted to private areas, these women should always be dependent on men. By entering in an area that does not belong to them, it is understandable that the women who dared to assert themselves as writers have done that using the principle of anonymity. This is the case of Maria Peregrina de Souza (1809-1894). She had a deep involvement in literary periodicals of that time, in which she published novels, poems and folk tales, using pseudonyms such as "Uma obscura portuense" (a porto obscure), "Mariposa" (Moth) or her initials, "D. M. P." Through a dialogue with History, we study the works *Retalho do mundo* (1859), *Maria Isabel* (1866), *Henriqueta: romance original* (1876) and *Pepa* (1846). We also edited the last one. Our objective is to investigate, in those works, how the discourse of the common sense is, sometimes, confirmed and, sometimes, destabilized, and how some characters could have bypassed the social prohibitions. By bringing this "porto obscure" to light, we intend to reflect how a female writer thought about her reality and how this reflected in her writings.

Keywords: Maria Peregrina de Sousa. Female. Nineteenth century. Literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	<i>A mãe a irmã do artista</i> , Berthe Morisot (1870)	16
Figura 2 –	<i>Maria Peregrina de Sousa</i> , In: <i>Revista Contemporanea Portugal e Brazil</i> , Vol. III (1861)	30
Figura 3 –	<i>O banho</i> , Alfred Stevens (1867)	39
Figura 4 –	<i>Uma mulher em sua toailete</i> , Berthe Morisot (1875)	51
Figura 5 –	<i>Mulher ao piano</i> , Pierre-Auguste Renoir (1875)	62
Figura 6 –	<i>Mulher costurando</i> , Pierre-Auguste Renoir (1879)	72
Figura 7 –	<i>No baile</i> , Berthe Morisot (1875)	83
Figura 8 –	<i>Capa do Íris</i> (segundo semestre de 1848)	93

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	HISTÓRIA DAS ESCRITORAS PORTUGUESAS – UMA HISTÓRIA DAS MULHERES	17
2	“UMA OBSCURA PORTUENSE”: TENTATIVA DE FIXAÇÃO BIOGRÁFICA	31
3	AMELIA, CAROLINA E CHRISTINA EM <i>RETALHO DO MUNDO</i>	40
4	<i>MARIA ISABEL</i>	52
5	<i>HENRIQUETA</i>	63
6	<i>PEPA</i>	73
6.1	As personagens femininas em <i>Pepa</i>	74
	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS	88
	ANEXO - PEPA	94

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de algumas inquietações que carregamos há tempos: quem eram as escritoras portuguesas do século XIX? Sobre o que elas escreviam? Por que elas não se tornaram conhecidas como muitos de seus contemporâneos homens? Tentando responder a essas e outras perguntas, ou ao menos propor reflexões sobre elas, é que decidimos realizar esta pesquisa.

A dúvida inicial era de onde partir. Qual escritora escolheríamos? Para isso, recorreremos ao *Dicionário de escritoras portuguesas* (2009), de Conceição Flores, Constância Lima Duarte e Zenóbia Collares Moreira, e um universo até então quase desconhecido se abriu. Das cerca de duas mil escritoras listadas, do século XV à contemporaneidade, detivemo-nos nas do século XIX e, dentre elas, optamos por Maria Peregrina de Sousa (1809-1894).

No verbete destinado a ela, chamou-nos a atenção o pseudônimo que utilizava para mandar os seus escritos para a *Revista Universal Lisbonense*: “Uma obscura portuense”. Resolvemos, então, lançar luz sobre essa escritora, investigar sua trajetória, descobrir as dificuldades que ela enfrentou, ler suas obras e, a partir delas, refletir sobre os papéis femininos presentes no século XIX.

Dona de uma vasta obra, mas ainda dispersa e não sistematizada, Maria Peregrina de Sousa participou ativamente dos periódicos portugueses da época, como *Archivo Popular* – em que fez sua estreia –, *Grinalda*, *Aurora*, *Almanach das Senhoras*, *Pirata* e na já citada *Revista Universal Lisbonense*, publicou poemas, romances e contos populares. Também contribuiu para o *Iris* do Rio de Janeiro, com a singularíssima novela “Pepa”, que editamos e analisamos nesta dissertação. Como afirma Teresa Leitão de Barros (1924), “a sua colaboração era parte obrigada de todo o periódico literário que se prezasse” (BARROS, 1924, p. 180). r4b

Resolvemos nos debruçar sobre os romances porque acreditamos que, ao analisar as personagens femininas, protagonistas ou secundárias, poderíamos conhecer mais a história das mulheres portuguesas do século XIX e, dessa forma, também compreender melhor a situação das mulheres de hoje.

Não se espera, contudo, que as mulheres dos livros de Peregrina sejam uma cópia fiel das mulheres da realidade. Antes de tudo, suas obras representam sua perspectiva, sua visão particular sobre a sociedade em que vivia. Além disso, suas

personagens vivenciam situações caras ao universo feminino: o estigma da bastardia, o temor do adultério, o anseio pela instrução e pela livre escolha no campo dos afetos, o dote, as normas de conduta, as diferenças entre os gêneros impostas pela sociedade.

A linguagem literária propõe ao mundo uma questão que não é das que podem ser respondidas, pela ciência, pela moral ou pela sociologia. Ela não se contenta com ‘fotografar’ uma realidade preexistente; ela interroga o mundo sobre sua realidade e a linguagem sobre sua obsessão de uma adequação perfeita ao ser do mundo. Ela não é uma solução, uma fuga para fora da linguagem e do humano, ela encarna uma nostalgia (LEFEBVE, 1971, p.28-29).

Estudamos *Retalho do mundo* (1859); *Maria Isabel* (1866) e *Henriqueta: romance original* (1876). O primeiro e o terceiro estão disponíveis no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. *Maria Isabel* encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, em Portugal. Optamos por trabalhar essas narrativas porque todas têm, como protagonistas, mulheres. Além disso, as três foram publicadas em livro e englobam o amplo espaço de tempo de produção de Peregrina.

Além dos romances, estudamos também a novela *Pepa* (1848), disponível na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, na seção de periódicos. Há ainda uma cópia na Hemeroteca Digital desta mesma biblioteca. Como essa narrativa não havia sido publicada em livro, demos um passo adiante: fizemos uma edição com fixação do texto obedecendo a critérios “moderadamente conservadores”, utilizados pela “Equipe Garrett”, do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, sob a supervisão geral de Ofélia Paiva Monteiro. *Pepa* foi incluída (e escolhida para edição) por ter sido publicada em primeira mão no Brasil, além de cumprir os outros requisitos de escolha do *corpus*, exceto o de ter sido publicada em livro.

No primeiro capítulo desta dissertação apresentamos um pequeno estudo sobre a história das mulheres portuguesas do século XIX, campo de estudos ainda recente. Fizemos como no poema “Investigadoras”, de Maria Teresa Horta (2009):

Procuramos as escritoras
as vozes onde elas estão
teimamos nas suas vidas

E se a escrita foi seu chão

Vamos atrás das palavras
através do tempo ido

encontrá-las recolhidas

No passado desvalido

Enfrentamos a escassez de fontes, já que, se há pouco material sobre as mulheres portuguesas, há menos ainda sobre as escritoras e muito, muito, menos sobre Maria Peregrina de Sousa. Isso se deve, principalmente, à posição que essas mulheres poderiam ocupar na sociedade. Uma mulher cuja conduta se aproximava ao que era considerado decente não deveria atrever-se a ser uma escritora. Maria Peregrina de Sousa, por exemplo, via os escritores como semideuses.

Como aponta Ana Maria Costa Lopes (2005), esse resguardo, essa modéstia em relação ao fazer literário,

parecem corresponder a regras convencionais exigidas em função da afirmação feminina neste espaço novo de intervenção que era a imprensa. Não tomar tais precauções seria, porventura, pôr em risco as relações aceites por certos intelectuais, homens e mulheres, de então (LOPES, 2005, p. 184).

Relegadas a posições submissas, tendo que viver sempre sob a tutela de um homem, muitas se calaram para sobreviver. Outras, como Maria Peregrina de Sousa, agarraram-se à parca instrução que lhe foi dada e que lhe era permitida – noções de línguas estrangeiras e de piano, etiqueta e costura – e ousaram penetrar em um território considerado masculino. Muitas o fizeram sob o uso de pseudônimos, como Maria Peregrina de Sousa que, só após se tornar conhecida do público leitor dos jornais da época passou a assinar o próprio nome. Os homens de então talvez acreditassem que as obras dela eram inofensivas à moral vigente. Talvez tenham lido apenas no verniz e pouco tenham atentado para certas estratégias da escritora para criar ambiguidade e assim relativizar os lugares comuns da sua sociedade.

A mulher, juridicamente vista como uma menor no século XIX, para nós se tornou o maior objeto de estudos e reflexão possível. No estudo sobre sua história, percorremos também os caminhos da instrução feminina. Mencionamos as dificuldades, os impedimentos ratificados pela legislação e a opinião dos intelectuais da época, como Almeida Garrett, António da Costa, Ramalho Ortigão, Balzac, Schopenhauer e Camilo Castelo Branco. Este último criou um personagem que, em

alguns poemas, destila todo o seu veneno sobre as ditas “literatas”, que representariam o oposto da feminilidade.

No entanto, não só de impedimentos foi feito o século XIX para as mulheres. Algumas mudanças, ainda que sutis, aconteceram, principalmente a partir da Regeneração. Apontamos como essas transformações ocorreram e os impactos que elas causaram naquela sociedade, bem como os intelectuais que as apoiaram.

Em seguida, fizemos uma tentativa de fixação biográfica de Maria Peregrina de Sousa. Nossa maior fonte foi “D. Maria Peregrina de Sousa”, espécie de esboço biográfico escrito por António Feliciano de Castilho e publicado na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Castilho foi amigo e grande incentivador de Peregrina. Outros autores também escreveram sobre nossa escritora, como Gomes de Amorim e Alberto Pimentel.

Cada um dos capítulos subsequentes é dedicado a uma das obras da nossa “obscura portuense”. Neles são estudadas as personagens femininas que o compõem, seus modos de vida, o que pensam sobre sua condição, o que falam, sobre o que falam, como elas se veem, como são vistas pelos outros personagens e pelo narrador. Nosso objetivo é, por meio de um diálogo com a História, investigar como o discurso do senso comum se confirma por vezes, mas também é desestabilizado, e como algumas personagens poderiam contornar os interditos sociais. Também buscamos analisar como uma escritora escrevia sobre o seu mundo e as dificuldades que só uma mulher enfrentava naquela época.

Em *Retalho do mundo* (1859), analisamos as personagens Amélia, Carolina e Christina; em *Maria Isabel* (1866), a personagem que dá nome ao romance, assim como as secundárias, Maria Carlota, Rufina e Carolina; em *Henriqueta: romance original* (1876), dedicamo-nos principalmente à personagem-título; por fim, na novela *Pepa* (1848), estudamos a protagonista e Ernestina.

Dessa forma, pretende-se discutir como a obra de Peregrina interpela a sociedade e como suas personagens femininas se inserem num mundo repleto de interditos. Mais importante: quais foram suas estratégias como escritora naquela sociedade. Muitos eram os impedimentos, mas poucos os modos de contorná-los.

Apesar de excluídas da política, não intervinham as mulheres no espaço público, apoiando e patrocinando obras filantrópicas, fundando ou colaborando em jornais, dinamizando salões? Não lhes atribui a religião católica a importantíssima missão de serem as “missionárias no coração da família” reconquistando almas atraídas pelo anticlericalismo e pelo laicismo?

Não demonstrou José Machado Pais, no seu estudo sobre os rituais de galanteria no século XIX, que as dificuldades de comunicação verbal entre homens e mulheres eram ultrapassadas por uma expressiva linguagem do olhar e dos signos? Não ensinavam os periódicos e revistas as artes das “conversações secretas”? (VAQUINHAS, 2000, p. 16)

Assim, planeja-se analisar de que forma os papéis típicos de uma mulher do século XIX – filha, esposa, mãe – são postos em uma narrativa de autoria feminina. Qual a voz dessas mulheres? Como elas se veem? Suas características as enquadrariam em algum dos papéis sociais da época? Como o narrador as retrata e como se posiciona sobre as atitudes delas? Como os personagens que compõem a trama as veem? Existiriam diferenças entre as personagens elaboradas por uma escritora e as elaboradas por um escritor? Qual é a relação autora-narradora? Ou, se preferirmos, autora-narrador?

Nosso intuito, com este trabalho, é percorrer os caminhos de uma mulher que, ao seu modo, “fugiu do efémero de uma vida ritualizante, de um quotidiano monótono” (BARREIRA, 1994, p. 16). Se na sua vida adulta não houve muitos sobressaltos, é na sua literatura que encontraremos as pequenas exceções que relativizam certas verdades até agora estabelecidas porque construídas pelos discursos hegemônicos, predominantemente masculinos.

Pretendemos, com esta dissertação, ampliar o campo de estudos literários, que muitas vezes se prende somente ao cânone masculino por comodismo ou preconceito à literatura produzida pelas mulheres. Com isso, desejamos contribuir para a ampliação dos estudos e divulgação da obra de Maria Peregrina de Sousa, ainda pouco explorada e, dessa forma, propor uma reflexão acerca dos papéis da mulher na sociedade portuguesa do século XIX, a partir da Literatura feita por uma mulher.

Figura 1 – *A mãe a irmã do artista*, Berthe Morisot (1870)



Fonte: National Gallery of Art

1 HISTÓRIA DAS ESCRITORAS PORTUGUESAS – UMA HISTÓRIA DAS MULHERES

“a senda que na vida se percorre é rodeada de brenhas, onde rugem as feras, é cortada de precipícios e abismos, alcatifada de cardos e abrolhos¹”

Pesquisar sobre escritoras do século XIX em Portugal não é tarefa das mais simples. A barreira maior é a escassez de fontes. Não que as mulheres não tenham produzido literatura no Portugal de oitocentos, nem que o que foi produzido tenha baixa qualidade estética. Muito se produziu, mas nem tudo foi divulgado à época. O ocultamento de informações se deve, principalmente, ao papel que cabia à mulher naquela sociedade. Comparada a um menor, sem direitos políticos, estava sempre à sombra e dependência de um homem, como aponta Irene Vaquinhas:

O não reconhecimento da mulher como ser juridicamente autônomo, só existindo enquanto elemento de um agregado familiar, ou seja, como esposa, mãe ou filha, sem direitos políticos e estatuto econômico próprio, excluiu-a dos poderes formalmente constituídos com reflexos ao nível dos registos primários. Para as instituições oficiais, as mulheres praticamente não existiam, traduzindo-se esta invisibilidade na opacidade das fontes. (VAQUINHAS, 2005, p. 36)

A história das mulheres portuguesas ainda é um objeto de estudo muito recente, que começou a se desenvolver de modo mais sistemático em Portugal a partir dos anos 1970, fruto da abertura política conquistada após o 25 de abril. O sentimento e o clima de liberdade em Portugal propiciaram o aumento do interesse e o estímulo pela investigação deste campo na atualidade e em outros períodos anteriormente desprezados². De qualquer maneira, o estudo sobre as mulheres ainda apresenta muitas lacunas, muitos espaços a serem preenchidos por pesquisas

¹ Cf. Maria Peregrina de Sousa. *Almanach das Senhoras para 1871, 1870*, p. 59

² Cf. Irene Vaquinhas. *Nem gatas borralheiras, nem bonequinhas de luxo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 35.

relativas à sua história e aos papéis desempenhados por elas na sociedade portuguesa.

Irene Vaquinhas (2005, p. 35) aponta que as biografias de mulheres ilustres, que se destacaram em campos predominantemente masculinos, como religião, cultura e política, constituíam um gênero bem explorado há muito tempo em Portugal. É o caso, por exemplo, das hagiografias, as lendas de santos, muito comuns na Idade Média. Tal gênero literário, ao narrar a vida dos santos, tem a intenção de propagar exemplos de virtude cristã e, dessa forma, perpetuá-los na memória. Trata-se de uma literatura extremamente ideológica, “a serviço de uma Igreja que, ao converter-se na Idade Média em elemento fundamental do poder, tende a manter o sistema de valores” (FORTES, 2005, p. 4). Desse modo, os textos hagiográficos, influenciados pelo poder da Igreja (que os redigia e divulgava), forneciam estratégias, modelos de vida para aqueles que desejavam uma vida santa.

No caso das mulheres, o desejo de uma vida santa convertia-se em dever. Marcadas pelo pecado original de Eva, que as havia condenado, as mulheres da Idade Média eram consideradas pecadoras em potencial de acordo com a visão predominantemente misógina da época. Criada, segundo a Bíblia, de uma parte de Adão e responsável pela expulsão de ambos do Paraíso, Eva representaria a porta do Inferno e, conseqüentemente, um meio de inferiorização do gênero feminino.

Cabia às mulheres, mesmo condenadas, a tentativa de se distanciar da figura de Eva. É então que se fortalece o culto a Maria nos séculos XI – XIII, representando uma visão mais digna sobre o gênero. Assim, a moral cristã moldava-se por meio da criação de um segundo modelo feminino, a Virgem Maria. Esta era a representação máxima da perfeição e da virtude, pois deu vida ao Salvador sem macular o corpo. Era, contudo, um ideal de santidade inatingível para as mulheres.

Maria Madalena representaria um modelo de santidade feminina possível. Como nenhuma das mulheres alcançaria Maria, restava-lhes o exemplo de Madalena, a pecadora que, por meio da penitência e do arrependimento, conquista a salvação. “Entre a porta da morte e a porta de vida, a pecadora bem-vinda é uma porta entreaberta para uma redenção possível, mas ao preço da confissão, do arrependimento, da penitência” (DALARUN, p. 53).

E é através da penitência, da repressão às “rebeldias da carne” que se constrói a santidade de uma figura como D. Isabel, que, de rainha de Portugal,

torna-se santa. Ela se destacou por suas extraordinárias virtudes, suas atividades caridosas, seus milagres e suas ações que influenciaram a política, como quando ajudou a pacificar as discórdias entre os irmãos D. Dinis e D. Afonso. Irene Vaquinhas, no entanto, aponta que esse tipo de texto representa pouco para a coletividade feminina de sua época, já que se trata da história de uma rainha. Voltando-nos especificamente para as mulheres do século XIX, ainda não há estudos suficientemente definitivos sobre elas, principalmente sobre as escritoras.

“(…) O silêncio é quase total, não apenas porque as fontes historiográficas as omitem – reflexo da sua exclusão da vida política e do espaço público – mas também porque a cultura dominante incentivava a passividade feminina, sendo raras aquelas que ousavam rebelar-se contra a formação recebida” (VAQUINHAS, 2005, p. 36).

De fato, quando pensamos na presença das mulheres no mundo intelectual do século XIX, poucos nomes nos vêm à mente, apesar de, ainda sim, muitas terem participado ativamente da imprensa periódica da época: publicando seus poemas, seus contos e seus romances em jornais de grande circulação, como a *Revista Universal Lisbonense*, cujo redator era António Feliciano de Castilho, ou até mesmo fundando e dirigindo jornais destinados ao público feminino, como é o caso da *Assembleia Literária*, dirigido por Antónia Gertrudes Pusich, e *A Voz Feminina*, cuja principal redatora era Francisca Wood³.

Mesmo essas mulheres pioneiras esbarravam em um obstáculo muitas vezes difícil de transpor: o preconceito. Vemos, no Portugal de oitocentos, espaços bem delimitados e que caracterizavam os dois sexos. Aos homens, o espaço público das câmaras e das redações, e, às mulheres, o espaço privado dos afazeres domésticos. As mulheres que ousavam assumir outros papéis além dos que lhe cabiam (filha, esposa, mãe) eram vistas de maneira pejorativa, pois estariam contrariando a ordem natural da sociedade. Uma escritora, uma intelectual era tida como “sabichona” e, por adentrar um espaço e exercer atividades próprias dos homens, o temor geral era que essas mulheres se masculinizassem. Na verdade, médicos, filósofos e pensadores da época acreditavam que a mulher que se

³ Cf. Maria Ivone Leal. *Um século de periódicos femininos*. Cadernos Condição Feminina. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos da mulher (Ministério do Emprego e da Segurança Social), 1992.

dedicasse muito aos estudos, teria a eficácia de seus órgãos reprodutivos, obviamente os mais importantes, diminuída⁴.

Num contexto histórico preciso, em que se discutia a nível nacional a conveniência da instrução feminina, escrever num jornal era tido como um acto transgressor, de cunho eminentemente viril, e uma usurpação de uma actividade exercida desde tempos longínquos pelos homens, uma vez que o poder da palavra pública era considerado prerrogativa masculina. Raras eram as mulheres que escreviam na imprensa diária. Constituíam verdadeiras excepções à regra, dando origem a comentários depreciativos, inclusive das suas próprias colegas de ofício (VAQUINHAS, 2005, p. 86).

Até mesmo escritores liberais, como Almeida Garrett – que, na luta contra o Absolutismo, defendia a instrução pública –, tinham reservas quanto à educação feminina. Em *Da educação* ele regista:

A educação feminina moderna geralmente se esmera demasiado em prendas e estudos: o nosso século filosófico exagerou-se n'este ponto bem como em outros. Com efeito a mulher não foi criada para fazer meia e arrumar baús, como se dizia no tempo de nossos bisavós, mas também não nasceu para frequentar a palestra, o foro ou a tribuna. (...) Está contudo muito melhorada entre nós a educação feminina, e em bom caminho de adiantamento: agora seria a oportuna ocasião de lhe dar bom e salutar impulso, prevenindo os excessos a que o espírito de reforma sempre tende, e as recaídas em antigos abusos que por vezes traz a reacção de hábitos e preconceitos velhos, quando por aquele espírito é estimulada. (...) Nem ao geral do belo-sexo se deve vedar a conveniente instrução de letras e ciências, nem aos talentos extraordinários, que tanto n'ele aparece como no nosso, a faculdade de nos disputar (e ganhar, que amiúdo o farão) a palma literária e científica a que todos podemos pretender (GARRETT, 1886, p. 219-221).

O mesmo era válido para sua filha Maria Adelaide. Enviada ao Convento das Salésias para aprender o que era adequado a uma senhora (inglês, francês, um pouco de piano), ela não podia ir além disso. Em carta à sua filha, em 11 de junho de 1854, Garrett escreve: “(...) não te applies demais: eu não te quero para doutora; só desejo que sejas boa, temente a Deus, que tenhas modos de senhora, e que cultives honestamente a inteligência que Deus te deu”⁵.

Contudo, não podemos cometer o erro de anacronismo ao ler Garrett. A primeira edição de seu tratado sobre a educação em Portugal é de 1829, antes,

⁴ Cf. Irene Vaquinhas. “Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance”. In: *Nem gatas borralheiras, nem bonequinhos de luxo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, pp. 73-83; Id, “O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra – notas para sua história”. In: *“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 81-97.

⁵ Cf. Almeida Garrett. *Correspondência familiar*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2012, p. 345.

portanto, da vitória liberal (1834). Além disso, há de se louvar seu esforço por defender uma educação às mulheres em um período em que poucos falavam sobre isso. As transformações na sociedade ocorrem de maneira lenta, dentro do que é possível em determinada época. Avanços reais aconteceram e a existência dessas escritoras e de sua produção literária são prova de que as mulheres se livravam, aos poucos, da clausura doméstica. A partir de 1850, como aponta Maria Ivone Leal, em *Um século de periódicos femininos*, houve um grande avanço na imprensa feminina no século XIX, mesmo que, majoritariamente, a temática das suas publicações se restringisse ao universo considerado feminino, como moda, normas de conduta, e prendas domésticas⁶. Caso se dedicassem a produzir reportagens, sofreriam preconceito e poderiam ser confundidas com prostitutas.

Até mesmo António da Costa, escritor e político conhecido pelas reformas instrucionais que promoveu em Portugal em 1870, apresentava reservas quanto ao ensino superior para as mulheres em sua obra póstuma *A mulher em Portugal*:

Cumpra à mulher educar o homem, não lhe cumpra ser educada como ele. É indispensável que exista a igualdade entre os sexos, mas por um princípio natural, não artificial. Mesmo quando a natureza lhe não vedasse as qualidades políticas e científicas, a mulher que seguisse essas carreiras masculinizar-se-ia (COSTA, 1892, p. 419)

A instrução era um direito essencialmente masculino. E a instrução às mulheres, quando havia, restringia-se ao básico para que se mantivesse a tradição da família burguesa.

O trabalho doméstico era ensinado, em doses medianas, consoante a classe social a que se pertencia. Na média e alta burguesia, era mais importante saber-se francês tocar-se piano, tomar-se conhecimento com as normas de civilidade, uns rudimentos de aritmética e de português do que propriamente a lida da casa, tradicionalmente remetida para as criadas e a governanta. A menina tinha de aprender a dirigir uma casa, não a cozinhar particularmente bem ou a proceder a uma limpeza esmerada da habitação. Bordar era um dom apreciado (BARREIRA, 1994, 35).

Esse tipo de ensino era bastante criticado por Ramalho Ortigão em *As Farpas*, as famosas publicações mensais nas quais ele e Eça de Queirós analisavam a sociedade portuguesa. A seu ver, uma educação voltada apenas para

⁶ O artigo 1187 do Código Civil Português de 1867 proibia a mulher autora de publicar seus escritos sem a autorização do marido.

a vida social, sem qualquer aprendizado prático para a vida doméstica, era extremamente inútil.

Ela sabe as línguas, toca piano e tem, segundo o programa da Sra. D. Jerónima, as prendas de mãos próprias do seu sexo. Estas prendas consistem em fabricar palmitos de papel e em bordar entes fabulosos, de uma monstruosidade mitológica, feitos a lãs, a matiz, ou a miçanga, com olhos de vidro, beijos de vidro, e lágrimas também de vidro, sobre um retalho de pano que se encaixilha e que tem por baixo, a ouro, a data da confecção do monstro feito em cruz (...) (ORTIGÃO, 1877, p. 75-76).

Em seu entendimento, tal instrução era desnecessária, pois não prepararia a mulher para exercer o papel que lhe cabe, de esposa e mãe. Segundo Ramalho Ortigão, as mulheres educadas, como as alunas de D. Jerónima, não aprenderiam tudo o que uma mulher precisa saber. Na verdade, tornar-se-iam incapazes de exercer suas funções na família burguesa. Mostra-se, assim, completamente contra a instrução feminina tal como ela era em Portugal e, servindo-se do exemplo de um pai, cuja filha foi aprovada no liceu nacional, Ortigão lamenta, de maneira irônica, pois ela

possui, no estado mais exemplarmente enciclopédico, a ignorância cabal de tudo quanto precisa saber a mulher para ser na casa uma das rodas em que versa a família sensata e dignamente constituída, na qual Elvira [a filha] tem a sua difícil função que exercer como filha, como irmã, mais tarde como esposa, e finalmente como mãe.

De tal modo os exames das meninas no liceu nacional comprometem absolutamente os fins da educação, desviam-na do verdadeiro ponto de vista pedagógico, são uma ostentação ridícula, ofendem o bom gosto, desprimoram a delicadeza e a dignidade senhoril, assopram o pedantismo, incham a frivolidade e incapacitam a mulher para a missão a que ela é chamada na família (ORTIGÃO, 1877, p. 77)

Para ele, levar a filha ao colégio para realizar uma prova seria um ato despótico que não combinaria com o caráter virginal feminino. Isso só seria justificável caso a criança fosse um menino, já que, nesse caso, o exame seria apenas uma etapa para exercer seu papel civil:

Levar a exame! Só a palavra é um ultrage da dignidade feminil. Submeter pelo despotismo do direito paterno tudo quanto há mais delicado, mais melindroso, mais suscetível de corromper-se – o espírito virginal de uma menina, – ao interrogatório oficial de um mestre que durante vinte minutos vai exercer sobre aquela alma a tirania espiritual de um confessor! Um tal inquérito, um tal julgamento, pode ser desculpável na educação de um rapaz, para quem o exame é uma habilitação legal para a sua carreira civil;

na educação de uma menina portuguesa semelhante prova é inadmissível equivale a uma amputação do decoro (ORTIGÃO, 1878, p. 78).

Ramalho Ortigão defende a urgência de uma reforma da instrução feminina e propõe uma reformulação do currículo para torná-lo mais útil.

Esses conhecimentos indispensáveis à mulher deveriam constar, na educação elementar, dos seguintes ramos de ensino:

1º Curso de asseio e arranjo;

2º Curso de cozinha (química culinária)

3º Contabilidade, escrituração e economia doméstica. (ORTIGÃO, 1877, p. 81)

Esse currículo tornar-se-ia útil para quem? Para as mulheres que sonhassem com ir além de seu papel social? Com certeza não. Como muitos outros intelectuais de seu tempo, Ortigão pretende a manutenção do modelo da mulher que mais convinha, passiva, e que não reclama nem levanta a voz frente à opressão. Além disso, ao considerar despótica a atitude do pai que leva a filha aos exames liceais, esquece-se que é esse mesmo pai que, muitas vezes, acaba por decidir sobre o destino da filha ao lhe escolher um marido, baseando-se apenas em questões financeiras.

Já Honoré de Balzac, embora repita o senso comum, quando diz que “a mulher casada é uma escrava que devemos saber como colocar num trono” (BALZAC, *apud* GAY, 1990, p. 67), tem um olhar crítico sobre os arranjos sociais de seu tempo. Ora, se “uma esposa é para o marido o que o marido fez dela” (BALZAC, *apud* GAY, 1990, p. 67), uma mulher também é fruto de uma sociedade que fixa papéis de difícil mobilidade. Dessa forma, ele propõe que esses arranjos passem por uma profunda reforma, para que se modifiquem o tipo de educação destinado às mulheres e a motivação dos arranjos matrimoniais. Peter Gay (1990), analisando o livro *Physiologie du mariage*, de Balzac, reproduz algumas palavras do escritor francês:

“A hipocrisia está ganhando terreno entre nós, e nos impede de rir como riam nossos pais”. E o cálculo rasteiro vinha avançando: “Será que a maioria dos homens se casa exatamente como compra um lote de ações na bolsa de valores?”. Nessa sociedade, a mulher não passa de um “ornamento de salão, um manequim da moda”. A maneira como as moças eram preparadas para o mundo era simplesmente um escândalo: deixavam-se ignorantes, vaidosas, inseguras, extremamente impacientes para experimentar as glórias prometidas do luxo. “A moça pode emergir de sua

escola virgem. Casta? Não.” Já estava pronta para o adultério antes mesmo de se casar. (GAY, 1990, p. 68)

Outros autores, versando sobre o tema, têm a mesma opinião do escritor português. É o caso de Arthur Schopenhauer, em seu ensaio “Sobre as mulheres”.

Reconhecia que as mulheres eram úteis para as crianças, um prazer para o homem de meia-idade, um consolo para os velhos. Mas acrescentava, indelicadamente, que um único olhar para o corpo da mulher basta para revelar que ela “não foi feita para grandes trabalhos mentais nem físicos. Ela não responde ao fardo da vida com a ação, mas por meio do sofrimento”. Sexo inferior, a ela não interessam a arte ou o pensamento. Foi feita para criar e educar crianças, justamente porque “ela própria é infantil, tola e desprovida de visão; em *uma* palavra, uma criança grande até o fim da vida” . (SCHOPENHAUER *apud* GAY, 1990, p. 76)

Há de se considerar, contudo, que os escritores aqui mencionados, como Garrett, D. António da Costa e Ramalho Ortigão, representavam a visão de sua época. Eles refletiam sobre a instrução fornecida às mulheres para que exercessem, no único espaço destinado a elas, seu papel social. Que outro papel se não o de filha, esposa e mãe? Mesmo que alguns apresentem uma visão mais conservadora, criticavam, a seu modo, o tipo de educação então vigente. Muitos desses autores justificavam suas opiniões baseando-se em análises fisiológicas sobre a mulher.

Essa análise, muito comum na época, considerava a mulher um ser frágil e predestinado somente à maternidade, incapaz, portanto, de realizar atividades consideradas masculinas, ainda tinha o respaldo da medicina:

Com um organismo débil (órgãos delicados, uma estrutura óssea fraca, tecidos moles e esponjosos, nervos bastante ramificados o que explicaria a grande sensibilidade e o predomínio da emoção sobre a razão), sujeita a indisposições periódicas que condicionam a sua instabilidade humoral, a mulher é considerada, no século XIX, como possuindo uma fisiologia patológica. Comprovaria esta fragilidade a falta de auto-controlo, o que convertia a mulher num ser a proteger. Tratava-se de um ponto de vista bastante generalizado (...). O historiador Oliveira Martins partilha deste ponto de vista, expressando-o no artigo intitulado Educação da mulher, no qual comenta a obra de Maria Amália Vaz de Carvalho, Cartas a Luísa (...). “Dantes, quando havia uma fé viva num Deus providencial (...) essa fé amaciava todas as amarguras da vida (...) Hoje o caso é diferente (...) Deus era médico da mulher: hoje o seu médico e o tutor dessa pupila eterna é o homem: o pai, o marido, o filho. Ai da mulher que se não submeter, dócil e amavelmente, a cada um desses médicos nos períodos sucessivos da sua existência!” (VAQUINHAS, 2000, p. 22).

Essa tese era confirmada pelas legislações do período. O Código Civil Napoleônico, que serviu de modelo para o Código Civil Português, ratificava a soberania do homem, na figura do pai e do marido, dentro do espaço doméstico:

Em nome da natureza, o Código Civil estabelece a superioridade absoluta do marido no lar e do pai na família, e a incapacidade da mulher e da mãe. A mulher casada deixa de ser um indivíduo responsável: ela o é bem mais quando solteira ou viúva. Essa incapacidade, expressa no artigo 13 (“O marido deve proteção à sua mulher e a mulher, obediência ao marido”) é quase total. A mulher não pode ser tutora nem membro de um conselho de família (...). Não pode ser testemunha nos tribunais. Se abandona o domicílio conjugal, pode ser reconduzida ao lar pela força pública e a “cumprir seus deveres gozar de seus direitos em plena liberdade”. A adúltera pode ser punida com a pena de morte, pois ameaça atentar contra o que há de mais sagrado na família: a filiação legítima (PÉRROT, 2012, p. 108).

O Código Civil Português, de 1867, também reconhecia a autoridade do homem sobre a mulher, quando casada, e do pai sobre a filha, quando solteira. O ideal era a mulher sempre ficar sob a tutela de algum homem, sem qualquer direito político e devendo-lhe obediência. Ela era, de fato, com o chancela da lei e, como afirmou Schopenhauer, “uma criança grande até o fim da vida”.

Para além de não reconhecer à mulher quaisquer direitos políticos, proibia-a de administrar bens próprios ou familiares, só consentindo que o fizesse no caso de impedimento do marido. As principais interdições diziam, contudo, respeito à mulher casada, a qual, perante a lei, não passava de uma menor: não podia ser testemunha, contrair dívidas, assinar um contrato, exercer uma profissão, sem a autorização do marido. Se caso exercia uma actividade remunerada, o salário obtido pertencia por inteiro ao marido que o podia reivindicar caso quisesse. (VAQUINHAS, 2000, p. 24)

O dote, talvez única maneira de resguardar os bens das mulheres, também representava um meio de dominação masculina. “Um homem que conquistasse uma mulher de maneira tradicional casava-se com uma garantia financeira visível, fosse ela desinteressada ou não, uma fonte de dinheiro e de conexões” (GAY, 1990, p. 95)

Mesmo com tantas barreiras, algumas mulheres conseguiam contorná-las para escrever. Algumas, como Maria Peregrina de Sousa, alvo da investigação deste estudo, até chegaram a publicar os seus romances. Mas foi principalmente por meio da imprensa periódica, que essas mulheres conseguiam mostrar sua visão de mundo, mesmo que de maneira sutil. Não se tratava ainda de um grito de luta pela liberdade, mas o fato de adentrarem um espaço que não lhe pertencia para exercer uma atividade que não era tipicamente feminina foi um ato transgressor, “pois o

poder da palavra pública era considerado prerrogativa masculina” (VAQUINHAS, 2005, p. 86). E não era apenas escrever, mas fazê-lo – de maneira discreta – com a perspectiva e a sensibilidade de quem vivenciava as dificuldades de seu gênero diariamente.

Há, porém, os que avaliam negativamente a presença das mulheres no espaço literário. É o caso de Ramalho Ortigão. Ainda no mesmo número das *Farpas*, após discorrer sobre a instrução feminina, ele não mede as palavras para emitir sua opinião sobre as escritoras portuguesas. Ele acredita que elas deveriam escrever artigos sérios nos quais tratassem dos problemas que as afetavam, e não se dedicar a romances e poemas. Analisando o *Almanach das Senhoras* e a *Gazeta das Salas*, ambos dirigidos por mulheres, ele afirma que

Em todas estas coleções dos trabalhos das nossas mulheres – sentimos dizê-lo – não há um só artigo grave, sério, meditado, revelando conhecimentos práticos, aspirações elevadas, pensamentos nobres. De tantos problemas sociais que afetam a condição da mulher na sociedade contemporânea e que solicitam a atenção dela, para serem resolvidos pela parte mais interessada e mais competente da humanidade, nem um só foi julgado digno de estudo d’alguma das senhoras que fazem imprimir e publicar os seus escritos em Portugal! Estas senhoras produzem (...) trovas de uma sentimentalidade de segunda mão, sem ideal, sem paixão, d’uma pieguice grotesca. Escrevem também pequenos contos ou novelas d’amores infelizes (...). E é para nos dar estes lamentáveis frutos da sua educação exclusivamente literária, que tanta menina honesta sacrifica o tempo que devia consagrar aos nobres trabalhos do ménage, tornando-se, em vez d’uma digna mulher útil, apta para acompanhar, para compreender e para ajudar o homem, uma pobre e mísera criatura neutra, desorientada da vida real, incapaz de qualquer emprego na vida prática, cheia de falsas aspirações, de desenganos e de tédios permanentes (ORTIGÃO, 1877, p. 92-94).

Além do teor machista, ao considerar os homens a “parte mais interessada e competente da humanidade”, Ortigão ignora que muitas dessas escritoras foram pioneiras ao seu modo, a princípio por ousarem penetrar em um universo tipicamente masculino. Expuseram-se e foram alvo do julgamento de grandes escritores – homens – de sua época. Além disso, por meio de seus versos e de suas narrativas, mostravam sua perspectiva sobre a sociedade. Se já era uma aberração mulheres escrevendo suas “trovas” sentimentais, como seria se elas resolvessem escrever como os homens, expondo sua opinião sobre política, por exemplo?

Em *Folhas caídas na lama, por um antigo juiz das almas de campanha, e sócio actual da assemblea portuense, com exercicio no palheiro*, o personagem criado por Camilo Castelo Branco ultrapassa a crítica de Ramalho Ortigão e escreve

um poema, chamado “As literatas”, em que o eu-lírico ridiculariza as escritoras. A ignorância feminina, para muitos, era considerada uma virtude. E uma literata, considerada “sabichona”, era o oposto da feminilidade:

Quem é o parvo que esposar-se queira
Com literata alambicada e chocha?
Sentada n'um sofá, safo saloia,
Em lânguida postura requebrada,
Se eu visse a minha Antonia! ai que panázio,
Que revés de careca eu lhe pregava! (BRANCO, 1854)

Os estudos de Cecília Barreira corroboram o pensamento desse eu lírico, pois, naquela época, “a burguesa receberia, deste modo, uma educação orientada na base do ‘ornamento de salão de chá’ com vista a um bom casamento” (BARREIRA, 1994, p. 38).

Maria Peregrina de Sousa, em seu pequeno artigo “A vida”, no *Almanach das Senhoras para 1871*, parece fornecer uma resposta, ainda que singela, às críticas sofridas pelas escritoras: “a senda que na vida se percorre é rodeada de brenhas, onde rugem as feras, é cortada de precipícios e abismos, alcatifada de cardos e abrolhos” (SOUSA, 1870, p. 59). Com tantos obstáculos a enfrentar num mundo cheio de interditos às mulheres, é compreensível que essas escritoras tivessem que trilhar o seu caminho fazendo uso da discrição, seguindo, ao menos na aparência, o paradigma moral do seu tempo. Adentrar um espaço que não lhes estava destinado era uma grande conquista, e isso foi feito da maneira que foi possível para a época.

De toda forma, mesmo lentas, as mudanças sociais aconteciam. A partir da Regeneração (1851), as mulheres vão alcançando conquistas mais significativas. Com a modernização dos transportes, das estradas, o crescimento da indústria e da imprensa, constatou-se o atraso português em comparação a alguns países europeus, sobretudo França e Inglaterra. Dessa forma, a instrução, essencial para a total modernização do país, foi incentivada. Criaram-se escolas destinadas às mulheres e inaugurou-se a primeira Escola Normal Feminina (1862) para a formação de mestras. No caso das mulheres, contudo, pregava-se uma instrução equilibrada, que as preparasse para as funções de mãe e esposa. E é justamente sob esse viés de valorização da figura da mãe que se conquistarão alguns dos direitos femininos posteriormente, já na República. Apenas uma mulher devidamente educada pode ser responsável pela educação de seus filhos e de toda uma geração, como aponta

Maria Veleda, importante escritora portuguesa do final do século XIX e início do XX⁷. Essas mudanças foram apoiadas por alguns autores portugueses, como Mouzinho de Albuquerque e Rebelo da Silva,

que se pronunciaram a seu favor [instalação do Real Colégio Ursulino das Chagas, em Coimbra], atribuindo à mulher um papel decisivo de moralização e preservação dos valores sociais, o que exigia sua instrução (...). Compete à mulher encorajar e fortalecer, em benefício do Estado-nação, as virtudes individuais e sociais, base do respeito pelas instituições e pela ordem estabelecida. Preparar as raparigas para a sua missão de esposa e de mãe, ou, por outras palavras, moralizar a família por intermédio da instrução, é a finalidade a atingir. (VAQUINHAS, 2000, p. 86)

Apenas em 1885 foi criado um instituto de educação geral e profissional, chamado Escola Maria Pia. “O seu principal objectivo apresentava um largo alcance social tal como a ‘emancipação da mulher pela instrução’” (BARREIRA, 1994, p. 39). Esta escola era frequentada pelas moças de poucos recursos que pretendiam ter uma profissão. A burguesa continuava com sua educação dentro de casa ou em colégios religiosos ou laicos de renome. Cecília Barreira aponta que, até o início do século XX, não há, oficialmente, em Portugal, instrução liceal feminina. Apenas em 1906, com a criação do Liceu Maria Pia, é que a história começa a mudar, sempre a passos lentos.

Antes de 1906, ano em que se oficializa o Liceu Maria Pia, a educação formal feminina reduz-se ao curso primário, com a agravante “taxa de escolaridade” ser extremamente baixa. A seguir a 1906, no entanto, uma pequena percentagem de alunas entra para o ensino liceal, sobretudo nos principais centros urbanos. Mas, em contrapartida, o número daquelas que chegam à Universidade ou instituições similares é tão baixo que as estatísticas governamentais nem sequer o mencionam (VALENTE, 1903, p. 508).

De toda forma, mesmo que no século XIX ainda não houvesse um projeto de educação comum a ambos os sexos, já se podia comemorar uma conquista feminina: o direito à instrução. Foi a partir da instrução alcançada que essas mulheres se fizeram ouvir, seja clamando diretamente por seus direitos nas páginas dos jornais, como o fez Guiomar Torrezão, seja a partir das personagens de romances, como Maria Peregrina de Sousa. Particularmente neste caso, conheceríamos, por meio da literatura escrita por uma mulher, sua visão a respeito

⁷ Cf. Irene Vaquinhas, 2005, p. 78.

dos problemas caros ao seu gênero. A escritora se tornava, assim, “veículo na sua escrita de imagens sobre a mulher”⁸.

⁸ Outeirinho, 1998, p. 163

Figura 2: *Maria Peregrina de Sousa*



Fonte: *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Vol. III (1861)

2 “UMA OBSCURA PORTUENSE”: TENTATIVA DE FIXAÇÃO BIOGRÁFICA

Irene Vaquinhas afirma que, no século XIX,

embora a escrita se tenha tornado para muitas mulheres um meio de subsistência, colaborando na imprensa escrita, raras eram aquelas que ousavam afirmar-se jornalistas, escondendo-se com frequência atrás de pseudónimos (VAQUINHAS, 2005, p. 17).

Ao penetrar num espaço que não era o delas, torna-se compreensível que as mulheres que ousaram escrever o tenham feito a princípio sob o signo do anonimato. É o caso de Maria Peregrina de Sousa (1809-1894), cuja vida e obra são objetos de estudo deste trabalho. Teve participação profunda nos periódicos literários da época, nos quais publicou seus romances, poemas e contos populares. Estreou no *Archivo Popular* e colaborou com *Almanach das Lembranças*, *Aurora*, *Braz Tisana*, *Grinalda*, *Lidador*, *Miscelanea Poetica*, *Pirata*, *Iris* (do Rio de Janeiro), na *Revista Universal Lisbonense*⁹. Sua contribuição na imprensa periódica se dá com diferentes pseudônimos, como “Uma obscura portuense”, “Mariposa” e usando as iniciais de seu nome, “D. M. P.”

O signo do anonimato, sob o qual se inscreviam muitas dessas escritoras, se justifica pelo papel social exercido pelas mulheres. Escrever de forma anônima fazia parte do paradigma da mulher modesta, comedida. Restritas, em sua maioria, ao ambiente doméstico e educadas para ele, o que facilitava o seu auto-ocultamento, poucas eram as que recebiam uma instrução que lhes permitisse ir além do comportamento feminino ideal.

Além disso, essas escritoras, que já sofreram preconceito em sua época, ainda o sofrem no século XXI. A qualidade de suas obras é questionada, sua relevância para as pesquisas sobre o século XIX também. Porém, como analisar a literatura dessas mulheres se não a trouxermos a lume? Para isso, é necessário seguir os seus exemplos e contornar os espaços de interdição, ou seja, ultrapassar o pressuposto que considera a literatura produzida – por homens – à época como o equivalente à literatura universal. É preciso, pois, garantir-lhes o devido lugar, dar-lhes voz, caso se pretenda conhecer o século XIX de forma mais abrangente.

⁹ Cf. Ana Maria Costa Lopes. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos, percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005, p. 186.

Para isso, é fundamental, como aponta Vanda Anastácio (2005), que questionemos o discurso produzido pela História Literária, que, ao desconsiderar parte da Literatura produzida no passado (a escrita por mulheres, por exemplo), ajudou a criar um cânone redutor. Dessa forma, resolvemos trazer essa “obscura portuense” à luz, analisando parte de sua obra, principalmente as personagens femininas, para entendermos como uma autora pensava a sua realidade e a colocava na ficção. A partir da análise das personagens femininas, estudaremos um pouco sobre os papéis desempenhados pela mulher na sociedade portuguesa. Será que elas eram respeitadas? Todas as personagens de Peregrina representavam bem o estereótipo da mulher conveniente, aquela que “não se queixa, só confia no seu confessor se for católica. (...) O pudor é sua virtude, o silêncio a sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza” (PERROT, 1998)?

Primeiramente, convém conhecer um pouco da escritora com a qual iremos trabalhar. Como muitas escritoras de seu tempo, seu nome ficou esquecido. Há algumas referências ao seu nome nos jornais que publicaram suas obras, como é o caso de *O panorama – jornal litterario e instructivo*. Num capítulo denominado “A literatura no Porto” de seu artigo “Viagem ao Minho”, Francisco Gomes de Amorim, autor da monumental biografia de Almeida Garrett (*Garrett: Memorias biographicas*, 1881-1884), apresenta Peregrina aos leitores e tece algumas críticas aos seus escritos:

A literatura do Porto também conta entre os seus apóstolos algumas poetisas. Uma é a sua D. Maria F. do C. B¹⁰. Escreve debaixo do pseudónimo de Soror Dolores, e algumas das suas composições provam imaginação e talento. Outra é a sr^a. D. M. Peregrina de Sousa, autora de alguns romances de mérito, mas que devia apurar mais o seu estilo, corrigindo alguns defeitos que tornam monótonos os capítulos mais interessantes dos seus escritos. Perdoe a ilustre escritora, se um obscuro viajante se atreveu a tocar nas suas composições. Impus-me a obrigação de crítico, e é cumprindo este dever, que digo a minha opinião. A sr^a. D. M. Peregrina conhece as formas da arte; quando não tivesse outras qualidades, como escritora, era já um grande mérito, n’um país em que a maior parte do sexo feminino detesta a gramática, e despreza a ortografia. (*O panorama*, volume 10, 1853, p. 420).

Na verdade, “a maior parte do sexo feminino” não tinha acesso aos conhecimentos gramaticais e ortográficos, logo não poderia detestá-los... Em 1878,

¹⁰ Trata-se de D. Maria Felicidade do Couto Brown. Com o pseudónimo de “Sóror Dolores”, publicou em diversos jornais literários e políticos do Porto. Cf. Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario bibliographico portuguez*, 1862, p. 138.

quase 90% da população feminina maior de sete anos era analfabeta. Mesmo em 1930, o índice não mudou muito: havia ainda cerca de 75% de mulheres portuguesas analfabetas¹¹.

Com base neste tipo de argumentação (...) as raparigas eram desencorajadas a prosseguirem uma instrução para além da escolaridade básica. As taxas de analfabetismo feminino reflectem este contexto desfavorável, o qual, embora abrangesse a maioria da população portuguesa, era mais penalizador para com as mulheres (Vaquinhas, 2005, p. 74).

António da Costa também faz uma breve referência à nossa escritora, chamada por ele de “pensadora”:

(...) não é menos certo que a mulher portuguesa tem demonstrado a sua valia intelectual, e sustentado brilhantemente o seu nome, sempre que em provas públicas se tem exibido, como pensadora e como escritora. Cingindo-me ao último período (para não alargar demasiado esse esboço), vemos suceder às notáveis poetisas Marquesa de Alorna, Condessa de Vimieiro, e d. Francisca Possolo, à pensadora D. Maria Peregrina de Sousa, e tantas mais, a admirável D. Maria Amália Vaz de Carvalho, dulcíssima poetisa, prosadora arrojada, autora de tantos livros e outros escritos no campo da educação da mulher (COSTA, 1892, p. 449-50).

Em *O Porto há 30 anos*, Alberto Pimentel avalia as qualidades literárias de Peregrina: "D. Maria Peregrina tinha talento, e grande facilidade em escrever." (PIMENTEL *apud* FARO, 2005, p. 94). Há ainda um capítulo, em seu livro *Figuras humanas* (1905), dedicado à Peregrina. Nele, Pimentel elabora uma breve biografia da escritora, além de fazer uma importante análise sobre a relação entre Castilho e ela, bem como sobre a sua atitude como escritora: “Então D. Maria Peregrina de Souza resignou-se à posição difícil que a admiração de Castilho lhe havia criado; difícil digo eu, porque ela bem sabia que a corrente da tradição era adversa às mulheres de talento” (PIMENTEL, 1905, p. 32).

Informações essenciais sobre a vida de Maria Peregrina de Sousa nos fornece o escritor António Feliciano de Castilho¹² nas páginas da *Revista*

¹¹ Cf. Irene Vaquinhas. *Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance*, 2005, p. 73-83.

¹² Sobre a relação entre Castilho e Peregrina, cf. CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. *Felicidade pela imprensa: romantismo na Revista Universal Lisbonense de A. F. de Castilho (1842-1845)*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013 e CUNHA, Ana Cristina Comandulli da. *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

*Contemporânea de Portugal e Brasil*¹³. Intrigado com os artigos sobre cultura popular que recebia, Castilho, então editor da *Revista Universal Lisbonense*, foi em busca de informações sobre a “obscura portuense”, autor(a) dos textos por ele publicados. Ao descobrir seu endereço, confirmou suas suspeitas: quem escrevera os textos era, de fato, uma senhora que vivia, com seus pais e irmãos, nos arredores do Porto, ora em Moreira da Maia, ora em Leça da Palmeira. Sobre isso, esclarece Pimentel:

Essa visita era, pois, uma espécie de consagração solene, de apoteose pública, e desde aquela hora o véu do mistério, que até aí havia mascarado a Obscura portuense, caía feito em pedaços, a bela máscara tinha sido morta, já não podia furtar-se á celebridade, estava denunciada perante todo o publico da sua terra (PIMENTEL, 1905, p. 32).

Em sua tese de Doutorado, Ana Cristina Comandulli da Cunha (2014) analisa a correspondência entre Castilho e Peregrina e conclui que ele foi um grande incentivador da autora, a qual ajudou a popularizar na época. Cunha (2014) afirma que

com o reconhecimento de que escrevia tão boa obra, Castilho tinha certeza de que Peregrina seria assediada por outros jornais, e para isso pedia que, antecipadamente, a amiga enviasse os títulos e assuntos que pretendia publicar na *Restauração*, sob a direção de José Feliciano de Castilho. Ocorre que, antes que a carta de Castilho chegasse ao seu destino, Maria Peregrina já tinha sido contatada. Portanto, já tinha sido descoberta a sua identidade antes mesmo da saída do último número da *RLU (Revista Universal Lisbonense)*, sob a direção de António Feliciano de Castilho. (CUNHA, 2014, p. 148).

Nas páginas da *Revista Contemporânea*, Castilho conta, muitas vezes com um tom de encantamento, a trajetória da escritora, a educação que recebeu dos pais e como era seu processo criativo. Tal esboço biográfico foi construído a partir de conversas e de cartas trocadas entre os escritores e teve como objetivo fazer com que Peregrina voltasse a escrever, após um momento em que ela parou de fazê-lo. Temos, contudo, que lê-lo com olhos bem atentos, já que o biógrafo se refere a Peregrina majoritariamente como uma figura pura, inocente e singela, adjetivos que abundam o texto. Escreve enquadrando Peregrina na visão idealizada que se tinha sobre a mulher na época. Não lhe é apontada nenhuma falha, nenhum desvio em

¹³ Cf. António Feliciano de Castilho, “D. Maria Peregrina de Sousa”, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, 1 de abril de 1861, p. 273-312.

sua trajetória, que é sempre marcada pela virtude, pela devoção à família e pela modéstia. No trecho a seguir, desconsiderando o caráter por vezes idílico da narrativa, Castilho destaca o estilo despretensioso dos textos da autora:

O ver-se conhecida não inspirou à nossa escritora nem vaidade, nem covardia. Tinha trabalhado, estudado, e produzido, sem ambição; como a silveirinha emboscada no valado cria sem tracto de homens. e só por mercê do ar, da alva, do sol, e das estrelas, o seu verde e os seus botões, as suas flores e os seus fructos. Era assim de sua natureza. Continuou como principiara, e como ha de ir já agora até ao fim. Compõe como conversa, como pensa, e como sente; sente com a delicadeza de mulher; discorre com a sisudez de moralista desenrugado; fala sem arrebiques affectados, mas deliciosa de ingenuidade; e é tudo isto e só isto o de que se lhe formam debaixo da pena, sem ela o cuidar, os seus versos e as suas prosas, as suas narrativas e os seus discursos, as suas correspondências, os seus artigos volantes, os seus voluminhos que ela não cataloga, nem conta, nem cita, nem relê, nem recorda por ventura. (CASTILHO, 1861, p. 274-5)

Em sua biografia, tomamos conhecimento da curiosa origem de seu nome. Tanto fugiu, tanto caminhou com sua família para se ver livre das tropas estrangeiras que invadiram Portugal, que seu tio lhe pôs o expressivo sobrenome de “Peregrina”.

Também descobrimos como Peregrina fora educada. Foi seu pai, diferente do que era comum na época, quem a ensinou a ler.

Meu pai me ensinou a ler apenas falei desembaraçado, e falei de um ano. Não me ensinou pelo *Método Português* porque então o não havia, mas «reprovava os métodos existentes, e me ensinou não sei como; «unicamente sei que foi com tal rapidez, que todos se admiraram. Lembra-me só que meu pai me meteu nas mãos um papel com as letras do alfabeto, e depois, não sei como, passei a ler num livro. Eu era doida por histórias, e meu pai me dizia quando lhas pedia: — «Lê-as; tu não sabes ler?» (SOUSA *apud* CASTILHO, 1861, p. 284-5)

A mãe, mesmo com pouca instrução, fora responsável pelo restante da educação de Peregrina e pela mudança de postura da menina:

A educação que me deu com os conselhos e com o exemplo, serviu para corrigir alguns dos meus defeitos. Era eu naturalmente encolhida, tímida, vergonhosa, fraca de caráter, muito estouvada, e irreflexiva. A criação e o uso da sociedade me tornaram outra; mas ainda às vezes a minha natureza primitiva pode mais comigo que a reforma e a reflexão. (SOUSA *apud* CASTILHO, 1861, p.289)

Peregrina amava as artes. Seu amor à literatura, ao teatro e à dança encontrava, porém, objeções por parte dos pais: eles não consideravam isso um

estudo, mas um simples divertimento que não deveria se tornar uma ocupação exclusiva. Aprendeu francês aos vinte anos e, por isso, seu gosto literário mudou. Passou então a ler Chateaubriand e outros autores. Considerava a língua um importante e belo instrumento intelectual e, ao aprender pelo menos uma língua estrangeira, sentiu alargarem-se os horizontes para seus estudos. Nunca casou. Acatou o pedido de sua mãe que, antes de morrer, pedira-lhe que cuidasse dos irmãos mais novos e do pai. “Eu não servia senão para ser filha-famílias; o mundo não foi feito para mim” (SOUSA *apud* CASTILHO, 1861, p.307).

Michelle Perrot chama atenção para as funções assumidas pela filha mais velha:

A filha mais velha carrega uma missão especialmente pesada: substituta da mãe falecida, ela tem de assumir as tarefas domésticas e maternas junto ao pai e aos irmãos mais novos. A irmã mais velha corre o risco de ser sacrificada no caso da morte prematura da mãe. (PERROT, 2012, p. 153)

Mesmo resignando-se ao papel que lhe coube, Peregrina contrariou o que seus pais planejaram. Dedicou-se à leitura e à escrita, aprendeu por conta própria outras línguas (italiano e inglês) e, ainda que jamais ousasse imaginar-se dessa forma, uma vez que os considerava espécie de semideuses, tornou-se, de fato, uma escritora.

Castilho lista, ao final da notícia biográfico-literária, as produções da autora até então. São elas: No *Archivo Popular* saíram (“ainda enfeitadas”) umas coisas em rima, a que ela chamou de chácaras: *Bernardo dei Carpia; Eriço e Batilde.; Jacques; Chácara* — sem nome; *Um cavalleiro portuguez; A moira de Lissibona*. E os pequenos romances: *Historia de Adelaide; A falta de uma mãe; Longuinhos; Zulirna ou a cruz de oiro e Ricardo e Margarida (anos 42 e 43)*. Em 1848 saiu no *Periódico dos Pobres* do Porto: *Roberta*. Depois, publicou, com seu nome ou iniciais, os seguintes romances: *O amor missionário; Vinganças de vinganças; Uma historia cortada a tempo; Egoismo com capa de amor; O Tutor de Virginia; Uma boa filha é a alegria de uma boa mãe; Uma vida amargurada; O cavalleiro do cruzado novo, e o cavalleiro do botão de rosa; O Jogador; O Magnetismo; O homem dos provérbios; Fatalidade; Carolina; Consequencias de um mau passo; Amarilis no campo; Salu de visitas e pavorosa saída; Os fantasmas; Testamentos vocaes* — seguimento do antecedente; *Aristocracias diversas ou o genro desejado; Previdencias de Alvaro, e*

incurias de seu irmão; Os sobrinhos da tia Erigida. Em 1850, no *Pirata*, periódico literário do Porto, publicou dois romances: *Henriqueta*, mais tarde publicado em livro (1876) e *Inconstancia involuntária*. No *Íris* do Rio de Janeiro saiu: *Pepa* e o princípio do *Rhadamanto*. Este último também foi publicado em livro, em 1863. Há ainda os romances *Retalho do mundo*, publicado em 1859, *Maria Isabel*, em 1866 e estudos sobre as tradições populares: as “Superstições populares do Minho”, publicadas na *Revista Universal Lisbonense* (1844-45) e as “Cartas Folclóricas”, na *Revista Lusitana*.

Adolfo Faria de Castro¹⁴ e Bertino Darciano Guimarães¹⁵ chamam a atenção para um picaresco poema, intitulado “Elogio Fúnebre – A uma dama, prodígio de fecundidade, que dá à luz três romances, por semana, nos jornais do Porto”, escrito pelo personagem criado por Camilo, e que seria dedicado a Maria Peregrina de Sousa. Já se sabe a opinião mordaz desse personagem sobre as escritoras portuguesas, mas ele ainda é mais radical neste, publicado no mesmo livro de “As literatas”.

Atafona de romances,
És um carril a vapor!
Romantizas quanto achas,
E nos folhetins encaixas
Com satânico furor.

(...)

Faz-me dó, pois tu bem podes
Bordar lenços de cambraia
Com bonito *petit-point*,
E, não sendo aqui ninguém,
Podes, ser tudo na Maia. (BRANCO, 1854)

Mesmo sem saber se o poema fora dedicado a Peregrina, é evidente que ela não possuía nem a fluidez verbal nem a verve de Camilo Castelo Branco, até mesmo porque a educação que recebeu era insuficiente para tal. O talento dela, que muitos tenham ignorado, foi percebido por Castilho, que além de incentivá-la a publicar seus escritos, incumbiu-a de anotar algumas passagens de sua tradução dos *Fastos* de Ovídio. O nome dela figurou, assim, ao lado de grandes escritores,

¹⁴ Cf. Adolfo Faria de Castro. *Maria Peregrina (1809-1886). Ensaio literário-etnográfico*. Porto: Separata da Revista Portucale, 1936.

¹⁵ Cf. Bertino Darciano R. S. Guimarães. *Maria Peregrina de Sousa (1809-1894). Escorço biobibliográfico*. Matosinhos: Separata de Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, 1959.

como Gomes de Amorim e Latino Coelho. Há, portanto, que se louvar a coragem com que Peregrina enfrentou os preconceitos da época para escrever suas histórias, seus poemas e contos populares; para tornar pública, dessa forma, sua visão de mundo, pois

Um coração corajoso,
Bem que pequeno pareça,
Vale mais que um braço longo
E que uma grande cabeça (SOUSA, 1851, p. 74)

Figura 3: *O banho*, Alfred Stevens (1867)



Fonte: Musée d'Orsay

3 AMÉLIA, CAROLINA E CHRISTINA EM *RETALHO DO MUNDO*

O romance *Retalho do mundo*, publicado em 1859 pela Tipografia Constitucional, da cidade do Porto, editado por Eduardo Pereira Barbosa, foi dedicado a António Feliciano de Castilho, “em testemunho da amizade, gratidão e respeito” (SOUSA, 1859). Confirmando o apego que Peregrina nutria pelas tradições populares, cada um dos 58 capítulos do livro apresenta uma sentença, um adágio ou um rifão. Sobre isso, destaca Bertino Guimarães:

Não deixou de me causar certa estranheza a distinção que a Autora estabelece entre estas denominações, distinção que ela frisou bem ao intitular cada capítulo do seu romance, com excepção de um. E isso levou-me a fazer algumas pesquisas, que não me desagradaram e não foram inúteis, tanto mais que, como escreveu Agostinho Fortes, “o adágio dum povo é, sem dúvida, o mais rico e instrutivo repositório de toda a evolução desse mesmo povo nas múltiplas modalidades da sua actividade colectiva”. Consultando, com efeito, Ladislau Batalha, na sua “História Geral dos Adágios Portugueses”, li, logo de entrada, o seguinte: “Continua em uso confundir adágios com provérbios, e classificar uns e outros no número de ditados e anexins a traduzir a sabedoria das nações”. E de Francisco Rolland, Impressor Livreiro em Lisboa, encontrei até mencionada a seguinte obra: “Adágios, Provérbios, Rifãos e Anexins da Língua Portuguesa”. Justifica-se, portanto, a distinção que a Autora fez. (GUIMARÃES, 1959, p. 11)

Além disso, Peregrina reproduz na fala dos personagens que habitam a aldeia a linguagem popular, como se pode verificar nos diálogos entre Ana da Choça e seu filho Francisco ou entre Ana e seu pai, Feliciano.

Francisco, ao se passar por Nuno, um rico marquês, tenta seduzir Amélia, uma das personagens centrais do romance. Amélia distancia-se do paradigma da mulher conveniente, seja por suas atitudes ou por sua educação. Filha de Henrique Maria, refinado economista apaixonado pela liberdade, e D. Leonor, ela pertence a uma rica família burguesa e, por isso, recebeu a instrução que lhe cabia. O resultado, porém, fora outro: “Chegou aos doze anos lendo mal, dançando bem e tocando pessimamente o piano” (SOUSA, 1859, p. 26). A culpa pela sua má educação coube, precisamente, à mãe, mesmo que o pai fosse ausente e preferisse se dedicar ao trabalho. É o que aponta Maria Amália Vaz de Carvalho:

(...) só a mãe cumpre, com desvelo, carinho e abençoado esforço, que absorvendo-a toda, a salvaguarda pessoalmente de todo o mal, preparar sua filha, não para uma vaga e quimérica existência de sonho, mas para a vida prática (CARVALHO, 1904, p. 72).

A função da mãe consiste, portanto, em preservar a família burguesa. Estando essa em perigo por conta da má conduta de uma filha, toda a sociedade está ameaçada, o que demonstra o poder político feminino.

A maternidade é entendida numa perspectiva político-social sobre a qual se faz fundamentar a sociedade. Não basta por isso dar bons filhos à nação, mas é preciso que estes sejam bons filhos (...). A maternidade tem ainda um sentido moral, a qual sendo independente do acto de conceber, representa antes uma forma de “conceber a sociedade” (VAQUINHAS, 2000, p. 46-47).

O narrador aponta que o excesso de mimos fez com que Amélia se desviasse do caminho esperado. Todos a julgam. O cura da região, indo visitar a família, alerta D. Leonor sobre os comentários que fazem sobre sua filha e a condena: “É responsável perante Deus e os homens a mãe que expõe a virtude de sua filha, quando algum mal lhe succede” (SOUSA, 1859, p. 95). Ele ainda prevê o pior: “Pobre criatura!... Esta fraqueza de carácter e doudice por sua filha, preparam a ambas dias talvez bem amargos” (SOUSA, 1859, p.99). A mãe, pesarosa, via sua saúde rarear, mas sua maior dor era moral. “As aflições, amargos pesares, e remorsos mesmo, haviam destruído a saúde da mãe de Amélia. Ela conhecia que não educara sua filha como deveria (...). O seu maior padecimento era moral (SOUSA, 1859, p. 391-92).

Amélia, conhecida por seu envolvimento amoroso com vários homens, pouco se importa com a opinião de sua família e da sociedade. Rebelar-se contra a autoridade paterna e contra o julgamento moral que acompanharia seu relacionamento com Nuno, seu amante à época, a quem julgava ser um homem de classe social compatível com a sua. Em um diálogo com a mãe, preocupada, Amélia é incisiva:

– Que me importa a mim o mundo, minha mamá?(...) O mundo para mim está aqui n’esta sala. A minha afeição é pura e inocente... Extremosa e violenta como a de Adelaide por Cominge, Clementina por Victor e Elodia pelo Solitario. (SOUSA, 1859, p. 74).

Em outra situação, quando chega ao Porto com D. Leonor, às vésperas de um baile, há a seguinte conversa entre elas:

- Não fallas como deves, Ameliuzinha. Uma menina bem criada não ama senão aquelle que deve ser seu marido.
- Que me importa meu pai?! É forte consumissão! Elle governa na sua papellada. Eu governo em mim (SOUSA, 1859, p. 124).

Outros personagens também julgam o comportamento de Amélia. É o caso de D. Constança, mãe de Álvaro, com quem o pai de Amélia deseja casá-la: “A noiva que lhe querem dar levou muito má educação. O principal é o porte leviano de Amélia e a dureza com que tracta seus pais” (SOUSA, 1859, p. 162). Álvaro, que ama Christina, uma moça pobre, querendo livrar-se do casamento arranjado, também recrimina a postura de Amélia. Ao pai, “disse-lhe o mal que se dizia de Amélia. Falei-lhe na pessima educação que ella levou, e na insolencia com que tracta sua mãe” (SOUSA, 1859, p. 151). Pouco depois, em carta ao filho que havia fugido para não se casar com Amélia, D. Constança comenta, aliviada:

- Já não te quererão obrigar a casar com Amélia. Pobre D. Leonor! Quão caro está pagando o demasiado mimo que deu a sua filha! Teu pai, de certo se zanga por ter querido que tu cazasses com uma extravagante. (SOUSA, 1859, p. 258)

Em um momento anterior, alguns homens tecem comentários jocosos sobre a conduta amorosa da menina:

- A historia tem visos de romance. Amélia estava então namorada, mas era d’um príncipe da Arabia.
- Bem podia ella estar namorada d’um cento. (SOUSA, 1859, p. 174).

E concluem, supondo que Amélia tenha se livrado de todos os seus amantes para casar-se com Álvaro:

- A filha de *Rique* despediu por causa de Alvaro todos os outros seus adoradores. É uma lição para as meninas, que se apressam em desfazer-se de amantes superfluos. (SOUSA, 1859, p. 175)

Irene Vaquinhas mostra-nos que, no século XIX, “a cultura dominante incentivava a passividade feminina, sendo raras aquelas que ousavam rebelar-se contra a formação recebida” (VAQUINHAS, 2005, p. 36). Amélia, ao rebelar-se contra essa formação e ao mostrar-se indiferente à opinião alheia, distancia-se,

portanto, do modelo de passividade feminina, que punha também a mulher em posição subalterna. Amélia está fora do padrão no qual

(...) a vigilância sobre os actos próprios, a austeridade e a submissão eram padrões normalmente aceites. As jovens não tinham direito a uma individualidade própria. Pelo contrário, as suas acções eram regidas por estritos códigos de obediência. Nas situações de quotidiano os pais são avaliadores das ações dos filhos. Nas situações exteriores o centro de vigilância encontra-se desmultiplicado por *n* observadores. (BARREIRA, 1994, p. 48)

Amélia foge com seu amante, Nuno, com quem se casa sem o consentimento dos pais. Passam a viver em uma casa afastada e isso fez com que Amélia se aborrecesse com a vida de reclusão. Acostumada ao luxo dos bailes, não se conforma com a nova vida, quase monástica. Durante uma grave discussão, o marido lhe diz: “– Quem dá aqui as leis sou eu, que sou o senhor da casa!” (SOUSA, 1859, p. 320), ao que Amélia responde tentando agredi-lo, mas Nuno reage violentamente. De fato, na sociedade burguesa, o homem exercia seus poderes também no espaço doméstico. Como afirma Perrot (2012):

Exercem-se nessa esfera, e seria um erro pensar que o âmbito privado pertence integralmente às mulheres, ainda que o papel feminino efetivo no lar aumente de maneira constante. Em primeiro lugar, ele é senhor pelo dinheiro. Nos meios burgueses, ele controla as despesas domésticas entregando à mulher determinada soma, muitas vezes bastante apertada (PERROT, 2012, p. 110-111)

De acordo com o narrador do romance, “pela primeira vez de sua vida soffreo a filha de Henrique Maria o castigo de suas perrices; e foi de tal **qualidade** (*friso nosso*), que ficou por morta” (SOUSA, 1859, p. 322). Aqui, destaca-se a visão do narrador sobre o castigo de Amélia. Com uma visão tipicamente masculina, representando o senso comum daquela sociedade, o narrador deixa transparecer que o castigo da personagem foi merecido, justificado por suas más ações. O narrador das obras de Peregrina muitas vezes apresenta uma perspectiva ambígua: ora condena as ações das personagens femininas, ora as justifica, demonstrando apoio. Acreditamos que tal procedimento narrativo pode ser entendido como uma

estratégia de sobrevivência de Peregrina como escritora¹⁶. Querendo ser lida e aceita num espaço majoritariamente masculino, a autora não poderia colocar no papel atitudes e comentários muito radicais. O que ela fazia era buscar um equilíbrio. Por exemplo, se uma personagem burlava muito as normas de conduta da época, o narrador fazia um comentário mais moralista; se havia um comentário de outros personagens condenando a atitude dessa personagem, o narrador questionava as interdições morais.

Mesmo sofrendo as agressões constantes do marido, Amélia não muda de postura. Ou melhor, muda apenas aparentemente, para enganá-lo. Prometendo fazer tudo o que ele ordenar, põe a mesa, mas envenena a comida. É a sua estratégia para sobreviver a um mau casamento, fruto de uma má escolha. Seu plano, entretanto, não obtém completo êxito: ao comer a comida, envenena a si própria também. Em seu último suspiro, Amélia amaldiçoa a mãe, que, depois disso, jamais recupera a sanidade: “– Mata-me... Esmaga-me... Deixe-me! Eu a amaldiçoo! Foi a culpada da minha desgraça.” (SOUSA, 1859, p. 407). Isentar-se de culpa ou de responsabilidade pelos seus atos é uma forma de manter-se submissa, já que a sociedade ou a educação recebida da mãe é que levaram a personagem a ter uma conduta tida como imprudente. Aqui, reforça-se o papel da mulher como menor, sem vontade própria. Seu fim trágico é a prova de que certos desvios cometidos não seriam perdoados pela sociedade. Amélia morre para servir de exemplo a outras mulheres ou para mostrar que a sociedade é impiedosa? A ambiguidade que se abre, aqui também, faz pensar.

Seu fim trágico se justifica pela moral social determinada pelo modelo feminino da perfeição virginal¹⁷:

No século XIX o valor da virgindade é submetido às tentações de uma moral social “extradeterminada”. O estímulo para a imitação de comportamentos mais emancipados (modo de vestir, sociabilidade, leitura, etc.) provém de modelos vivos: da rua ou das crônicas sociais relatadas na imprensa laica. Dramas amorosos que terminam em suicídio ou em crimes de morte: sintomas da resistência às alterações dos códigos de honra feminina (GIORGIO, 1994, p. 225)

¹⁶ Outras escritoras, como Maria Amália Vaz de Carvalho, também se valiam dessa estratégia. Cf. REIS, Bianca Coutinho dos. “*Cérebros e Corações*”: a ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro (dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

¹⁷ Cf. Michela de Giorgio “O modelo católico”. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente. O século XIX*. Vol. 4. Porto: Ed. Ajuntamento, 1994.

Outra personagem importante na narrativa é Carolina. Ela se envolveu amorosamente com o comendador Narciso, depois com um barão e, no fim do livro vemos que ela está às voltas com “Ricocó”. Carolina, ao contrário de Amélia, não foi preparada para ser boa mãe e boa esposa, mas para ser boa amante. Não era, pois, uma “senhora”, sinônimo de mulher honesta na sociedade portuguesa oitocentista. Não podemos ignorar a diferença econômica e social entre as duas personagens. Advinda de uma família burguesa, esperava-se que Amélia fosse uma futura “senhora”. Já Carolina, filha natural, não possui uma família tradicional: criada apenas pela mãe, Gertrudes, desconhece quem é seu pai.

As formas de tratamento reflectem, pois, uma concepção elitista da organização social se bem que a dicotomia senhora-mulheres, por ser demasiado simplista, oculte discriminações que atingem o sexo feminino no seu todo. Aliás, a burguesia desenvolverá ao longo do século XIX toda uma estratégia de distanciamento social relativamente ao “povo”. Os *Códigos de Civilidade*, de grande sucesso editorial, têm precisamente a função propedêutica de ensinar as regras e os comportamentos socialmente correctos e adequados a “gente de bem”, contribuindo para definir o arquétipo de uma senhora. A discrição é, nesta matéria, a regra de ouro e a qualidade apreciada. (VAQUINHAS, 2000, p. 15)

Carolina também é julgada por seus pares. Em um diálogo entre o comendador Narciso, desejoso de firmar casamento com Christina, moça pobre, porém “gente de bem”, pergunta se Costa, seu empregado, desejaria se casar com Carolina:

– Agradeço a vossa excelência, mas se eu casar há de ser com mulher que tenha os adornos, que vossa excelência ontem gabava na senhora D. Christina. (SOUSA, 1859, p. 189)

Costa se refere à virtude e à modéstia, diferentemente do que pensava o comendador, que diz:

– Ah! Ah! Pois o senhor Costa também pretende casar com mulher honesta? E julgas que aquela, que me servia para amante, seja indigna de ser tua mulher? (SOUSA, 1859, p. 189)

Christina, mesmo não sendo rica como Amélia, ainda pode ser considerada uma “senhora”, pois apresenta um comportamento social correto para aquela sociedade: era casta, modesta, recatada e tímida. Veremos mais tarde que Christina não é totalmente passiva em relação à sua condição. Já Carolina é considerada

indigna, pois seu comportamento assemelha-se ao de uma prostituta. Conforme observa Cecília Barreira:

A mulher é demoníaca; não consegue conter-se ávida de sexo. Biologicamente alterna entre a histeria e o vício. (...)
A mulher era histérica. Diziam-no os tratados de medicina, os de psicologia, os romances. (...) Uma das causas da histeria é uma degeneração dos instintos, numa inconsciência que levará a fugir de uma vida regrada (BARREIRA, 1994, p. 88-89)

Talvez se Carolina possuísse uma família estruturada segundo o modelo burguês, sua vida fosse diferente. É o que pensa a personagem ao refletir sobre suas escolhas. Em um diálogo com João, espécie de seu criado e ex-amante, ela se arrepende por ter abandonado a filha que teve com ele. Carolina, contudo, não desejava para seu bebê a mesma vida carregada de preconceitos que ela vivia. Acreditava que a filha de uma mulher como ela não poderia sonhar em ser uma “senhora”.

– Sempre tive pena de não ter um pai que me guiasse e protegesse. Para que algum dia minha filha me não amaldiçoasse, como eu no meu coração amaldiçoou minha mãe muita vez, é que me sujeitei à vontade dela e à tua, consentindo em que esse anjinho fosse enjeitado. Uma menina com um pai como tu e uma mãe como eu havia de ser uma miserável e desgraçada! Ah, João! Se tu tivesses casado comigo em vez de me entregares ao comendador... (SOUSA, 1859, p. 233-234)

Carolina também é considerada indigna porque tentava viver a sua liberdade, mesmo que se mantivesse economicamente à custa de outrem. A partir da leitura de Fichte sobre a sexualidade da mulher, Fraisse (1994) aponta que:

A mulher afirma (e mantém) a sua dignidade de ser humano tornando-se um meio (o de satisfazer o homem), deixando de ser seu próprio fim, o que ela faz em plena liberdade. Se a isso se chama amor, “forma sob a qual o instinto sexual se manifesta na mulher” é porque, ao contrário do homem, a mulher não pode confessar a si mesma o seu instinto sexual; isso seria renunciar à sua dignidade. (FRAISSE, 1994)

A personagem segue seu instinto e abre mão de uma vida confortável com o amante escolhido por sua mãe. Ela também se rebela contra sua condição. Quando Gertrudes e João repreendem-na por estar apaixonada por Ricocó e ignorar um abastado amante brasileiro, ela os confronta e João diz:

- Eu e tua mãe demos providências para que te não percas de todo. Hás de deixar esse fidalgo feito a pressa, que ninguém conhece. Estás namorada dele, e eu não sofro isso.
 - Ah, Fazes-te zeloso? É cousa nova em ti. Pela raridade tem merecimento. Meus amantes até agora não te causaram ciúmes.
 - Os teus amantes pagavam bem e tu os desprezavas.
- E Gertrudes complementa:
- O brasileiro, que quer gastar parte dos seus bilhetes contigo, é homem sério; não é bailarino, e aborrece os bailaretes. Eu lhe prometi que tu...
 - Prometa o que pode cumprir! Em quanto a mim estou cansada de ser a sua boneca ganha-pão. Amo fielmente um homem que seria capaz de casar comigo. Não quero outro. (SOUSA, 1859, p. 412- 413).

Ao final do livro, percebemos que Carolina fora vítima de um golpe do comendador, seu ex-amante, que, utilizando uma máscara, fez-se passar por outra pessoa para enganar Carolina. Ela, arrependida, tem sua redenção ao entrar para um convento fora do Porto.

Outra personagem de destaque no livro é Christina, já mencionada. Ela ama Álvaro, rapaz de família rica. O casamento entre os dois não é aceito pelo pai de Álvaro, pois a família dela não possui recursos financeiros para o dote. O casamento, mais que a consequência de uma relação de amor, muitas vezes era um simples ajuste de interesses. Peter Gay (1990) afirma que

A passagem para o casamento – que era para todos, menos para boêmios e românticos impenitentes, a finalidade única do amor – não era uma estrada retilínea, fosse feita de cálculo racional ou de paixão insensata. Era, antes, um campo de batalha em que se defrontavam emoções rivais e conflitantes, muitas delas inconscientes. A preocupação dos pais com a segurança monetária ou a ascensão social podia colidir com o desejo imperioso que seus filhos sentiam de obter satisfação emocional, e, no emaranhado de afetos e tensões familiares, o resultado não estava nem de longe assegurado por antecipação (GAY, 1990, p. 89).

Preocupado com a reputação de sua filha Amélia, Henrique Maria decide casá-la com Álvaro, já que ambas as famílias pertencem à mesma classe social. Christina então se desespera, ainda mais depois de descobrir que seu pai, Felipe, a prometera ao perverso comendador Narciso. Este deseja casar-se com Christina, não por amor, mas por “mais uma excentricidade” em sua vida e não se importa muito com o fato de ela ser pobre, apesar das críticas de seus amigos:

- Então muitos parabéns se a noiva é bonita.
- E rica. O dinheiro é a mola real da máquina deste mundo.

Ao descobrirem que ela não é rica, repreendem o comendador:

– Mocidade doida! A mulher pobre é um fardo de chumbo. Que namorasses Christina era natural, mas casar com ela! Isso não deve ser. Essa mania há de te passar. (SOUSA, 1859, p. 308)

Aqui, Christina se torna uma mulher inadequada ao casamento, como Amélia e Carolina, mas por outro motivo que não o sexual: apesar de bela, casta e comedida, ela é pobre. Portanto, tê-la como esposa, sem dote, não é um negócio vantajoso. Os amigos do comendador fazem, assim, uma divisão clara entre mulher para namorar e mulher para casar, assim como Afonso da Maia fez com seu filho, Pedro da Maia, quando este se apaixonou por Maria Monforte, “a negreira”. Assim a veem os amigos de Narciso e assim também a vê o pai de Álvaro.

Christina sofre com sua situação e, mesmo tentada, não aceita a ideia de fugir com Álvaro, que, inseguro, teme que ela se apaixone por Narciso: “Ele é moço e rico, eu sou infeliz e não posso disputar-lhe esse bem. (...) Christina não pode amá-lo. Ele é indigno da afeição honesta de uma donzela virtuosa” (SOUSA, 1859, p. 270).

A personagem recusa, de fato, a oferta do comendador, que a deseja a todo o custo, como esposa ou até mesmo como amante:

– Toda a tua confiança tem sido até agora para o louco, que te acaba de oferecer a metade da sua miséria; mas agora hás de ser minha esposa ou minha amasia; escolhe. Respeito-te tanto ainda que te ofereço metade da minha opulência.
– Há misérias, senhor, muito opulentas; e opulências muito miseráveis, responde Christina (SOUSA, 1859, p. 288).

Ao longo da história, vemos que Christina, a seu modo, demonstra seu desgosto por Narciso. Não é, pois, uma resignada com a sua situação. O comendador havia criado uma situação para comprometer Christina ao fingir que houve relações sexuais entre eles para que Felipe consentisse no casamento. Tentando ajudar Christina, Carolina conta que fora amante do comendador e revela a verdade sobre ele. Ela se espanta com o tratamento que recebe do pai de Christina:

– Se V. S^a me conhecesse, não teria comigo tantas atenções.
– Todas as senhoras merecem atenções e respeitos, replicou Felipe.
– Eu não sou porém uma senhora... Sou uma infeliz. (SOUSA, 1859, p. 329)

Convencido da vilania de Narciso, Felipe desiste de casar sua filha com ele. Porém, não deseja que ela se case com Álvaro, cujo pai a rejeita como nora:

– O orgulho deve dar-te forças para te afastares do filho do homem que calcula a pequenez do teu dote e te julga por isso indigna da tua aliança. Eu não sou como esses pais mercenários, que vendem suas filhas ao primeiro ricaço que as quer comprar. Se quis dar-te a Narciso, foi porque ele me enganou... (SOUSA, 1859, p. 358)

De todas as personagens femininas de *Retalho do mundo*, Christina é a única a ter um final feliz. Representando um modelo de conduta aceito socialmente, mesmo que com certo fel, ela tem o desfecho considerado adequado, e Maria Peregrina de Sousa, nesse caso, não foge aos modelos vigentes. Uma mulher, aos olhos do senso comum do tempo, virtuosa, discreta, casta que, mesmo sofrendo nas mãos de um pretendente indesejado, não se corrompe, mereceria se casar com seu amado, alguém capaz de tudo por ela. Aproxima-se da figura pura de Maria, mãe de Jesus. Carolina, mesmo com uma vida de pecado aos olhos da sociedade, tem sua redenção ao falar a verdade para juntar um casal. Sua atitude de doar sua filha, fruto de uma relação não aceita socialmente, também é uma prova de que ela não se conforma inteiramente ao seu papel de “mulher indigna”. Sua ida para o convento mostra o seu arrependimento de uma vida em que, muitas vezes, não tivera escolha. Aproxima-se, assim da figura de Maria Madalena. Em relação a Amélia, que se distancia completamente da figura da mulher ideal do século XIX, seu fim trágico mostra que a sociedade ainda não estava preparada para uma mulher com vontades e opiniões próprias. Mas mostra também que o anseio por maior liberdade à mulher, no campo sobretudo dos afetos, já estava posto como uma questão social por vezes dramática. Se a literatura, naquele tempo era também para ensinar, *Retalho do mundo* pode ter ensinado às meninas o valor do recato e da obediência, mas pode também ter sido uma advertência aos pais de que a corda da moral e da boa conduta não poderia ser esticada em excesso. Era preciso ceder.

As personagens femininas de Maria Peregrina de Sousa são um *retalho do mundo* em que vivem. Apesar das convenções, das regras de interdição, elas expõem os conflitos e as contradições do mundo liberal português. Umas mais, como Amélia; outras menos, como Christina. Além disso, representam a complexidade das mulheres da época: não são gatas borralheiras, mas também não

são meras bonecas de luxo. São mulheres, todas com defeitos e qualidades. Considerando que a literatura é também uma expressão da sociedade de uma época, por meio da obra de Maria Peregrina de Sousa podemos conhecer os comportamentos e os impasses morais da mulher oitocentista sob uma ótica que não aquela que tem prevalecido, a dos homens.

Figura 4: *Uma mulher em sua toailete*, Berthe Morisot (1875)



Fonte: Art Institute of Chicago

4 **MARIA ISABEL**

Romance publicado em 1866, no Porto, pela Tipografia de José Pereira da Silva, *Maria Isabel* foi dedicado ao Visconde de Villar Allen, importante incentivador da indústria portuguesa. A curiosa dedicatória, de autoria de Antonio Pereira da Silva, editor do livro, é justificada pela ligação entre indústria e literatura que, segundo o editor, “são irmãs gêmeas, cujo pai commum é o talento. Sem a arte não haveria o prélo, e sem o prélo não nasceria o livro” (SILVA, *apud* SOUSA, 1866, p. 8). Sua intenção parece ser a de aumentar a divulgação da obra, “que um esforço” seu “atira hoje aos mares da publicidade”. Diferentemente das outras narrativas estudadas neste trabalho, cada capítulo de *Maria Isabel* apresenta apenas uma espécie de título, que condensaria o que se passa nele. Não há, pois, os famosos adágios ou rifões que marcam o estilo da autora.

A história se inicia com o desaparecimento do pai da personagem principal, Maria Isabel. Ricardo de Oliveira havia fugido, “deixando atraz de si uma quebra fraudulenta e desastrosa” (SOUSA, 1866, p. 10). Restaram apenas dívidas e sofrimentos para as duas mulheres da casa: Maria Isabel, cujo “ar de bondade e doçura occultava um character forte e uma alma magnanima” somado à “docilidade de genio” e à “nobresa de idéas” (SOUSA, 1866, p. 10) e Maria Carlota, a sua mãe e “a desgraçada esposa de Ricardo d’Oliveira” (SOUSA, 1866, p. 14). Esta personagem culpa-se pelo destino da família: por não ter ajudado o marido a administrar os bens da família, teria condenado sua filha. A personagem acredita que falhou ao exercer os papéis que lhe cabiam naquela sociedade, o de esposa e mãe exemplares:

- (...) Tu, minha filha, poderás encarar o abysmo sem horror: não foste tu que o profundaste; mas eu!... eu?!... Eu, esposa louca, mãe imprevidente, dona de casa perdulária?!...
- Minha mãe, socegue!
- Socegarei na campa. Só lá!... Tu podes chorar serena, Maria Isabel, e poderás consolar-te: eu nunca! (...) Perdôa, filha, perdoa a tu mãe; ou não!... amaldiçoa-me e foge de mim! Tu tens uma alma simples, um coração humilde, gostos singelos... Não sais a teus malfadados pais!... Não te pareces comigo. Eu fui altiva e orgulhosa da minha opulência, da minha formosura e do fausto que me cercava. Casei com muita alegria; não por amar teu pai, mal o conhecia, mas porque ele passava por muito rico, e porque mostrava um gosto decidido pelas grandezas. A sua união comigo fez-lhe desenvolver mais e mais o seu amor pelo luxo (SOUSA, 1866, p. 11-12)

Aqui, mais do que a crítica à sua conduta, o que se percebe é uma reflexão sobre o casamento. Uma relação cuja motivação primeira tenha sido o dinheiro estaria fadada ao fracasso? A situação da personagem parece comprovar isso. Contudo, os enlaces matrimoniais do século XIX fundamentavam-se, em sua maioria, em relações econômicas entre as famílias. Como aponta Peter Gay (1990), o dinheiro é parte fundamental para se firmar um casamento; perto disso, a noiva era “um apêndice inevitável” (GAY, 1990, p. 93).

O sentimento de remorso vai perpassar toda a jornada de Maria Carlota no romance, mesmo que Maria Isabel “a excelente filha” (SOUSA, 1866, p. 15), sempre comparada a um anjo, isente a mãe de culpa:

– Attenda-me, minha mãe. Não foi culpada... Ignorava o estado da nossa casa. Disse ha pouco que meu pai não lhe communicava nada sobre o máo estado dos seus negocios...

– É verdade!... Foi essa uma falta que me cegava... que me deixara continuar a ser perdulária. Mas misera de mim! devia saber que o desperdício é sempre um mal: que o luxo excessivo póde abalar a casa mais solida. E mesmo quando a riqueza chegue para tudo, não será um crime gastar em futilidade o que podia sustentar muitas famílias?... Ah!... e de que serviu esse enorme gasto que fiz para brilhar mais que as outras? Não serve de mofa tudo isso aos que primeiro deslumbrei? Que vaidade tão doida! (SOUSA, 1866, p. 12-13)

Na fala de Maria Carlota há novamente uma crítica à sociedade portuguesa oitocentista, que condenava as mulheres, principalmente as da alta burguesia, a uma vida luxuosa, fútil, que visava à ostentação nos salões. A elegância funcionava como um elemento de distinção social, já que “uma vivência de tipo ocioso era sinônimo de riqueza e de distinção, um sinal de prestígio reservado a uma pequena minoria” (VAQUINHAS, 2000, p. 56). A personagem crê que se não tivesse se dedicado aos gastos excessivos estimulada por sua vaidade, o destino de sua família seria diferente. Mas que escolha teve ela senão cumprir o que lhe era destinado? Opinar sobre a economia doméstica muitas vezes não era possível. O homem – pai, marido – exercia seu poder também em casa. Conforme afirma Perrot:

Em primeiro lugar, ele é senhor pelo dinheiro. Nos meios burgueses, ele controla as despesas domésticas entregando à mulher determinada soma, muitas vezes bastante apertada (...). A situação nos meios rurais é bastante semelhante. Apenas os meios operários ou populares urbanos escapam parcialmente à sujeição financeira em relação ao pai: a mulher, dona de loja

ou simplesmente dona de casa, conquistou esse lugar de “ministra das finanças” da família que lhe é tão caro (PERROT, 2012, p.110-111).

Quem também culpa Maria Carlota é Custódio da Cunha, credor de Ricardo. Mas é Maria Isabel quem vai falar com ele, enquanto sua mãe, após tanto chorar, descansa. Custódio interpela a menina de forma colérica e agitada, enquanto Maria responde com “mansidão” e “dignidade” (SOUSA, 1866, p. 21) e se mantém em uma postura quase de vassala, “imovel, com a cabeça inclinada sobre o peito, as faces incendiadas e as lagrimas a marejarem-lhe os olhos” (SOUSA, 1866, p. 22). Comportou-se como uma “senhora”:

- Sua mãe não teve culpa?!... Não ajudou ela e mais a senhora a desbaratar o que tinham e o que não tinham? Deitaram á rua, pela janella, os dinheiros que lhes não pertenciam, e agora dizem: “não tivemos culpa!” (...)
- É verdade!... Gastamos mais do que devíamos. Temos só a desculpa de ignorarmos que não podiamos com essas despesas escusadas.
- Sim, sim! Gasta-se, desperdiça-se, e depois diz-se: “nós não sabiamos.” E a gente honrada e modesta, que vive com a maior economia, que veja engolindo o fructo do seu trabalho em um abrir e fechar d’olhos n’esse sorvedouro que nos preparam com arte diabólica (SOUSA, 1866, p. 22-23).

O que parece é que Ricardo de Oliveira não tem responsabilidade alguma pelo ato praticado, o de ter fugido e deixado esposa e filha na miséria. Isso é percebido tanto na postura das personagens femininas quanto nas masculinas. A culpa recai sobre a mulher, a quem cabia, portanto, preservar a família, nisso incluindo as finanças. Custódio da Cunha continua culpando a mãe de Maria Isabel:

- De meus filhos que os senhores roubaram!... Mas não me queixo da menina; era muito nova e não governava: e também nos seus guarda-vestidos e gavetas não era onde se encontravam mais bagatellas de grande preço; mas sua mãe!... E ella havia de saber mais do que diz, e agora deve ter a certeza de achar algures a riqueza... Tinha usado o que nos deixou, comprará coisas novas. (SOUSA, 1866, p. 23-24)

Apenas quando a menina se retirou é que ele mudou de ideia:

- Estou agora persuadido que esta infeliz não sabe d’um real subtrahido. O tratante do pai pôz-se ao fresco com a caixa militar. Está a tocar barimbau, e deixou a mulher, filha e credores a ver navios. (SOUSA, 1866, p. 26)

Sem recursos, Maria Isabel acredita que conseguirá sobreviver trabalhando. Poucos eram os postos de trabalho oferecidos às mulheres. E já vimos que uma

existência ociosa era o que se pretendia para uma mulher. Como aponta Cecília Barreira (1994):

As mulheres não deveriam exercer qualquer profissão, salvo se o baixo rendimento dos maridos o justificasse. Condescendia-se relativamente às profissões de professora de piano, bordado ou línguas. E, num grau consideravelmente mais abaixo enumeravam-se as profissões humildes que uma mulher “honesta” poderia exercer: bordadeira, costureira, caixa ou caixeira (BARREIRA, 1994, p. 78).

A personagem, no entanto, é surpreendida pela oferta de “um homem de meia idade, de agradável presença, bem apessoado, e vestido com o maior esmero e acceio” (SOUSA, 1866, p. 27). Trata-se de Amaral, um dos credores de seu pai. Ele lhe oferece uma casa em Vilar com criada. Na crença de Amaral, uma rapariga outrora rica não deve fazer trabalhos pesados, mesmo que necessite, “uma vez que sobre o trabalho feminino fora do domicílio pesavam inúmeros constrangimentos sociais, morais e ideológicos” (VAQUINHAS, 2005, p. 23). O seguinte diálogo mostra a clara distinção social existente. Se as mulheres burguesas já sofriam com as barreiras impostas, as de classe menos abastada, mais ainda.

- Não senhor Amaral, isso não! Não podemos pagar a criada, passaremos sem ella.
- Louquinha!... Como poderia passar sem ter quem lhe fizesse serviços grosseiros? Tem as mãos muito mimosas, filha, não sabe ainda o que custa o trabalho pesado e rude que faz uma criada.
- Acostumar-me-hei a tudo, e as mãos se tornarão fortes e grosseiras com o trabalho.
- Não sabe o que está dizendo. Se as mãos se lhe tornarem asperas e calosas não poderá trabalhar em obras delicadas; e como ganhará então o sustento de sua mãe? (...) Á noite virá uma carruagem buscal-as.
- Uma carruagem!... Não, meu senhor, não mande carruagem; iremos a pé. Se nos vissem sair d'aqui em carruagem, que diriam? (SOUSA, 1866, p. 31).

Maria Isabel não pensa na repercussão negativa de uma moça solteira morar numa casa cujo proprietário era um homem que, não obstante, ainda era casado.

Maximino, filho de Custódio, ouve a cena e suplica para que o pai ajude a moça. Este reluta, mas alerta Maria Isabel:

- Por ter uma filha é que vim dar-lhe um aviso. Espero nunca dar motivo a que haja quem a consuma por minha causa; mas, em caso de desgraça, antes queria que a atormentassem do que a seduzissem. Antes queria que ela tivesse a haver-se com um Custódio da Cunha, do que com um Amaral.

– Que diz senhor?! Onde está a sedução? Conhece-se que o senhor Amaral é bom e generoso, teve dó da nossa desgraça e quer minoral-a. As suas palavras só indicavam compaixão.

– Pense bem, não era uma compaixão assucarada?... Tome bem sentido no que vou dizer-lhe. Não me importa que a menina acceite ou regeite os obsequios d’Amaral; não é minha parenta nem adherente; mas quero abrir-lhe os olhos. Se se despinhar não seja com os olhos fechados. Vendo-a à borda d’um precipicio, é do meu dever indicar-lh’o.

– Meu Deus, meu Deus! seria possível?!... Mas não póde a maldade cobrir-se de tão bondosa ap.arenia. O senhor Custodio da Cunha engana-se. Conhece-se que o senhor Amaral é uma alma nobre e bemfazeja.

– (...) Confesso-lhe até que tem character generoso, mas o que nego é que seja capaz de fazer bem a uma rapariga sem segundas vistas, sobre tudo se ella tem olhos que lhe caíram em graça. Se a menina fosse feia, mandar-lhe-hia talvez uma avultada esmola, mas não lhe offerencia a sua casa de Villar, que costuma ter sempre com uma linda moradora, e que, pelos modos, está agora devoluta. Porém, repito-lhe, faça o que quizer; não me importa a vida alheia. Se antes quer a deshonra do que a miseria, em quanto for nova e bonita... (SOUSA, 1866, p. 34-35)

A “desgraça” mencionada por Custódio seria Maria Isabel ser considerada uma prostituta. Em seu entendimento, ela teria dois caminhos a seguir: o da desonra, se aceitasse a oferta de Amaral e tudo o que ela traria, e o da miséria, se o recusasse. Parece-nos, porém, que Maria Isabel teria apenas uma escolha possível, pois, como afirma Cecilia Barreira (1994), “para se conservar ‘decente’, a menina obedeceria a regras precisas, evitando o comportamento ‘pecaminoso’ (BARREIRA, 1994, p. 48). Na verdade, Custódio da Cunha indica o caminho adequado a ela, como se a personagem não tivesse escolha ou mesmo discernimento suficiente para decidir o melhor para si. O narrador parece endossar, em outro momento, essa conduta: “o credito d’um negociante, é como o d’uma donzella: a mais ligeira indiscrição o póde tornar duvidoso, e da duvida ao descredito, a distancia não é longa” (SOUSA, 1866, p. 59). Nos dois diálogos assinalados, um homem, seja Amaral, seja Custódio da Cunha, quer determinar o destino de Maria Isabel. Ela segue o conselho de Custódio e muda-se, com sua mãe, para a casa de Carolina, uma costureira viúva.

Os capítulos seguintes detêm-se a mostrar a família de Custódio da Cunha, composta por sua esposa Adelaide e por seus filhos Maximino e Rufina, que “era bonita sem ser formosa, e alegre como o são todas as meninas que teem uma mãe extremosa, que as não deixam aborrecer-se na ociosidade, nem as op.rime com tarefas excessivas” (SOUSA, 1866, p. 44). A educação da menina, de responsabilidade da mãe, pautava-se no equilíbrio. Aprendera o que se esperava para uma burguesa: um pouco de línguas e de piano. Sua paixão pela música, no

entanto, era apenas um entretenimento para os homens da família. Adelaide diz à filha:

– Deixa agora ficar isso, Rufina; a gente nova precisa de mudar de serviço. Vai tocar. Não deves desprezar uma prenda que fica tão cara. E teu pai se distrae a ouvir-te. Aperfeiçoa aquellas peças de que elle mais gosta. Devemos dar a distração e felicidade áquelles que gastam os dias, e ás vezes as noites, a ganhar os meios de nos darem a abundancia e todas as commodidades da vida (SOUSA, 1866, p. 44).

No diálogo a seguir, também há mostras da função decorativa atribuída então à mulher. Precisando economizar dinheiro, Custódio da Cunha e Adelaide não hesitam em cortar as aulas de piano e de francês de Rufina, já que essas atividades seriam, aos seus olhos, supérfluas. Para Custódio, sua filha “não há-de passar a vida ao piano” (SOUSA, 1866, p. 60):

– Rufina está tocando muito bem.
 – Não toca mal.
 – Poderia talvez despedir-se o mestre. Não será nunca uma professora, e para se divertir parece-me que sabe quanto basta.
 – De certo. Hoje mesmo mandarei pagar ao mestre as visitas que se lhe devem, dizendo-lhe que o avisarei quando nossa filha tornar a dar lições (...).
 – Seja como dizes... Tens muita descripção... Tambem... parece-me...
 – Que nossa filha sabe sufficientemente o francez, não é isso? Tambem penso o mesmo. Podemos despedir o mestre. Eu e Maximino sabemos bastante para a não deixarmos esquecer do que ella aprendeu (SOUSA, 1866, p. 54-55).

Adiante, Maximino sugere ao pai abandonar os estudos para preservar a economia da família. Chama a atenção sua fala sobre a educação de sua irmã:

– Então já aborreces os estudos?
 – Não, meu pai, não. Mas tenho considerado que fiz muito mal em não seguir a occupação de meu pai e a opôr-me á sua vontade; e tambem que os meus longos estudos fazem um grande pezo á casa, e desfalcam aquilo que no futuro podia ser um dote para minha irmã.
 (...)
 – Emquanto ao peso que fazes á casa, eu ainda me não queixei. Se não estou nadado em prosperidade, tambem não estou reduzido a cerciar os estudos de meu filho.
 – Mas perdoe meu pai, a minha observação. Minha irmã foi privada dos seus mestres.
 – Os estudos d’ella não eram precisos. Eram um luxo; os teus são uma necessidade: são o teu futuro e talvez mesmo o d’ella. Ninguém pôde prever eventualidades. Desejava que Rufina fosse muito prendada: mas fizemos o que podemos; e no que já sabe achará recursos para se entreter a si e aos outros. Tu, porém, continua com os teus estudos, e faze por te distinguires (SOUSA, 1966, p. 154-156).

Nas passagens destacadas, o narrador, Custódio da Cunha e Adelaide reproduzem, em suas falas, pensamentos e práticas comuns na sociedade portuguesa do século XIX. O caso da própria Maria Peregrina de Sousa é exemplar: amante das artes, não pôde se aprofundar nelas por impedimento dos pais. Bastaria, pois, que as mulheres soubessem o mínimo para se tornarem “senhoras”:

A aprendizagem fundamental deveria constituir-se em torno da procura do marido. Por um lado a menina deveria tornar-se apetecível desenvolvendo e melhorando as graças naturais de acordo com regras determinadas – desde os cuidados do rosto, até às toillettes apropriadas para cada situação –; por outro, preservaria a virtude e o recato, ou seja, reservaria a satisfação do desejo masculino para o quadro institucional do casamento (BARREIRA, 1994, p. 48).

Salta aos olhos, porém, a fala de Maximino. Ela é destoante das demais. Ao questionar o pai sobre os estudos da irmã, ele faz o leitor refletir sobre o direito das mulheres à instrução. Maria Peregrina de Sousa sempre consegue colocar uma nota destoante em meio a uma obra à primeira vista construída dentro dos padrões do senso comum da época.

Também destoa, de certa forma, a personagem Carolina, a viúva que abrigou Maria Isabel e Maria Carlota em sua casa quando elas precisaram. Ela é assim descrita:

Era alta, secca e tez morena. Tinha modo sacodido e voz aspera. Fallava com certa arrogancia e doutorice ridícula. A vaidade era o primeiro de seus defeitos, ou antes o orgulho quase soberba. Tinha vaidade de ter sido sempre mulher honrada, de ter uma casa de dois quartos e cosinha, com alguns trastes que foram do seu pai; em trabalhar muito, em ter muita saúde; e mais que tudo em ter um filho muito bom moço, e muito seu amante, que fazia viagens de marinheiro, e lhe pagava o aluguer da casa, e outras muitas coisas (SOUSA, 1866, p. 64).

Carolina passa a maior parte do tempo sozinha, cuidando de sua casa e trabalhando como costureira. Como viúva, tem mais liberdade que Adelaide, uma mulher casada, ou Maria Isabel, solteira. Não precisa viver, pois, sob a autoridade de um homem. Ela é senhora de si. Porém, necessita da ajuda do filho, Francisco, para pagar o aluguel, pois seus rendimentos são muito baixos. Os salários femininos eram, via de regra, inferiores aos masculinos. Isso se justificava pelos papéis sociais exercidos por homens e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX. Como informa Irene Vaquinhas (2005),

Para os economistas políticos do tempo que, nesta matéria, fizeram lei, os salários dos homens deveriam assegurar não só a subsistência como a da sua família, enquanto os salários femininos eram considerados como um suplemento, devendo proporcionar tão-só o suficiente para a sobrevivência básica, qualquer que fosse a situação econômica ou o estado civil da mulher (VAQUINHAS, 2005, p. 28).

No decorrer da história, a mãe de Maria Isabel morre e a menina adoce; passa a ter constantes desmaios. Carolina precisa sair para trabalhar, mas se preocupa em deixar Maria Isabel sozinha em casa. Temendo pela honra da moça, Carolina sugere que ela vá morar com Ermelinda, uma senhora que afirma ser parente de Maria Isabel. A viúva afirma:

- O que lhe digo é para seu bem, senhora D. Maria Isabel. Dão-lhe flatos quando está só, e isso não é bom para a saúde; uma menina doente e pobre, não acha marido. Os flatos só os podem ter as pessoas ricas. Os homens não querem mulher achacada, se não tem *chelpa*.
- Eu não quero casar, senhora Carolina.
- Pois não deve querer outra coisa. O casamento é o desembargo do paço das raparigas. E não é preciso ter só saúde para achar marido, também é preciso ter boa fama, e v. s.^a desacredita-se na minha casa.
(...)
- Sim, senhora D. Maria Isabel, perde a sua boa fama aqui. Saio, para o meu modo de vida, e v. s.^a fica só. Vem meu filho, vem o visinho Alfredo, e virão outros, estar aqui à palestra... Isto não é bonito.
- Posso fechar a porta a todos, menos a seu filho. Diga-lhe, senhora Carolina que não suba quando eu estiver só.
- O melhor, menina, é ir para casa da senhora D. Ermelinda. Lá estava melhor e mais honradamente (SOUSA, 1866, p. 112).

A preocupação de Carolina é a mesma de Custódio da Cunha no início do livro: que Maria Isabel não seja mais casta ou ainda que os outros possam crer nisso. Tal hipótese condenaria a menina – pobre e órfã – para sempre naquela sociedade, pois impediria que fizesse um bom casamento, considerado objetivo maior de uma mulher.

Maria Isabel muda-se para a casa de Ermelinda. O que a protagonista nem os outros personagens sabem é que esta senhora é cúmplice de Amaral, seu ex-amante. É Maximino, que, desde a primeira vez que viu Maria Isabel, apaixonara-se, quem descobre a farsa dos dois. Ele pede que Custódio interceda pela menina, abrigando-a em sua casa. O pai, que a princípio mostra-se irredutível, acaba por aceitar o pedido. Temendo um romance entre Maria Isabel e Maximino, Custódio avisa ao mancebo: “- A honra e o dever não são brincos de criança. Offerecemos

um asylo honesto a uma donzella desditosa, é preciso que este asylo seja o que se lhe offerece” (SOUSA, 1866, p. 152).

Mesmo portando-se como o pai pediu, Maximino não conseguia dissimular: amava Maria Isabel. Quando ela fora vítima novamente de Amaral e Ermelinda, que a raptaram, ele não conseguia conter o desespero, embora temesse o pai. Surpreendendo a todos, Custódio da Cunha diz:

– O teu coração é um tonto, disse o ancião; o meu me diz que havemos de vel-a em breve. E, se tu amavas, porque m’o não tinhas dito? Não estudas para padre, podias casar com ella e guardal-a a teu gosto. És muito novo, é verdade para e encarregares de uma familia; mas se havias de ir namorar-te d’alguma rapariga que nos desagradasse, antes queria ver-te casado com a nossa Maria. Sê homem. As lagrimas e queixas são para as mulheres, que são fracas. Ficas sabendo que t’a dou por noiva (SOUSA, 1866, p. 200).

A despeito do comentário machista no final, a fala de Custódio revela uma prática comum sobre os casamentos da época. Como aponta Peter Gay (1990)

É por isso que as leis que regiam os direitos dos pais e as obrigações de seus filhos não serviam de guia para a conduta de nenhuma família. Uma verdade, porém, era inquestionável no século XIX, tanto para as classes médias quanto para as demais: um envolvimento emocional era sempre mais seguro com um possível companheiro para o resto da vida, capaz de resistir ao escrutínio mais rigoroso. Ligações românticas equilibradas formadas no interior do próprio círculo a que a pessoa pertencia, ou visando apenas a um círculo ligeiramente superior, tinham possibilidades menores de enfrentar os carrancudos vetos da família (GAY, 1990, p. 89-90).

Este romance, o mais longo de todas as obras analisadas neste trabalho, ainda que a primeira vista pareça conservador, ou um simples reproduzidor do senso comum da época, nos faz refletir. Seja pela confirmação da própria prática recorrente no século XIX (como a instrução feminina, os casamentos) ou pelo que disto se distingue. Está aí a dualidade de Maria Peregrina de Sousa. Ela parece apontar os lugares-comuns presentes na sua sociedade para nos atizar dúvidas, questionamentos: se Maria Isabel é uma moça considerada tão ajuizada, por que homens precisam opinar na sua vida? Por que sua palavra não é suficiente? Por que a preocupação com sua castidade ou com o que os outros poderiam pensar? Por que a educação de Rufina é sacrificada e a de Maximino não, já que ela é tão talentosa ao piano? Por que Carolina ganha tão pouco se trabalha tanto? Perguntas feitas sobre personagens de uma obra do século XIX mas que ainda se mostram atuais em nossa sociedade.

Ainda que existissem muitas barreiras que impediam a sua liberdade total, esses questionamentos escondidos nas falas dos personagens acabam por criticar a posição das mulheres, carente de direitos, naquela sociedade. Peregrina parecia saber que ainda havia muito a se conquistar, mas o fato de conseguir escrever sobre isso e ser lida, abre caminhos e a torna pioneira. Em meio a namoros complicados, há espaço, em sua obra, para o questionamento. Não se trata, pois, de uma “subjectividade masculina” escrevendo romances, apontando sua visão sobre a mulher (BARREIRA, 1994, p. 181), mas de uma visão de mulher sobre a mulher.

Figura 5: *Mulher ao piano*, Pierre-Auguste Renoir (1875/76)



Fonte: Art Institute of Chicago

5 HENRIQUETA

Lançado originalmente em 1850, no periódico literário português *O Pirata*, o romance só foi publicado em livro no ano 1876, editado pela *Tipografia de Alexandre da Fonseca Vasconcelos*, do Porto. Há, assim como em *Retalho do Mundo*, em cada capítulo da obra, um rifão, em referência aos dizeres do povo, ao sabor popular. O livro contém ainda uma pequena biografia escrita por António Feliciano de Castilho, uma espécie de apresentação da autora para o público que não a conhecia e uma introdução ao romance. Os apontamentos biográficos encontram-se, de maneira mais desenvolvida, na já referida *Revista Contemporanea de Portugal e Brasil*.

Na obra em questão, pretende-se analisar as personagens femininas, principalmente a personagem principal, que dá nome ao romance. Planeja-se, assim como nos romances anteriores, discutir de que forma o narrador a apresenta, como os outros personagens a veem, como ela mesma se vê e se as características dela correspondiam aos papéis desempenhados pelas mulheres à época.

Henriqueta era filha única e seus pais se esforçaram de todas as formas para sua educação. Ela era “formosa, boa, instruída e affavel. Seus Paes não tinham mais filhos, e não pouparam despesas, nem cancelas para lhe darem boa e illustrada educação” (SOUSA, 1876, p. 2). Isso, contudo, não atraía pretendentes. Eles estavam mais interessados no dote a ser oferecido pelo pai do que em suas qualidades de caráter e instrução. Peter Gay (1990) demonstra, contudo, que não há nada de errado nisso; ao contrário, era uma prática comum, diferentemente do ideal romântico de idealização amorosa.

Não havia nada de cínico nem de clandestino nesse tipo de espírito prático declarado. Os homens procuravam fazer os arranjos que acreditavam merecer; por sua vez, a família da noiva, depois que passava a confiar nos recursos e nas perspectivas do futuro genro, não tinha objeções a uma discussão franca dos arranjos financeiros. Ao contrário, os pais obtinham uma satisfação genuína com a consciência de deixar uma filha financeiramente assegurada em sua vida de casada, e recebiam bem o prestígio que isso lhes trazia (GAY, 1990, p. 93).

O pai de Henriqueta, Henrique de Moraes, deixou-a escolher entre dois rapazes ricos, de boa família e bom porte, características suficientes para ele, mas

que não satisfaziam Henriqueta. Ela acabou por escolher Julio de Castro e, após o casamento, foram viver no Porto.

A lua de mel durou dois anos, mas a paixão de Júlio por Henriqueta deu lugar a sentimentos mais brandos, porém carinhosos. Uma esposa padrão aceitaria essa situação calada, mesmo porque

uma esposa honesta não deveria se comportar como uma amante. Era necessário não ultrapassar os limites da sexualidade “decente”, até porque o excesso poderia provocar problemas na fecundação e na concepção, afinal o fim por excelência da constituição do lar (BARREIRA, 1994, p. 82).

Henriqueta, entretanto, não se conformava com sua condição e, sem conseguir conter suas desconfianças, brigava com o marido. O narrador comenta a postura da personagem:

Se Henriqueta não tivera opinião tão elevada de seus encantos e merecimento, contentar-se-ia, e seria feliz com a afeição socegada e meiga de seu marido: mas tendo-o visto arrebatado de sua beleza, parecia-lhe mal vel-o só ocupado de suas virtudes (SOUSA, 1876, p. 5).

Sem julgamento moral, o narrador deixa claro que Henriqueta esperava ser desejada pelo marido. Esse tipo de comentário, distante do que se esperava, já que uma mulher “decente” deveria reprimir suas pulsões sexuais e não falar a respeito disso, mostra que Peregrina estava atenta para questões caras às mulheres. É um comentário que desafina, que diverge do modelo de comportamento considerado ideal para uma mulher, tanto da escritora – ao escrever isso – quanto da personagem – ao mostrar que não se contentava com seu papel.

Henriqueta, contrariando o que é esperado de uma esposa ideal, não se cala. Não é uma mulher conveniente, aquela marcada pela discrição e pelo silêncio. Distancia-se, com esta postura, da cultura dominante que estimulava a passividade feminina¹⁸. Como aponta Peter Gay (1990), “o amor, para a jovem submetida a um regime como esse, não era um impulso irresistível, mas uma tarefa doméstica, que devia ser aprendida da mesma forma como ela aprendera a tocar piano ou a falar uma língua estrangeira” (GAY, 1990, p. 92).

¹⁸ Cf. Irene Vaquinhas, 2005, p. 36.

O próprio narrador, entretanto, ao comentar a postura de Júlio, relativiza o comportamento de Henriqueta, mostrando suas limitações frente às desigualdades existentes entre homens e mulheres:

É a vantagem que os homens teem. Se em casa não são felizes, o mundo que é uma especie de segunda familia para elles, (se ás vezes não é a primeira), os consola de desgostos domésticos (SOUSA, 1876, p. 7).

Este comentário do narrador revela quase uma voz feminista em Peregrina, já que ele jamais poderia ter sido feito por um homem. Um homem não consideraria uma vantagem algo que lhe é de direito: o espaço público. O narrador questiona os papéis de gênero, que determinariam os espaços, direitos e deveres que cada um deveria ocupar e ter.

Balzac, em sua *Physiologie du mariage*, acredita que a mulher é tão sensual quanto o homem. Caberia ao marido, portanto, ser bom observador para lutar contra os pequenos sinais de tédio da esposa, para que o erotismo do casamento não morra com o passar do tempo.

Claramente, Balzac via a mulher como um ser sensual, tão sensual quanto o homem, mas a sociedade moderna a mantinha na ignorância das recompensas que a paixão erótica podia lhe reservar. “A mais casta das mulheres casadas”, observa ele, “também pode ser a mais voluptuosa”. É dever do marido despertar essa voluptuosidade e mantê-la viva durante os longos aos do casamento. O hábito, esse monstro devorador, que deve ser incessantemente combatido, é um adversário tremendo (GAY, 1990, p. 67)

Sem a paixão do marido, mas disposta a vigiá-lo, Henriqueta decide visitar sua amiga Clementina. Esta, ao insistir que ela conheça Carlos, um amigo de seu esposo, justifica a ousadia dizendo à amiga que Júlio

devia mostrar-se mais grato ao amor de uma esposa como tu; e acompanhar-te mais a miudo. Mas parece que gosta mais de andar por sua conta e risco... Leva-te poucas vezes ao theatro, e ha um seculo que ninguém te vê nos bailes (SOUSA, 1876, p. 12).

Assim como o narrador, Clementina nos ajuda a observar a narrativa por meio de vários pontos de vista. Balzac alerta que muitos maridos não são bons observadores, não percebem quando a lua de mel acabou. É o caso de Julio. Aqui, é interessante perceber a mudança de foco para a formação do adultério. Não se trata

apenas de culpar a mulher que não sabe controlar seus instintos, mas de perceber como as relações se construía no século XIX.

A crítica é a morte do amor ou, mais precisamente, o sintoma mais inconfundível de seu arrefecimento. E o amor sempre arrefece, para as mulheres muito antes dos maridos. Levada a esperar perfeição, despreparada para a realidade, ansiando por uma aura de enlevo erótico ininterrupto, uma espécie de lua de mel regressiva perpétua, a jovem mulher casada aos poucos vê seu marido como ele de fato é, imperfeito, medíocre, se não coisa pior (GAY, 1990, p. 68-69).

Henriqueta não podia, por impedimento do marido, socializar nos espaços que lhe eram permitidos. Júlio, ao contrário, estava sempre nos espaços públicos: seja trabalhando, seja se divertindo com uma amante. O adultério de Henriqueta parece ser apenas questão de tempo e oportunidade. Como afirma Balzac:

Un beau matin de printemps, le lendemain d'un bal, ou la veille d'une partie de campagne, cette situation arrive à son dernier période. Votre femme s'ennuie et le bonheur permis n'a plus d'attrait pour elle. Ses sens, son imagination, le caprice de la nature peut-être appellent un amant. Cependant elle n'ose pas encore s'embarquer dans une intrigue dont les conséquences et les détails l'effraient. Vous êtes encore là pour quelque chose ; vous pesez dans la balance, mais bien peu. De son côté, l'amant se présente paré de toutes les grâces de la nouveauté, de tous les charmes du mystère. Le combat qui s'est élevé dans le coeur de votre femme devient devant l'ennemi plus réel et plus périlleux que jadis. (BALZAC, 2014, p. 119)

Henriqueta não se resigna aos desgostos domésticos e resolve sair, tal como faz seu marido, e aceita a corte de Carlos, que ela descobre ser seu pretendente rejeitado.

Ao encontrar-se com o amante, Henriqueta não levanta suspeitas do marido. Júlio, satisfeito, acredita ter controlado os impulsos da esposa. Agora sim ela era vista como a esposa ideal, já que nunca se queixava. Henriqueta às vezes se sente culpada por preferir Carlos ao marido, tenta contar a verdade, “mas seria destruir a felicidade do pai de seus filhos, e a paz doméstica, e suscitar rixas entre seu marido e Carlos” (SOUSA, 1876, p. 17). Aqui, o narrador parece quase justificar o silêncio de Henriqueta. Permanecendo calada, ela evitaria problemas em casa e escândalos na rua. Nesse momento, a personagem reproduz o comportamento do marido que a traía, mas ficava em silêncio. Se as traições de ambos se mantivessem ocultas, não haveria maiores problemas.

Num diálogo decisivo com o amante, Henriqueta questiona a si mesma por ter descumprido os deveres de filha, esposa e mãe em nome de um amor adúltero. Carlos, para convencê-la, aponta todas as dificuldades que Henriqueta teria que enfrentar se expusesse sua traição.

- Não te amo, Carlos?! Achas que te não amo? Por tua causa deshonrei e atraítoei os melhores dos paes, os mais ternos e innocentes filhinhos, e um marido magnanimo e nobre, um marido...
 - Um marido que ha oito mezes te deixou sem saudades, e que passa a vida alegre com alguma amante abjecta. (...)
 - Allucinada estava eu quando perdi o direito de ser respeitada... quando me aviltei a meus olhos e aos teus.
(...)
 - Mudarias de nome, passarias por minha esposa, e sel-o-ias diante de Deos. O matrimonio que contraístes foi iniquo... foi sacrilegio. Rompe-o. Deixa livre esse homem que não te merecia. Vem... vem comigo... (...)
- Terás animo para sofrer a colera de teu marido?... As reprehensões de teus paes?... As vistas dos teus criados?... O desprezo de toda essa gente selvagem que se regosijará de vêr sem prestigio a mulher que a opinião publica tinha sempre respeitado?... Vem comigo, serás a minha esposa... o meu anjo! Estarás cercada de respeitos que mereces, e das minhas adorações de amor. (SOUSA, 1876, p. 25-28).

Carlos insiste para que Henriqueta fuja com ele. Com medo do preconceito que enfrentará, ela hesita. Contudo, Henriqueta sabe que não lhe restam muitas alternativas. Não é dito claramente, mas nesse ponto o leitor percebe que ela e Carlos já tiveram relações sexuais. Neste momento, se Henriqueta conseguisse dissimular, como fez no início, conseguiria manter seu casamento e superar um romance adúltero, abandonando Carlos. Entretanto, como fica claro que a lua de mel entre os cônjuges havia acabado há tempos, infere-se que eles não mantinham relações sexuais. Ela só poderia estar grávida, portanto, do amante. Se contasse a verdade, comprometeria sua família aos olhos da sociedade.

Michelle Perrot (2012) nos esclarece:

A família não é apenas um patrimônio. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranha sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça. (...) O erro comprometedor de um membro seu mergulha-a num constrangimento cruel (...). O erro sexual, o nascimento ilegítimo são objetos de uma censura muito maior do que a falência, a qual, porém, é mais reprovada do que hoje em dia (...). Em suma, a desonra chega através das mulheres, sempre situadas do lado da vergonha. (PERROT, 2012, p. 250).

Pela lei portuguesa, os cônjuges deveriam guardar mutuamente a fidelidade conjugal, o que na prática não acontecia.

Pelo Código Penal, o marido que matasse a esposa adúltera e seu cúmplice era apenas condenado a seis meses de desterro da comarca. A esposa só beneficiava da mesma indulgência se a amante fosse mantida no lar conjugal, o que raramente se passava. O marido possuía o direito de, a título de exemplo, abrir a correspondência da esposa (BARREIRA, 1994, p. 84).

Portanto – é preciso dizê-lo – o adultério, sendo crime pela Constituição de 1826, só levava um homem para trás das grades se fosse praticado às escâncaras, não assim com as mulheres.

Embora se configure como uma situação escandalosa, ter filhos ilegítimos era muito comum na sociedade portuguesa oitocentista. De fato, é incontroverso que a ilegitimidade dos nascimentos seja uma das constantes da estrutura demográfica portuguesa até 1940, e uma das mais altas da Europa (SERRÃO, 1907).

Henriqueta abandona sua família e vai viver com Carlos na Bahia. Troca de nome, agora se chama Emília. Sua vida não foi diferente com outro homem: também viu a paixão de Carlos esfriar. Só permaneceu com ele por causa de Eduardo, o filho que tiveram juntos, apesar de o pai não o amar. Permanece sempre em casa, cumprindo o que então se consideravam as funções de mãe. Permite apenas a visita de Rodrigo, amigo de Carlos, à sua casa. Rodrigo a admira e respeita; considera Henriqueta um modelo de mulher e gostaria de casar com alguém como ela. Os três personagens comentam o episódio em que um casal foi expulso de um baile porque a mulher, trazida da Inglaterra, não era esposa legítima. Rodrigo diz que uma aventureira não pode se comparar a uma senhora honrada como Emília. Henriqueta, sozinha com Carlos, compara-se à inglesa:

– (...) Ninguém duvida que és minha esposa. Todos te respeitam e amam.
 – Sim!... sei enganar melhor o publico que essa pobre ingleza!... que recebeu todos os insultos, que eu devia participar. Por mais criminosa que ella seja, não o póde ser tanto como eu... e comtudo só tu sabes quanto sou infame... Perdôa-me, Carlos... perdôa-me por ter sido tão fraca. (SOUSA, 1876, p. 45).

No Brasil, já mais experiente, Henriqueta consegue convencer no papel de senhora. Ninguém suspeita sobre seu passado, ainda que ela se sinta culpada. Entretanto, ela desempenha tão bem seu papel de esposa e mãe que, mesmo após Rodrigo ouvir de Carlos a verdade sobre Emília, ele ainda a trata com deferência:

- (...) Se D. Emilia deixou a vereda da virtude, foi de certo porque te amava muito. Tem uma alma tão nobre, um viver tão honesto, um coração tão excelente, que se torna digna de ser a esposa de um homem de bem. Casa com ela, meu amigo. Será sem limites a sua gratidão, se a regenerares do seu imerecido abatimento. (SOUSA, 1876, p. 56)

Não há como Carlos se casar com Henriqueta, pois ela já é casada e, conforme observa Barreira,

o divórcio não era reconhecido. Apenas a separação judicial de pessoas e bens. A separação era decretada pelo tribunal ouvido o conselho de família, constituído por três parentes de cada cônjuge. Para o marido bastaria alegar o simples adultério da esposa (BARREIRA, 1994, p. 84)

Júlio não chega a pedir a separação visto que isso seria um escândalo maior para si mesmo, para a família e principalmente para os filhos que Henriqueta deixou ao fugir. Prefere inventar que a esposa morreu a contar a verdade.

O que a fala de Rodrigo sugere é que mesmo uma mulher condenada pela sociedade por causa de uma atitude “ruim” poderia ser respeitada. Henriqueta é uma mulher real, com defeitos, mas também com virtudes. Rodrigo percebe isto e continua a conceder-lhe um tratamento cortês, merecido por uma “mulher honesta”. Carlos é que, porém, não se mostra digno da mulher que prometeu respeitar e proteger. A cristalização imaginativa, que protegeu o marido e depois o amante, dissolve-se por completo. Henriqueta, então, foge com o filho Eduardo e o escravo José. Onze anos se passam e os três vivem em Lisboa, numa pequena casa do bairro da Alfama.

Ella trabalhava de dia e de noite, tanto para se distrair de seus pesares, como para concorrer para os gastos da casa; mas os trabalhos d'uma mulher dão tão pouco lucro que, se não fôra José, teria a pobre senhora morrido à míngua e mais seu filho (SOUSA, 1876, p. 64).

Após a morte do filho, Henriqueta vai à sua antiga casa pedir perdão ao marido. Descobre, por uma velha senhora à porta da casa, notícias de sua antiga família. Seu pai estava vivo e ajudava os pobres. A senhora conta-lhe as desgraças que ocorreram à família de Henrique de Moraes. Segundo ela, Henriqueta havia sido morta a facadas por ladrões quando esperava por Júlio na estrada e D. Augusta, mãe de Henriqueta, foi encontrada morta entre papéis, com uma carta da filha nas mãos. Virgínia, filha de Henriqueta e Júlio, está noiva, embora o pai não quisesse

que seus filhos casassem. Sua maior preocupação era que a filha ficasse desamparada e cometesse os mesmos erros da mãe. Essa preocupação, contudo, não recai sobre o filho também.

Tornando-se mais visível, a diferença entre os sexos suscita interpretações mais fantasmáticas, e mais angustiadas, também: as mulheres poderiam muito bem ser as portadoras do negativo em sociedade, da decadência por exemplo. A misoginia reveste-se então de uma visão do mundo violenta para as mulheres (FRAISSE, 1994).

É injusto afirmar, porém, que Júlio creditava somente à esposa a culpa por tudo o que aconteceu. Acreditava-se que uma mulher que cometesse adultério “é pior que um criminoso, é mil vezes mais abjecta que o assassino que praticou uma barbaridade num momento de alucinação e desvario”¹⁹. A tolerância com o adultério masculino é praticamente irrestrita.

Mesmo quando fala de seus temores ao filho, pedindo-lhe que cuide sempre de sua irmã, assume que descuidou de proteger Henriqueta, pois afinal, naquela época, a mulher sempre deveria ser amparada por um homem. Sua postura reflete mudanças na sociedade. Henriqueta “errou” não porque era mulher, frágil, impulsiva, movida por uma “doentia degenerescência”, uma propensão biológica; ele, como marido, também errou ao negligenciar sua esposa.

A cena final, do encontro entre os dois, quando Henriqueta está no leito de morte, sintetiza as mudanças nas relações pessoais. Júlio entra no quarto de Henriqueta, que se surpreende por não ouvir repreensões por parte do marido. Ele diz que já perdoou a esposa há tempos e pede-lhe perdão por ter concorrido de alguma forma para a sua desgraça.

É evidente que o personagem não isenta a esposa de culpa. É incontestável também que Henriqueta se sente mais culpada que o marido, pois era missão da mulher preservar o casamento, mesmo que infeliz. Na verdade, a autora não poderia sequer colocar isso no papel, visto que seria muito chocante fazê-lo em um mundo no qual as mulheres ainda estavam conquistando seu espaço. Contudo, é de fundamental importância a presença do reconhecimento da culpa por parte do homem neste romance. É indispensável também percebermos como a personagem principal é retratada: como uma mulher real, com erros e acertos, em toda sua

¹⁹ Dr. Krauffmann, adaptação de Alfredo Albuquerque Júnior, *Adultério, Suas Causas e Consequências*, p. 31 *apud* BARREIRA, Cecília. A mulher e os contextos. In: *História das nossas avós*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

complexidade. Somente uma escritora, com experiências próprias do seu gênero, teria a sensibilidade de escrever isso. Com a sutileza que lhe é própria, Peregrina nos dá, com *Henriqueta*, uma mostra da sua percepção para a criação literária e para os problemas e avanços da sociedade em que vivia.

Figura 6: *Mulher costurando*, Pierre-Auguste Renoir (1879)



Fonte: Art Institute of Chicago

6 *PEPA*

Na capa do *Íris*, “periódico de religião, belas artes, ciência, letras, história, poesia, romance, notícias e variedades” do Rio de Janeiro, seu redator, José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha faz uma distinção clara sobre os autores dos textos: “Colaborado por muitos homens de letras”. Trata-se de um espaço masculino. Há, no entanto, a contribuição de algumas mulheres de letras, como é o caso de Maria Peregrina de Sousa. Os oito capítulos de *Pepa* foram publicados neste periódico no segundo semestre de 1848. Percebe-se, portanto, que a contribuição de Maria Peregrina de Sousa ultrapassou os limites de Portugal.

A seguir, faremos, tal como nos outros textos narrativos, uma análise desta novela, priorizando as personagens femininas em diálogo com a história das mulheres. Decidimos também editar *Pepa*, uma vez que se trata de um texto não publicado em livro. O objetivo é divulgar a obra de Peregrina, assim como contribuir para o estudo das escritoras portuguesas do século XIX.

Procuramos interferir o mínimo possível no texto, a fim de preservar o estilo da escritora, suas escolhas sintáticas e a espontaneidade de quem

compõe como conversa, como pensa, e como sente; sente com a delicadeza de mulher; discorre com a sisudez de moralista desenrugado; falla sem arrebiques affectados, mas deliciosa de ingenuidade; e é tudo isto e só isto o de que se lhe formam debaixo da penna, sem ella o cuidar, os seus versos e as suas prosas, as suas narrativas e os seus discursos, as suas correspondencias, os seus artigos volantes, os seus voluminhos que ella não cataloga, nem conta, nem cita, nem relê, nem recorda por ventura. (CASTILHO, 1861)

Conhecida por sua forte ligação com as tradições populares, Peregrina adotou, muitas vezes, a prosódia do povo em seus escritos. Não desejamos, pois, modificar isso.

Seguimos os critérios “moderadamente conservadores” do projeto da Edição crítica das obras de Almeida Garrett, no qual trabalhamos na Iniciação Científica e com o qual estamos familiarizados. Intervimos, essencialmente, na atualização e normalização ortográfica.

Atualizaremos as palavras e expressões cujas divergências gráficas não correspondem a realizações fônicas distintas das atuais. É o caso das consoantes

duplas, como em *gôtta/gota*, *ella/ela*. Manteremos, contudo, as palavras e expressões cujas divergências gráficas correspondem a realizações fônicas distintas das atuais. Permanecem as grafias de termos como *cousa*, *dous*, *ispanhol*, *disculpando-se*, etc. Chama-nos a atenção a quantidade de palavras iniciadas por *in-* ou *im-*, como *introu*, *inxugou*, *incorrilhava*, *insopou*, *incantado* etc.

As formas com apóstrofo são atualizadas de maneira contraída, sempre que a forma atual o permita. Exemplo: *d'isso/disso*, *d'uma/duma*. O apóstrofo usado pela autora para alcançar efeito eufônico é mantido. Exemplo: *d'alma/d'alma*, *d'amores/d'amores*, *d'ânimo/d'ânimo*.

Nos nomes próprios, atualiza-se a grafia pela norma atual. Exemplo: *Luiz/Luís*, *Ignacio/Inácio*, *Arthur/Artur*.

As palavras estrangeiras, como *usted* e *muchacho* são mantidas, sem tradução, mas grafadas em itálico, assim como os termos destacados pela autora no texto impresso no periódico, como a repetição da expressão *verdade seja*, dita muitas vezes pelo personagem João Alberto.

Quanto à pontuação, ela somente é corrigida em situações específicas que a exigem para benefício do sentido global do texto. Assim, preserva-se a pontuação original até mesmo quando ela não corresponder à norma atual. Também optamos por manter certas construções que estão fora da norma culta da língua, como em algumas colocações pronominais, como neste caso, em que o pronome oblíquo átono inicia a oração: “Lhe perguntaram duma janela superior” (SOUSA, p. 105).

O texto original encontra-se na hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na Hemeroteca Digital Brasileira, desta mesma biblioteca. A nossa edição segue em anexo, ao final da dissertação, a partir da página 97. As passagens citadas, a partir de agora, seguem apenas com a indicação de autoria e a página da nossa edição.

6.1 As personagens femininas em *Pepa*

Pepa apresenta, assim como as demais obras estudadas, marcas da tradição popular. Há, no início de cada capítulo, um adágio ou um rifão. A fala dos

personagens também apresenta marcas dessa tradição, percebida também no uso de ditados populares, como “não corresponda à festa que lhe fazem os leões”.

Pepa é a personagem principal da obra, mas só aparecerá no segundo capítulo. A história se inicia com um diálogo entre os amigos Inácio e João Alberto, “velho solteiro, que a gota retinha meio ano no seu quarto” (SOUSA, p. 99) sobre o seu sobrinho órfão, Artur. João Alberto acredita que, ao casá-lo com a prima, Ernestina, moça considerada um modelo de filha e futura esposa, ele teria uma conduta mais séria aos olhos da sociedade:

- Pois os senhores *todos* se enganam; e ele não me ama e respeita. Se quisesse fazer-me a vontade, havia de casar com a minha linda Ernestina, e não andar a procurar noiva entre todas as loureiras da cidade.
- Não me consta que ele tenha ainda contratado casamento com loureira, ou com loureiro, e se lhe dissesse que casasse com sua prima, estou certo que obedeceria.
- Isso, e o que eu não quero, é tudo um. *Verdade seja*, a minha Ernestina ainda merece que rompam duas solas por seu respeito. Eu não quero que ele a receba por mulher, assim como por lhe fazer favor; mas queria que se namorasse dela, e me pedisse, por muito obséquio, que o casasse com ela. Mas nada! anda por aqui, por ali, como o furão atrás dos coelhos, e assim que topa caça marra, e fica. Tenho-lhe já desfeito não sei já quantos lotos. Louvar a Deus! ... Anda nos seus vinte anos, e creio que no seu vigésimo namoro (SOUSA, p. 92)

Em sua opinião, as demais moças seriam inadequadas para Artur, ao contrário de Ernestina, repleta de virtudes, “um anjo na alma e no corpo” (SOUSA, p. 94). Aqui, Inácio caracteriza Ernestina pelo que a distinguiria das demais mulheres: a virtude, a pureza, a ausência de sexualidade. Em outra passagem, o narrador reforça essa imagem: “Ernestina não era uma mulher, era sua prima... e era um anjo” (SOUSA, p. 112). Situações que envolvessem o desejo, a atração sexual e o prazer eram interditas. Na sociedade oitocentista, o que se valorizava nas mulheres era a castidade. Como aponta Barreiras (1994), a virgindade era percebida exteriormente:

Estudos sobre a virgindade acautelavam os homens face a indícios reveladores de uma ausência de “pureza” nas mulheres. Da grossura do colo, ao olhar e ao rosto em geral. Os olhos da virgem eram “belos e erguidos”, contrariamente a “tristes e baixos” quando ela o não fosse. A própria voz sofreria alterações. As virgens tinham-na clara e timbrada. Os peitos eram mais volumosos na mulher que pecava. Este conjunto de preceitos, alternando entre a superstição, a credence e os acontecimentos de medicina algo suspeitos valorizavam a virgindade, a honra e a pureza feminina (BARREIRA, 1994, p. 80).

Seu caráter e comportamento considerados modelares são justificados pela boa educação que recebeu de sua mãe, também considerada uma “senhora” exemplar. Comparando-a com seu irmão, João Alberto enaltece suas virtudes e justifica sua predileção por Ernestina, em vez de Artur:

– (...) Quando estava no Brasil, meu irmão José, fugiu de casa, fez uma súcia de disparates, casou com uma galega, e morreu pobre. Minha irmã no entanto, que tinha sido sempre uma pérola, havia casado à vontade de seus pais, e sabendo da morte de José, mandou buscar Artur, meteu-o num colégio e me deu parte de tudo. Eu não quis que ela fizesse despesa com o órfão e o tomei à minha conta. Cuidas então que eu havia, depois de tudo isto, dar tudo o que possuo ao filho de meu irmão traquinas, e nada à filha da minha boa e ajuizada irmã?... (SOUSA, p. 94)

O casamento entre Ernestina e Artur, tão desejado pelo tio de ambos, revela também as estratégias de enlace matrimonial amparadas em interesses familiares. Unindo-se a Ernestina, Artur desposaria sua semelhante, alguém próximo obviamente por laços sanguíneos, mas também de mesma classe social. Dessa forma, João Alberto evitaria que seu dinheiro caísse em mãos que consideravam inadequadas: “Não fui suar como um negro ao Brasil, para ganhar com que ele agora compre mogigangas, para dar às tolas que incontra” (SOUSA, p. 93). Sobre esse assunto, sinaliza Michelle Perrot:

A escolha social do cônjuge também constitui o objeto de estratégias que ocupam o centro de atenção das famílias. A homogamia e até a endogamia são tendências consolidadas em todos os meios regionais e sociais, que também se explicam pelas formas de sociabilidade: a pessoa se casa com alguém semelhante a ela, também pelo fato de conhecer e conviver principalmente com indivíduos parecidos com ela mesma (PERROT, 2012, p. 121)

É nítida a comparação entre Ernestina e Pepa, uma prima de Artur. Ela se manifesta tanto na fala do narrador, que muitas vezes reproduz o senso comum, com um tom moralizante, quanto na fala e no pensamento de Artur. Enviado por seu tio a S. Tiago de Galiza, para encontrar D. Luís, um velho parente que poderia ter informações sobre sua mãe, Artur conhece Pepa. Na verdade, o primeiro contato que tem com ela ocorre por meio de sua “risada estrondosa”:

Artur tirou o seu chapéu respeitoso, e lhe pediu se fazia a graça de lhe indicar aonde se havia dirigir para falar com o senhor da casa. Ela inxugou as lágrimas de alegria, e atirou-lhe dous beijos, piscando os olhos. O

mancebo repetiu o seu pedido, fingindo não reparar nos gestos indecorosos da desconhecida, e ela, estendendo uma branca mão para uma passagem estreita à esquerda, fez um aceno de cabeça e uma pequena carranca de zombaria, e se recolheu (SOUSA, p. 95).

As ações de Pepa muitas vezes são classificadas negativamente pelo narrador. Contrapondo-se ao que se esperava de uma mulher na época, ela faz o que lhe dá vontade, exterioriza suas emoções e não se preocupa em flertar com um desconhecido. Seu rosto é sempre “risonho e malicioso”²⁰ e, seus gestos, extravagantes. Sua maior característica não é, portanto, o comedimento, mas a extroversão. Seus criados afirmam que ela era “muito senhora da sua vontade”²¹, “a senhorita era muito senhora do seu nariz”²². Artur fica desconcertado com tal mulher e fala sozinho:

– Ora tenho ouvido dizer que as ispanholas são muito galantes e vivas, mas se todas são, como esta, são galantes, vivas e tolas: eu nunca vi cousa assim!

Neste comenos encontrou um creado de lavoura, que lhe disse que ele ia enganado, que ali eram as cortes do gado e as abegoarias; que voltasse ao pátio e tomasse à direita. Artur primeiro se agoniou, depois riu dizendo consigo:

– Foi bem feito!... não me fiasse eu numa doida! (SOUSA, p. 96)

Convidado a ficar na casa de dom Luís, Artur passa a conviver com Pepa e a conhecer melhor suas características. Acaba fascinado pela neta de dom Luís, justamente pelo que ela mais tem de singular: sua “vivacidade doida”²³. A beleza da personagem é exaltada, mas, na narrativa, o que mais se destaca são as suas características únicas.

Pepa sabe, porém, que para sobreviver em uma sociedade cheia de restrições às mulheres, deve tomar cuidado com suas atitudes; deve saber como agir dependendo da situação. Prometida a dom Rolando, um fidalgo muito rico, Pepa mostra-se como uma donzela tímida, mas ao mesmo tempo apaixonada por seu noivo, de quem não gostava. Órfã como Artur, morava com seu avô dom Luís. Sabe-se que, no século XIX, a mulher deveria ficar sempre sob a tutela de um homem, visto que, comparada a uma menor, não tinha direitos civis ou políticos. Esperava-se

²⁰ Cf. SOUSA, p. 99.

²¹ Id.

²² Ibid., p. 100.

²³ Ibid., p. 99.

que a mulher fosse sempre submissa ao homem, pois, como afirma Peter Gay (1990),

Cabia à mulher, esse diamante bruto, (...) uma espera passiva; na melhor das hipóteses, ela podia interpor obstáculos aos avanços do homem, porque quanto mais eficiente fosse sua resistência mais valor ele daria ao fato de possuí-la (GAY, 1990, p. 67).

Quando lhe convinha, Pepa mostrava-se submissa a seu avô e ao noivo. Contudo, sua atitude vivaz transparece algumas vezes, como na cena em que dom Luís sugere que os homens façam um passeio pela região.

(...) Pepa tirou o leque de diante do rosto, exclamando com vivacidade:
 – E eu também hei de vagabundear com os cavalheiros, avozinho?
 – Não, enquanto estiveres debaixo da minha proteção, respondeu o velho; quando outrem governar em ti, fará o que quiser, mas eu cá penso que a mulher é feita para a casa.
 Ela tornou a cobrir o rosto; e dom Rolando, insistindo em que fosse concedida mais liberdade à sua noiva, conseguiu que ao menos pudesse ela passear com a sua aia pela quinta, permissão que raras vezes até ali lhe era outorgada (SOUSA, p. 103)

Não conseguiu exatamente o que desejava, mas alguma liberdade alcançou. Para isso, valeu-se do ritual de *coquetterie*, no qual, em um jogo de aparências, cada gesto, olhar, palavra e até mesmo o silêncio constituem estratégias amorosas. E é com a ajuda de dom Rolando, o noivo convencido de suas atitudes, que Pepa conseguiu algo próximo do que almejava naquele momento. Nesse caso, ela fez uso da *coquetterie* como estratégia de sobrevivência. Como aponta Cecília Barreira (1994),

a *coquetterie* ou *flirt* envolvem um jogo entre dois ou mais *partenaires* que sabem *a priori* o fim a que se destina cada acção mas simulam ou fingem não o entender. A simulação de uma inocência afigura-se fundamental para um bom remate lúdico (BARREIRA, 1994, p. 61).

O avô de Pepa, contudo, pensa que uma “senhora” é um mero ornamento, que deva se restringir ao espaço doméstico para enfeitá-lo, confundindo-se com a mobília. Isso é visível na cena a seguir. Na mesa com o avô e Artur, Pepa deixa transparecer seu incômodo diante da visita do noivo. Dom Luís percebe e questiona a neta sobre o motivo de seu comportamento:

- Que é isso? exclamou dom Luís, franzindo as sobrancelhas; que quer dizer esse susto e essas maneiras rústicas?
- Não é nada, *grand-papá*... é porque não tenho tempo de acabar o gibão que andava fazendo para o macaco que dom Rolando me há de arranjar, e sem a qual condição não me casarei com ele.
- Dom Rolando não precisa doutro macaco senão de ti.
- Mil *gracias!*... (SOUSA, p. 108)

Aqui ela é comparada a um simples divertimento para seu futuro marido. Sua resposta à consideração do avô teria sido irônica? Ser um macaco para um homem está longe de ser um elogio. No entanto, se nos voltarmos para o século XIX veremos que ter uma vida dedicada ao ócio e à satisfação do marido significava distinguir-se entre as demais mulheres. Como diz Vaquinhas (2000):

Sinal de riqueza e valor decorativo, a mulher substitui o luxo ostentatório – as rendas, as jóias, as cabeleiras empoadas – que a Revolução francesa e as transformações políticas da primeira metade do século XIX baniram do traje aristocrático masculino. Esta função decorativa exigia ainda à mulher que demonstrasse, pelo tipo de vestuário usado ou pelo tempo dispendido nos cuidados com a aparência, que não se dedicava a qualquer trabalho produtivo. Uma vivência de tipo ocioso era sinônimo de riqueza e de distinção, um sinal de prestígio reservado a uma pequena minoria (VAQUINHAS, 2000, p. 55-56).

Longe de dom Luís e dom Rolando, os dois homens a quem se esperava que ela obedecesse, Pepa pode despir-se do papel de mulher conveniente. Desejando que Artur a ajudasse, ela escreve ao mancebo e pede que ele a encontre. O importante nesta carta é a reflexão de Pepa sobre a transgressão aos rituais de galanteria que ela deveria seguir. Ela, em nenhum momento, teme que sua carta seja interceptada e descubram – o avô, os criados, a sociedade – suas intenções. E, ao contrário do que se poderia imaginar, ela não se arrepende de sua atitude e sua justificativa é bem simples:

não dou as minhas desculpas de ser a primeira a escrever, como dizem ser costume quando uma senhorita escreve a um cavalheiro antes de ter recebido carta dele, porque isto não é escrito d'amores, é carta de negócios. Demais, escrever primeiro, ou escrever depois, tudo é escrever: e as desculpas não fazem mudar nada o caso: são palavras que se decoram e se repetem quando a peça o pede; mas eu não sou papagaio nem relógio de repetição, sou a tua criada PEPA (SOUSA, p. 104).

Por mais que o narrador não apoie às escâncaras as atitudes de Pepa, colocar esse questionamento na fala da personagem revela que Maria Peregrina de Sousa estava atenta aos mínimos impedimentos que as mulheres precisavam

ultrapassar em uma sociedade repleta de regras rígidas de bom comportamento. Peregrina, ao buscar o equilíbrio, ora apresenta uma fala ou atitude mais progressista de alguma personagem feminina, ora uma fala do narrador ou de outro personagem a neutraliza. Isso se comprova em uma reflexão de Artur sobre o comportamento de Pepa:

– Ora que me importam a mim os negócios alheios? mas tenho pena desta estouvadinha tão galante... tenho-lhe afeição, apesar de toda a sua leviandade. Coitada!... foi educada sem mãe, por um velho que a perde com mim, e ao mesmo tempo a tem numa prisão insofrível; tem ela alguma desculpa (SOUSA, p. 107).

Assim como a virtude de Ernestina está intimamente relacionada à educação dada por sua mãe, que a tornou apta para exercer os papéis tradicionais de uma mulher do século XIX, a dita “infâmia” de Pepa liga-se à ausência da figura materna; ela não tinha quem a preparasse para as funções tradicionais de esposa e de mãe de família. Assim como Amélia, em *Retalho do mundo*, esta personagem não seria consciente dos seus atos. Contudo, diferente daquela, Pepa não utiliza esse recurso para justificar seus atos considerados impróprios; quem o faz é o narrador.

Essa lacuna na vida de Pepa, o narrador nos leva a crer, motivou-a a tomar atitudes extremas, como fingir ter um relacionamento com Artur para conseguir o que queria: fugir de casa. Ela cria uma situação para seu avô ouvir um diálogo entre ela e Artur:

– (...) Se soubesse toda a minha malfadada vida!... Tenho medo de não ter tempo de lhe dizer o que preciso, e de ouvir os seus conselhos; fale-me à noite da janela do seu quarto.

– Para que?... em poucas palavras se dizem muitas cousas. Eu adivinho o que tem a dizer-me; ama pessoa que o senhor dom Luís não lhe quererá dar por marido?...

– Sim, amo!... exclamou ela, mudando o ar meio sério com que estava falando, em um ar teatral, e lançando-se-lhe nos braços prosseguiu:

(...)

Neste momento, em que o sobrinho de João Alberto estava já bastante embaraçado e confuso com a ação e falas da senhorita, introu dom Luís e pôs o cúmulo à sua confusão e desgosto. O ancião se lançou sobre sua neta com uma faca. Pedrilho o desarmou. Pepa se assustou deveras, e erguendo as mãos quis por muitas vezes falar e comover seu avô; mas ele lhe impunha silêncio furioso e a cobria de impropérios (SOUSA, p. 109)

Depois disso, dom Luís manda trancar cada um em seu quarto para que eles não mais mantenham contato entre si. A notícia chega até os ouvidos da família de Artur no Porto. Seu tio, João Alberto, escreve-lhe, demonstrando todo o seu

desgosto. A única pessoa a acreditar na sua inocência é Ernestina, o que ele descobriu por meio de uma carta de Inácio. Isso mudou sua percepção sobre sua prima:

Se foi com malícia que Inácio lhe dava estas informações, surtiu efeito essa manhã. Artur começou pensando que não havia rapariga mais ajuizada, mais amável e melhor que sua prima. Mil vezes leu a carta de Inácio, e quando chegava ao sítio em que miudamente lhe narrava ele o que Ernestina dizia a seu tio, para o reconciliar com o sobrinho, os elogios que ela dava às boas qualidades de seu primo, e as meiguices que fazia ao tio para que ele perdesse seu mau humor, chorava de ternura e se insoberbecia de que alguém tivesse tão boa opinião dele que, apesar das maiores razões para o achar culpado, o tinha por inocente (SOUSA, p. 112).

Pepa, então, constrói outra situação: pede dinheiro a Artur para que pudesse fugir. Em uma carta, ela o pressiona até ele não ter mais alternativa. Se não a ajudar, dom Luís poderia utilizar sua influência e seu dinheiro para obrigá-los a se casar:

Misericórdia de Deus!... em que labirinto me meti!... Só um fio me pode tirar dele, e esse fio só tu mo podes dar: o fio de que preciso é dinheiro. Mandame a tua bolsa para que eu cole em meus ombros as asas com que devo voar. Compras barato a minha ausência; e quantos remorsos e angústias te não deve causar a presença duma inocente que tu iludiste!... Ingrato!... depois de me seduzires, me mostras desprezo!... eis como os homens são!... bem mo dizia meu *grand-papá*!... Mas se me não dás a tua bolsa, para que eu vá chorar num retiro a tua malvadeza, serei vingada! Meu *grand-papá* tem muito dinheiro, amigos e parentes, a justiça é por ele, obrigar-te-á a casares comigo, quando mesmo seja preciso levar-te maniatado ao altar. Adeus, meu amante... meu tirano, meu déspota... a bolsa ou a vida! (SOUSA, p. 110-111)

É a estratégia que ela usa para conseguir se libertar da casa de D. Luís e revelar que é na verdade, “Josezito”, irmão perdido de Artur e sobrinho de João Alberto. Ela explica sua história ao tio, ao encontrá-lo:

- Ah!... tu foste a mal avisada Pepa, que tantos desgostos nos causou?
- Em carne e osso; mas venho dar as mãos à palmatória. O certo é que mereço compaixão... eu era muito infeliz na minha gaiola, e só achava distração a rir comigo mesmo dos outros e de mim.
- Mas, *verdade seja*, era uma extravagância, que não sei de que servia, fazer passar um rapaz travesso por uma rapariga tola.
- Mil *gracias* pelo elogio!... mas meu avô não tinha culpa nessa extravagância. Ele havia tido uma filha única, e como meu pai lha roubasse, e trouxesse para Portugal, foi tal sua zanga, que nunca se deixou abrandar, e enviou uma, que havia sido criada de minha mãe, em busca dela, com ordem de lhe roubar a primeira filha que ela tivesse. Antónia, a mencionada criada, foi iludida por minha mãe, que me chamava quase sempre a sua

Pepa, porque eu parecia uma menina. Roubou-me e quando conheceu o logro, já não podia retroceder. Como a ordem terminante era para roubar uma menina, e Antónia queria o prêmio, enganou meu avô, e depois que eu fui crescendo me pediu, com muitas lágrimas, não a desmascarasse, temendo a cólera de meu avô (SOUSA, p. 118).

Pepa é, pois, uma personagem à margem: como mulher, desvia-se do padrão de comportamento que se espera dela. Como homem, é alguém que vivia sob uma máscara e não podia – ou não queria? – revelar o seu gênero biológico. Ela, no entanto, lida – e tira disso benefícios – com a situação ambígua sob o viés do humor. Quando usa o drama é apenas para ludibriar Artur para conseguir o que almeja. “Muito senhora (ou senhor) de sua vontade”, sabe contornar os espaços de interdição para conquistar seu próprio espaço.

Pepa traz um incomum relato que põe à mostra a fixidez dos papéis sociais masculino e feminino naquele mundo. E o faz quebrando-os, pela ambiguidade com que Pepa se comporta, e depois pela facilidade com que transita para um mundo que não era seu, o dos homens, e se revela José. Talvez algum senhor ou senhora de então tenha se perguntado: mas, afinal, o que define a identidade de gênero? Os caracteres sexuais? Talvez todos os atos de Pepa tenham sido perdoados ou compreendidos, porque era na verdade um homem. Este breve romance de *Peregrina* permite – se o leitor aceitar o convite para olhar sob novos ângulos a questão do gênero – que o leitor formule perguntas singularíssimas e inquietantes.

Figura 7: *No baile*, Berthe Morisot (1875)



Fonte: WikiArt

CONCLUSÃO

Procurámos percorrer trilhos. Sinuosos sem dúvida. Mas ainda assim ocorreu-nos partir à conquista desse quotidiano. O resultado é a tentativa de reconstituição de um espaço de estar e de sentir²⁴.

Quem acompanhou nosso estudo sobre a história das mulheres e, em particular, sobre Maria Peregrina de Sousa, talvez tenha se questionado sobre a relevância desta pesquisa. Escrever sobre uma escritora que ninguém conhece? Justamente aí está a importância da nossa dissertação: conhecer o trabalho dessas mulheres que foram silenciadas pelas convenções literárias, pelas convenções da época e pelo preconceito. Podemos, portanto, modificar a pergunta para “por que essa ‘obscura portuense’ ficou esquecida por tanto tempo?”

Nas obras estudadas, vimos como foram construídas cada personagem feminina e como algumas se aproximavam do que eram os modelos de conduta no século XIX e como outras deles se distanciavam. O que fica evidente, na maioria delas, são suas características complexas.

As personagens femininas da obra de Maria Peregrina não são completamente boas ou más, nem apenas pecadoras ou santas. O que as une é a capacidade de surpreender o leitor com um pouco de amargor em meio à doçura e vice-versa. A própria voz do narrador também contribui para isso. Se ora ele condena o comportamento “inadequado” de uma personagem, noutro momento ele a defende. Há, portanto, uma ambiguidade discursiva nos escritos de nossa autora. cremos que isso era uma forma de sobrevivência de Peregrina. Se ela se posicionasse radicalmente ao lado das mulheres ao tratar de temas como o direito à instrução, o adultério, o casamento, as relações familiares, o dote, entre outros, dificilmente conseguiria penetrar no espaço literário dominado pelos homens.

Com tantos obstáculos a enfrentar num mundo cheio de interditos às mulheres, é compreensível que Peregrina tivesse que trilhar o seu caminho fazendo

²⁴ BARREIRA, Cecília. *História das nossas avós. Retrato da burguesa em Lisboa*. Edições Colibri: Lisboa, 1994.

uso da discrição, seguindo o paradigma do seu tempo. Adentrar um espaço que não lhe cabia era uma grande conquista e isso foi feito da maneira possível para aquele tempo. Dessa maneira, justifica-se um procedimento adotado por ela e por muitas dessas mulheres: muitas eram as que enviavam seus escritos aos periódicos de então, mas poucas eram as que ousavam assinar seu nome.

Portanto, antes de dedicar um espaço à publicação de um romance, ainda mais se a autora fosse mulher, alguns editores faziam uma espécie de introdução para preparar o leitor, habituados ao conteúdo político do jornal, ou com textos escritos por homens. Assim o fizeram os editores do *Periódico dos Pobres no Porto*, antes de publicar *Roberta*, de autoria de Peregrina:

Publicá-los-emos com seus intervalos, a fim de não esquentarmos os assinantes da política. Tudo se quer com ordem, e é preciso satisfazer os diversos gostos. (...)

A obra de certo não é como o *Judeu Errante*, *os Sete Pecados*, *o Monte Cristo*, *o Talismã* etc. etc. etc. É o primeiro romance de uma menina portuense, que principia a fazer romances; o que podemos afirmar, se é que alguém nos acredita, é que toda a mãe de família o pode deixar ler às suas ricas prendas, e muito mais um marido a sua mulher, uma tia a suas sobrinhas, e as madres abadessas a suas religiosas, educandas, e mesmo aos tachos (*Periódico dos Pobres no Porto*, nº 8, p. 30, 1848).

Acreditando completamente nas garantias dos editores e considerando que uma literatura escrita por mulheres é completamente inofensiva, perderíamos ignorar a importância da escrita de Peregrina. Mesmo que não pudesse se posicionar de modo mais explícito sobre as mudanças de papéis sociais das mulheres à época e sobre a luta por seus direitos (elas teriam direito à instrução tal como os homens? restringir-se-iam apenas ao lar, como bonecas de luxo?), ela o fazia da maneira possível, muitas vezes através da fala de alguma personagem ou criando certa ambiguidade no campo do discurso do narrador.

Amélia, personagem de *Retalho do Mundo*, é uma jovem burguesa que não se preocupa com a opinião da sociedade sobre sua forma de agir. Embora não escondesse seus vários amantes, ela, se assim desejasse, conseguiria fazer um bom casamento aos olhos da época: seu pai a uniria a Álvaro, rapaz rico e de boa família. O mesmo valeria para *Pepa*, se mantivesse a farsa que armou para agradar ao avô. De comportamento nada discreto, ela flertava com rapazes à janela, fazia brincadeiras, era “muito senhora de si”. De família rica, casaria com um homem de posição social semelhante à sua. Christina, de *Retalho do Mundo*, Maria Isabel e

Rufina, de *Maria Isabel*, não teriam a mesma destinação. As três, por serem pobres – Maria Isabel tornou-se pobre –, deveriam apresentar um comportamento considerado exemplar para que se tornassem “senhoras”. Christina, de *Retalho do Mundo*, nem poderia sonhar com isso, já que sua mãe a preparara para ser uma “manteúda”. Mesmo as que foram preparadas para exercer os papéis que lhes cabiam naquela sociedade – esposa e mãe – enfrentavam dificuldades: os estudos de Rufina eram luxo, Maria Isabel deveria cuidar mais da saúde, já que os homens não casariam com uma mulher que vivia doente...

Ainda que muitos interditos impedissem a sua total liberdade, impedissem que essas fossem plenas senhoras de si, podemos vislumbrar já algumas mudanças. O caso de Henriqueta é singular: ela trai o marido, mas ele lhe pede desculpas por ter sido ausente. Por mais que a literatura não seja um retrato fiel da sociedade, ela pode apontar ou mesmo antecipar transformações, já que um escritor tem essa sensibilidade.

Podemos conhecer, portanto, por meio da literatura escrita por uma mulher, a sua visão a respeito dos problemas caros ao seu gênero e a forma como encarava a realidade. A escritora se tornava, assim, “veículo na sua escrita de imagens sobre a mulher” (OUTEIRINHO, 1998, p. 163).

As conquistas femininas não ocorreram de maneira drástica, mas de maneira possível para a época. A própria trajetória de Peregrina nos ajuda a perceber isso: seus primeiros trabalhos foram publicados de maneira anônima nos periódicos portugueses e, como vimos, às vezes vinham precedidos de justificativas dos editores, que garantiam o caráter inofensivo dos textos. Depois de 1848, contudo, ela passou a enviar, com seu nome ou iniciais, outros pequenos romances²⁵ – que não se restringiam aos jornais dirigidos por mulheres ou destinados ao público feminino²⁶ –, e, por fim, conseguiu publicar alguns livros²⁷. Isso nos mostra que, apesar de lentas, as mudanças ocorreram.

A obra romanesca de Maria Peregrina de Sousa é o testemunho vigoroso de um importante passo dado pelas mulheres no mundo das letras em Portugal. Pouco lhes foi permitido naquele momento. Mas foi com este pouco que ela e outras

²⁵ “O amor missionário”, “Vinganças de vinganças”, “Uma história cortada a tempo”, “Egoísmo com capa de amor”, “O tutor de Virgínia”, entre outros. Cf. CASTILHO, António Feliciano de. “D. Maria Peregrina de Sousa”. In: *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. Lisboa, 1861, pp. 273-312.

²⁶ Peregrina colaborou com a *Revista Universal Lisbonense*, por exemplo.

²⁷ *Retalho do mundo* (1859), *Rhadamanto ou a mana do conde* (1863), *Maria Isabel* (1866) e *Henriqueta* (1876).

trouxeram um outro olhar à condição feminina. O descompasso de Peregrina em relação ao que escreviam os homens é tanto que é impossível não perguntar: teria um homem condições de escrever o que ela escreveu? Parece-nos que não. E isto não porque haja uma essência feminina que nela se manifesta. Mas porque todo um conjunto de condicionamentos e experiências de vida certamente lhe deram uma singularidade como escritora que, sem dúvida, lhe permitiram lutar contra a hegemonia masculina com as armas que tinha à mão, as palavras. Estas eram palavras outras. Eram palavras de mulher.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Francisco Gomes de. A litteratura no Porto. Cap. 4: Viagem ao Minho. *O Panorama*, Lisboa, v. 10, p. 420,1853.

ANASTÁCIO, Vanda. Mulheres varonis e interesses domésticos (Reflexões acerca do discurso produzido pela História Literária acerca das mulheres escritoras na viragem do século XVIII para o século XIX). In: *CARTOGRAPHIES. Mélanges offerts à Maria Alzira Seixo*. Lisboa: 2005. p. 537-556.

_____. *Sonetos – Marquesa de Alorna*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

ARIÈS, Philip.e; DUBY, Georges. *História da vida privada, v. 4: da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

BALZAC, Honoré de. *Physiologie du mariage*. França: Bibebook, 2014 (E-book).

BARREIRA, Cecília. Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista. *Análise Social*, 1986. v. 22.

_____. *História das nossas avós: retrato da burguesa em Lisboa*. Lisboa: Colibri, 1994.

_____. O casamento e a família. *Revista Metacrítica*. Portugal, 2004. Disponível em: <<http://metacritica.ulusofona.pt/>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BARROS, Teresa Leitão de. *Escritoras de Portugal. Génio feminino revelado em Literatura portuguesa*. Lisboa: Tipologia de António D, 1924.

BRANCO, Camilo Castelo. *Folhas caídas, apanhadas na lama, por um antigo juiz das almas de campanhan, e sócio actual da assemblea portuense, com exercicio no palheiro*. Porto: Typographia de F. G. da Fonseca, 1854.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *As nossas filhas, cartas à mãe*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1904.

CASTILHO, António Feliciano de. D. Maria Peregrina de Sousa. *Revista Contemporanea de Portugal e Brasil*. Lisboa, 1861, p. 273-312.

CASTRO, Adolfo Faria de. *Maria Peregrina (1809 – 1886): ensaio literário-etnográfico*. Porto, v. 9, 1936. Separata da Revista Portucale.

CÓDIGO CIVIL PORTUGUÊS. Coimbra: Ed. Oficial, 1867.

COSTA, Dom António da. *A mulher em Portugal*. Lisboa: Tip. da Companhia Nacional, 1892. Obra póstuma.

CRUZ, Carlos Eduardo Soares da. *Felicidade pela imprensa: romantismo na Revista Universal Lisbonense de A. F. de Castilho (1842-1845)*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CUNHA, Ana Cristina Comandulli da. *Presença de A. F. de Castilho nas letras oitocentistas portuguesas: sociabilidades e difusão da escrita feminina*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

DALARUN, Jacques. Olhares dos clérigos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no ocidente*, v. 2: a idade média. Porto: Afrontamento, 1993. p. 29-61.

DAVID, Sérgio Nazar (Org.). *As mulheres são o diabo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DUBY, George. PERROT, Michelle (Dir.) *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994.

FARO, Rute Santos de Castro Lopo e. *O Porto na berlinda: memórias de Alberto Pimentel*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Porto, Porto, 2005.

PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de época na literatura*. São Paulo: Prumo, 2012.

FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares. *Dicionário de escritoras portuguesas*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2009.

FORTES, Carolina Coelho. Os mártires na Legenda Áurea: a reinvenção de um tema antigo em um texto medieval. In: LESSA, Fábio; BUSTAMANTE, Regina (Org.). *Memória & Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, George. PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994.

GARRETT, Almeida. *Da educação: cartas dirigidas a uma senhora ilustre, encarregada da instrução de uma jovem princesa*. 3. ed. Porto: Ernesto Chardron, 1886.

_____. *Correspondência familiar*. Edição crítica de Sérgio Nazar David. Lisboa: Imprensa Nacional ; Casa da Moeda, 2012.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud – a paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média – 1815 – 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994.

GUIMARÃES, Bertino Daciano R. S. *Maria Peregrina de Sousa (1809 – 1894):* esboço bio-bibliográfico. Matosinhos: Papelaria e Tipografica Leixões, 1959.

HORTA, Maria Teresa. *Poemas do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

KAMITA, Rosana Cássia. Mulher e literatura: uma relação tão delicada. In: MONTEIRO, Maria Conceição; LIMA, Tereza Marques de Oliveira. *Entre o estético e o político: a mulher nas literaturas de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

LEAL, Maria Ivone. *Um século de periódicos femininos*. Lisboa: [Ministério do Emprego e da Segurança Social], Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1992. Cadernos Condição Feminina.

LEFEBVE, Maurice-Jean. *Structure du discours de la poésie et du récit*. Neuchâtel: La Baconnière, 1971.

LOPES, Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de modernidade*. Lisboa: Quimera, 2005.

MARTIN-FUGIER, Anne. “Os ritos da vida privada burguesa”. In: ____ (Org.). *História da vida privada, da revolução francesa à primeira guerra*, v. 4. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

OLIVEIRA, Américo Lopes de. *Dicionário mundial de mulheres notáveis*. Porto: Lello & Irmão, 1981.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Lisboa: Thyptografia Universal, v.10, [ago. – set.]. 1877.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima. *Guiomar Torrezão ou memórias de uma mulher de letras oitocentistas*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1998.

PAIS, José Machado. *Artes de amar da burguesia: a imagem da mulher e os rituais de galanteria nos meios burgueses do século XIX em Portugal*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

PERIÓDICO DOS POBRES NO PORTO. Porto, 1848.

PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: AIRES, Philipe; DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada, v. 4: da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

_____. A família triunfante. In: AIRES, Philipe; DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada, v. 4: da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

_____. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1998.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: AIRES, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada, v. 4: da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

_____. Funções da família. In: AIRES, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada, v. 4: da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

_____. À margem: solteiros e solitários. In: AIRES, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada, v. 4: da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

_____. A vida em família. In: AIRES, Philippe; DUBY, Georges (Dir.). *História da vida privada, v. 4: da revolução à primeira guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

QUEIRÓS, Eça. *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil, [19--?].

RAFAEL, Gina Guedes. *A leitura feminina na segunda metade do século XIX em Portugal: testemunhos e problemas*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

REIS, Bianca Santos Coutinho dos. *Cérebros e corações: a ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. Notas sobre a situação da mulher portuguesa oitocentista. In: *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*. ACTAS DO COLÓQUIO, 2. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986.

SERRÃO, Joel. *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

SILVA, Maria Regina Tavares da. Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. *Análise Social*, v. 19, 1983.

_____. *A mulher: bibliografia portuguesa anotada*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

SOUSA, Maria Peregrina de. Falta de uma mãe, *Archivo Popular*, n. 49, p. 390-2; n. 50, p. 394-6; n. 51, p. 402-4. Lisboa: Tipografia de A. J. C. da Cruz, 1843.

_____. Pepa. In: *Iris*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Tipografia Francesa, 1848.

_____. O desgarrado. *Miscellanea Poetica: jornal de poesias ineditas*. Porto: F. G. da Fonseca, Livreiro e Editor, 1851.

_____. *Retalho do mundo*. Porto: Editor Eduardo Pereira Barbosa, 1859.

_____. *Maria Isabel*. Porto: Typographia de José Pereira da Silva, 1866.

SILVA, Maria Regina Tavares da. A vida. *Almanach das Senhoras para 1871*. Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1870, p. 51.

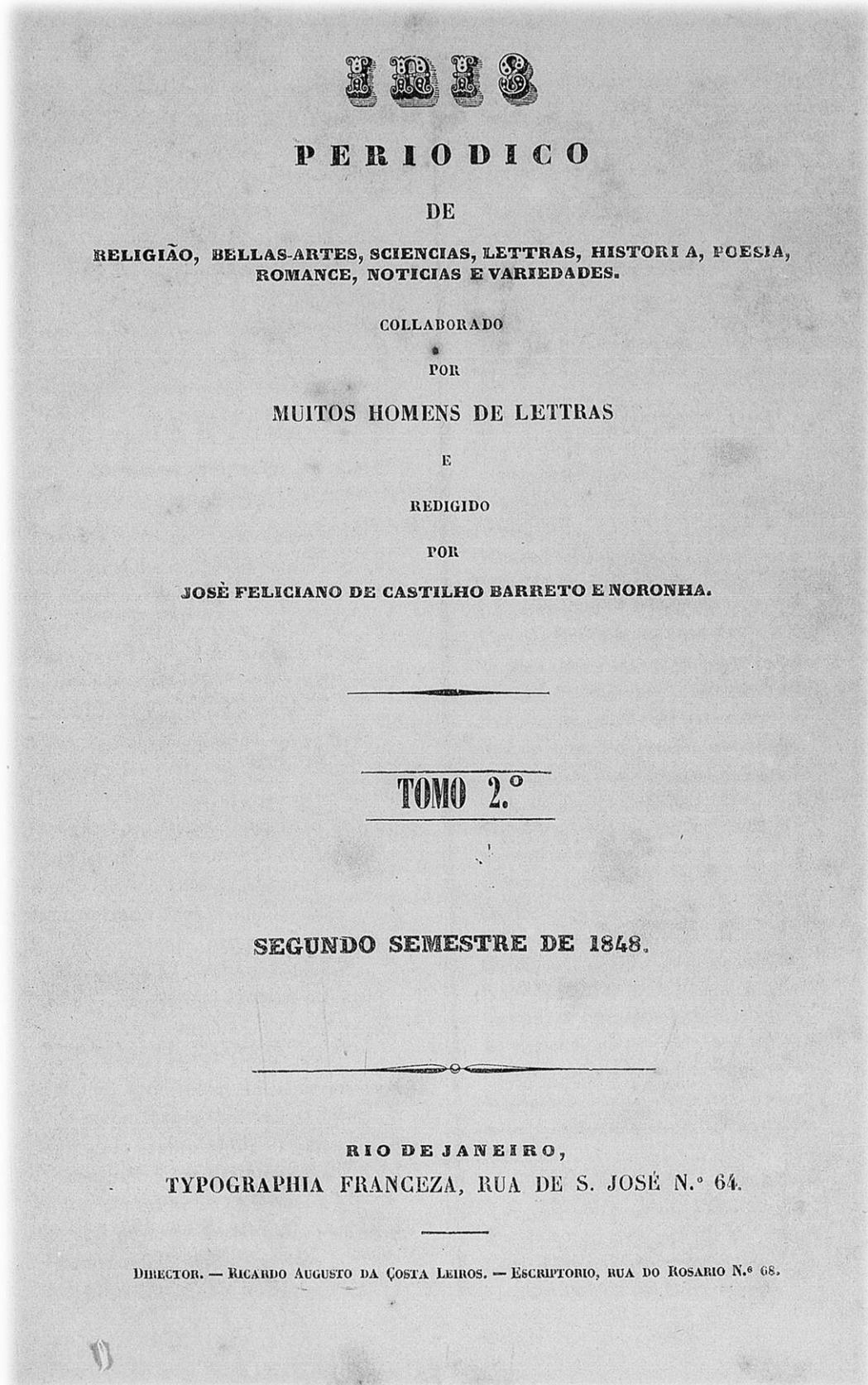
_____. *Henriqueta (Romance Original)*. [S.l.]: Antonio Leite Cardozo Pereira de Mello, 1876.

VALENTE, Vasco Pulido. Tentar perceber. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983.

VAQUINHAS, Irene. “*Senhoras e mulheres*” na sociedade portuguesa do século XIX. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

_____. *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da História (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

Figura 8: *Capa do Íris* (segundo semestre de 1848)



ANEXO

PEPA

CAPÍTULO I

Tantas vezes vai o pote à fonte, que larga o fundo – Rifão.

– Tenho dito! Vou expatriar meu sobrinho – dizia a um amigo João Alberto, velho solteiro, que a gota retinha meio ano no seu quarto, e que apesar disso tinha por costume bons humores, mas não nesta ocasião.

– Estás zangado com a tua gota, e tornas-te contra o pobre Alberto, como se ele tivera culpas nas tuas dores – replicou o amigo.

– Nada, senhor Inácio; eu nunca peço aos outros contas do que não devem. A minha gota é muito minha e de ninguém me queixo pelo incómodo que me dá.

– Mas então, porque queres expulsar Artur? Não tens em casa senão a ele e queres desfazer-te da sua companhia?

– *Verdade seja*, se eu tivesse em casa só Artur, havia de ser bem tratado... Ele é que me faz os caldos, que me levanta, que me veste...

– Não me estejas com loucuras! ... Que te fez teu sobrinho? Tu o amas como teu filho, é o teu herdeiro...

– Eis aí temos outra! a quem disse eu que ele era o meu herdeiro?

– A ninguém, mas todos o sabem, e ele o merece pelo muito que te ama e respeita.

– Pois os senhores *todos* se enganam; e ele não me ama e respeita. Se quisesse fazer-me a vontade, havia de casar com a minha linda Ernestina, e não andar a procurar noiva entre todas as loureiras da cidade.

– Não me consta que ele tenha ainda contratado casamento com loureira, ou com loureiro, e se lhe dissesses que casasse com sua prima, estou certo que obedeceria.

– Isso, e o que eu não quero, é tudo um. *Verdade seja*, a minha Ernestina ainda merece que rompam duas solas por seu respeito. Eu não quero que ele a receba por mulher, assim como por lhe fazer favor; mas queria que se namorasse dela, e me pedisse, por muito obséquio, que o casasse com ela. Mas

nada! anda por aqui, por ali, como o furão atrás dos coelhos, e assim que topa caça marra, e fica. Tenho-lhe já desfeito não sei já quantos lotos. Louvar a Deus! ... Anda nos seus vinte anos, e creio que no seu vigésimo namoro.

– Ah! então para desfazeres o vigésimo, é que o queres pôr a largo?

– Nem mais.

– Mas não precisarás de remédio tão violento.

– Qual não preciso? os outros não têm sortido efeito, e vai-se o namoro tornando crónico, já tem seus dous meses de existência, e há cartas, versos... prendas...

– Cousas de rapazes; deixa-o divertir.

– Pois que se divirta, mas não à minha custa. Não fui suar como um negro ao Brasil para ganhar com que ele agora compre mogigangas, para dar às tolas que encontra.

– Se ela é pobre, não é tola; Artur é rico e...

– Rico de gentileza? ... Seu pai deixou-lhe uma casa arruinada.

– E o que tu lhe hás de dar? porque afinal de contas não hás de levar o que tens para a cova, e como não tens filhos...

– *Verdade seja*, porque não tenho filhos há de ele ser por força meu herdeiro? Porque não hei de deixar o que possuo a Ernestina, que é tão boa rapariga que sendo-me tanto como Artur, vê sem inveja seu primo pôr e dispor do que tenho como se fora meu filho?

– Ela tem pais, não pode invejar a seu primo órfão a amizade e proteção d'um tio.

– Tenho-o sempre protegido; mas muito há de rir quem não morrer... Tenho o meu testamento feito, e se Artur não vier a cai ao rego...

– Seria uma ingratidão deserdar um excelente moço, só porque ele tem seus amores.

– Ingratidão de que? ... Se eu soubesse que ele me fazia quatro festas para disfrutar a minha herança, ia já rasgar o testamento, ou pôr fogo às minhas casas e armazéns.

– Então sempre o testamento lhe é favorável? ... fico contente com isso; estavas me desgostando.

– Ora *verdade seja* não sei que maior interesse podes ter por meu sobrinho que por minha sobrinha!

– Também lhe quero bem a ela; é um anjo na alma e no corpo, mas ele sempre o olhei como teu filho.

– Pois olha que o não amo mais que a ela, nem ele será meu único herdeiro. Quando estava no Brasil, meu irmão José, fugiu de casa, fez uma súcia de disparates, casou com uma galega, e morreu pobre. Minha irmã no entanto, que tinha sido sempre uma pérola, havia casado à vontade de seus pais, e sabendo da morte de José, mandou buscar Artur, meteu-o num colégio e me deu parte de tudo. Eu não quis que ela fizesse despesa com o órfão e o tomei à minha conta. Cuidas então que eu havia, depois de tudo isto, dar tudo o que possuo ao filho de meu irmão traquinas, e nada à filha da minha boa e ajuizada irmã?...

– Pois não digo tudo...

– Sim! ... mas eu queria dar-lhe tudo!... absolutamente tudo! e à minha querida Ernestina também; e por isso os queria casar... chitou!... aí vem o senhor namorado!... Ele não deve saber nada do que temos dito.

Artur entrou (era um belo mancebo) cumprimentou Inácio com amizade, e falou a seu tio com ternura. João Alberto revia-se nele, anediou-lhe um ombro, e lhe perguntou se fora à casa de sua tia: uma resposta negativa fez franzir as sobrancelhas ao tio e torcer-se o amigo. João Alberto disse, passado um pouco, a Artur:

– Hás de ir breve a S. Tiago de Galiza tratar um negócio.

O mancebo mostrou sobressalto e Inácio perguntou que negócios tinha o seu amigo na Galiza?

– Os negócios que eu tenho não são da tua conta.

Artur saiu sem dar palavra.

– Aposto que vai escrever à namorada!... forte cegueira!

– E então, que mandarás fazer Artur à Galiza?

– Mando-o falar com um velho parente que lá tenho, com o pretexto de tirar informações da família da mãe de Artur. Mas *verdade seja* está me lembrando uma cousa... isto de galegos é quase como negros... quem me diz a mim que, se algum parente da mãe de Artur é rico, o não matará a ele com medo de lhe não vá pedir alguns *chabos*?

– Tens ideas!...

– Pelo sim, pelo não, sempre Artur irá, não como filho de seus pais, mas como meu próprio filho: de João Alberto para José Alberto não é grande diferença.

– Teu sobrinho se rirá dos teus temores.

– Cuidas que eu lhe dou parte dos motivos que me levam a ordenar-lhe isto ou aquilo?... Eu mando, e ele obedece à risca. *Verdade seja*, ele é um excelente moço... se não fosse o medo que tenho que ele se apaixone deveras, não o arredaria de mim; faz-me tão boa companhia... é tão bom... tão meigo... tão jovial...

Inácio se levantou comovido e foi ao quarto de Artur, com tenção de falar ao amigo, e de instruir o mancebo das vontades de seu bom tio, mas viu-o tão sentido por deixar o Porto, e nada lhe disse.

CAPÍTULO II

Muito riso, pouco siso – Rifão.

Chegara Artur ao pátio duma habitação, meia casa meia castelo, pouco distante de S. Tiago de Galiza, e debalde chamava por alguém, servindo-se das poucas palavras que havia aprendido de ispanhol. A casa parecia deserta. Apeou-se ele de seu belo cavalo, e foi bater a meia dúzia de portas que viu fechadas, mas que mostravam, pelo pó e teias de aranha, que não eram portas de abrir. Galinhas, porcos, cães, e um macho, todos animais negros e feios estavam em boa harmonia no pátio. O sobrinho de João Alberto, zangado de ver a inutilidade de seus esforços para chamar gente, atirou por terra uma pedra com que batera, bradando:

– Irra com o pardieiro encantado!... bem me haviam dito que melhor me seria ir falar ao grão-turco!...

Uma risada estrondosa lhe fez levantar a cabeça, e viu, com grande confusão sua, uma linda senhorita debruçada a uma janela, e rindo como perdida. Artur tirou o seu chapéu respeitoso, e lhe pediu se fazia a graça de lhe indicar aonde se havia dirigir para falar com o senhor da casa. Ela enxugou as lágrimas de alegria, e atirou-lhe dous beijos, piscando os olhos. O mancebo repetiu o seu pedido, fingindo não reparar nos gestos indecorosos da desconhecida, e ela, estendendo uma branca mão para uma passagem estreita à esquerda, fez um aceno de cabeça e uma pequena carranca de zombaria, e se recolheu.

Artur, com o cavalo pela rédea, seguiu o caminho indicado, dizendo consigo:

– Ora tenho ouvido dizer que as ispanholas são muito galantes e vivas, mas se todas são, como esta, são galantes, vivas e tolas: eu nunca vi cousa assim!

Neste comenos encontrou um criado de lavoura, que lhe disse que ele ia enganado, que ali eram as cortes do gado e as abegoarias; que voltasse ao pátio e tomasse à direita. Artur primeiro se agoniou, depois riu dizendo consigo:

– Foi bem feito!... não me fiasse eu numa doida!

Ele tinha um gênio muito jovial, e acharia divertido tudo o que via, se não tivesse sendo o motivo de mofa duma estrangeira; mas seu amor próprio ofendido amargurava-lhe o divertimento. Retrocedeu, olhos baixos, como se procurara alfinetes, mas ouviu uma tosse seca e prolongada, que lhe noticiava que estava sendo observado: fingiu-se surdo. Alguma cousa lhe atiraram, que fez espantar o seu cavalo; ele, sem voltar a cabeça, anediou o pescoço do animal para o sossegar e seguiu caminho; deu volta à casa e ficou livre da moça traquinas. Conseguiu finalmente deparar com a porta da intrada, e falar com um criado, que lhe disse não podia o senhor dom Luís falar a ninguém, mas que lhe desse *usted* o recado que quisesse, que fielmente seria transmitido ao dito senhor. Artur entregou a carta ao criado, dizendo que era um parente do senhor dom Luís, e que, no dia seguinte, viria procurar a resposta.

– Espere *usted* um pouquinho, disse o criado: eu vou falar ao senhor dom Luís, que certo não há de querer que um seu parente venha à sua porta, e se retire como um correio.

O sobrinho de João Alberto revestiu-se de paciência, e passeou dum lado para o outro, assobiando uma cantilena da Fragata-Medusa. Alguns assobios mal formados lhe fizeram erguer os olhos, e viu, de uma fresta, a cabeça da linda senhorita, que incorrilhava a testa e franzia os seus lábios de rosa para arremedar Artur: este deu uma risada, ao ver os esforços mal sucedidos da escarnecedora, e ela, se recolheu zangada e fechou o postigo.

Artur ainda estava rindo, quando o criado tornou, e lhe disse que seu amo o estava esperando.

– A quem hei de deixar o cavalo? perguntou o mancebo.

– A Lazarilho, que trata de Boreas (respondeu o doméstico) que é um *muchacho* simples, mas que entende do seu ofício.

Lazarinho era um rapazola com cara de parvo e todo esfarrapado: Boreas era o macho magro e velho que se divertia no pátio com a sociedade dos porcos e das galinhas.

O sobrinho de João Alberto foi conduzido em silêncio por longos corredores às escuras como em uma visita de pêsames; era quase noite. O criado abriu algumas portas com chave de segredo e introduziu, por fim de contas, o mancebo no aposento de dom Luís. Era este um velho que, apesar da sua muita idade, mostrava vigor e alguma agilidade, da qual nunca se servia; raras vezes deixava o seu aposento, pelo amor que tinha, diziam, a um cofre que ali ocultava.

O criado acendeu um candeeiro, e ficou à porta para guardar talvez seu amo. Dom Luís pôs o candeeiro de modo que ficava às escuras, e o mancebo esclarecido, e lhe disse:

– Então seu pai desejava saber a que família pertencia dona Leonarda, esposa de seu tio?

– Sim, senhor.

– Eu sou um homem há muito acantonado; mas tirei informações pelos meus amigos: os sinais porém são poucos. O senhor por hoje ficará em minha casa, se quiser sujeitar-se ao regulamento sadio, com que eu e toda a minha família vivemos: é noite, e dizem que as estradas não são seguras.

Artur aceitou; e, se a esperança de ver a travessa senhorita o decidiu, achou-se enganado por então. Passadas duas horas de conversação veio uma ligeira refeição e depois disse dom Luís ao criado:

– Pedrilho, conduze este senhor ao seu quarto!

Pedrilho acendeu um rolo e saiu vagaroso para não apagar a luz: Artur o foi seguindo, e lembrou-se que lhe haviam dito que naquela casa andava coisa má, e disse consigo:

– Na verdade o sítio é próprio para a imaginação criar fantasmas!...

As paredes eram escuras, o teto negro e alto, os corredores largos e compridos. Acabavam de intrar em uma sala nua e longa, quando um assobio agudo fez estremecer Pedrilho, voltar para trás e desaparecer.

– Agora esta! murmurou o mancebo; e tentou o vácuo até topar numa parede. Passado um pouco, em que ele não sabia se havia de rir, se havia de agoniar-se, uma mão lhe agarrou num braço e como um furacão o arrastou, sem que ele tivesse tempo nem força para lhe resistir, e pensou consigo:

– Vejamos em que dá isto!... e considerou pouco satisfeito, que não trazia nada para se defender, se eram más as tentações que tinham a seu respeito.

Ele pôde parar, e estendeu as mãos para apalpar quem o conduzia, mas não encontrou ninguém: a mão o tinha já largado e parecia que abriu uma porta; depois lhe meteu na mão um objeto frio e o empurrou com força para diante. Isto era feito com tanta pressa e valentia, que ainda lhe sentira só uma mão, não podia deixar de andar ali mais que uma pessoa. Não teve Artur tempo de pensar; viu-se outra vez no aposento de dom Luís, e este maniatado por dous ladrões que lhe queimavam uma mão, bradando em meia voz que lhes dissesse onde tinha o dinheiro; outro revolia as gavetas, e um quarto sufocava Pedrilho, que acudira a seu amo, quando este o chamou, pelo sinal que tinham de convenção. O mancebo, sem refletir, caiu sobre os ladrões; o que lhe haviam metido na mão era uma espada bem afiada. Ele seria vítima da sua coragem, se, aos gritos que soltou dom Luís ao ver-se livre do ladrão que o superara, não acudira toda a gente da casa, inclusive o *muchacho*; que tratava de Boreas, e a senhorita com a sua velha aia.

Os ladrões fugiram: haviam intrado por uma janela do gabinete contíguo ao quarto de dom Luís.

– Descuidados! disse o velho aos criados; certo não haveis fechado a porta do pátio.

A senhorita correu a ele, e, vendo-lhe a mão queimada, insopou o seu lenço no azeite do candeeiro, e embrulhou-lhe a mão molesta, com todo o mimo e cautela; já não parecia a estouvada da tarde.

– Pedrilho! continuou o ancião, leva esse senhor ao seu quarto, ele me salvou a vida, e está ferido; Antónia te acompanhará para curar suas feridas o melhor que souber, que amanhã se chamará o cirurgião.

Artur, não obstante as dores que ia sentindo em seu peito e braços, aonde tinha algumas feridas, se regozijou, ao pensar que as mimosas mãos, que haviam curado a mão do velho, o iam tratar a ele; porém quando viu que Antónia não era a senhorita, mas sim a sua aia, saiu, incostado a Pedrilho, e pouco satisfeito.

CAPITULO III

O homem é lume, a mulher estopa, vem o diabo e assopra – Adágio.

Artur tinha passado os oito dias mais insípidos e tristonhos de sua vida. Via-se molestando, em uma casa estranha, e sem ver em todo o dia senão o cirurgião ou Pedrilho, e estes mesmos poucas vezes. Para se distrair, procurava fazer versos à sua namorada, mas tinha perdido a musa com a saúde; repetia mil vezes o nome de Carminda, logo se aborrecia, e pensava em seu bom tio, em sua tia, sua prima, em Inácio e nos seus amigos. A companhia de qualquer destas pessoas seria para ele um incantado tesouro nas atuais circunstâncias: às vezes se lembrava também da senhorita da casa e da sua vivacidade doída.

Finalmente teve licença do cirurgião de se levantar do leito e de escrever. Pediu imediatamente a Pedrilho tinta e papel, mas só passadas duas eternas horas é que lhe trouxe preparos de escrever, disculpando-se com o senhor dom Luís não escrever quase nunca, e ter sido mister ir pedir o seu tinteiro à senhorita, que estava dormindo, e era muito senhora da sua vontade, para que a sua tia se atrevesse a acordá-la. Artur, que nunca se havia atrevido a perguntar quem era a senhorita, arriscou algumas perguntas nesta ocasião e soube que se chamava Pepa e era neta de dom Luís. Apenas veio Pedrilho, escreveu o mancebo a seu tio, a Inácio, a um de seus amigos, e à sua namorada: quando acabou de escrever estava muito fatigado, e deitou-se. Pedrilho veio buscar as cartas para o correio e levou, sem que Artur visse, os preparos de escrever. Logo que o sobrinho de João Alberto deu pela falta das suas queridas penas e papel, sua única companhia, ficou aflitíssimo, correu à porta para chamar, achou-a fechada e exclamou:

– Estarei preso?

Esta idea redobrou sua aflição, correu à janela para ver se, em caso de necessidade, poderia escapar-se por ela, e ao ver que não era muito elevada do solo, disse alto:

– Valha-nos isso!...

– Isso o quê?

Lhe perguntaram duma janela superior. Levantou os olhos e viu o rosto risonho e malicioso de Pepa.

– Por caridade, senhorita, lhe disse ele, torne-me a inviar tinta e papel: estou desesperado, por Pedrilho me haver tirado isso.

– Espere *usted* um pouquinho.

– E se *usted* me pudesse também emprestar um livro?!!

– Será *usted* servido.

Ela se retirou e ele cansou-se de esperar inutilmente, e quando Pedrilho veio com o jantar e lhe não trouxe nem livro, nem tinteiro, amaldiçoou Pepa no seu coração; e disse ao criado:

– Precisava escrever outra carta, veja se me traz o tinteiro.

Porém ele lhe disse que a senhorita era muito senhora do seu nariz, e não fazia dous favores num dia; que esperasse para o dia seguinte.

Artur, não sabendo em que empregar o tempo, foi para a janela. Pepa o esperava e lhe disse agastada:

– Porque não esperou *usted*?... tive tanto trabalho por sua causa, e o senhor vai-se pôr a jantar com toda a pachorra!...

Em dizendo isto lhe desceu numa cesta o tinteiro, papel e um livro. O mancebo bem que pouco se demorara com o seu jantar, se desfez em satisfações e recolheu o seu tesouro. O tinteiro estava cheio de azeite, o papel de carrancas, e o livro era um Dom Quixote tão cheio de rabiscas que mal se lhe viam letras. Artur teve vontade de bater na zombadora: não tornou naquele dia a chegar à janela, e deitou-se aborrido e fatigado.

No dia seguinte ao acordar viu sobre a mesa alguns livros, papel e o tinteiro. Saltou ao chão para ver se era outro logro, e ficou saltando de prazer ao ver que o tinteiro tinha tinta, que o papel era limpo e que os livros eram bons.

– Quem mandou isto, e o fez pôr aqui sem eu sentir? Perguntou ele a Pedrilho, logo que este introu.

– Senhor, respondeu ele abanando a cabeça; é muito moço, falta-lhe a prudência... não corresponda à festa que lhe fazem os leões... O senhor dom Luís mostra ter-lhe afeição, mas ele percebia que!...

– Perceber o que?... eu falo em alhos, e você fala-me em bugalhos? explique-se.

– Não tenho que explicar, tenho falado mais do que devia; mas sempre lhe direi uma cousa, para governo de *usted*. A senhorita é boa às vezes... é divertida, mas quer ter sempre palitos... para os morder: porém se o seu avô o soubesse... guarda debaixo!...

– Uns dentes tão miúdos não podem fazer grande mal, ainda que mordam; e o senhor dom Luís nunca terá nada a repreender-me.

Apesar da advertência do criado, apenas ele saiu, foi o mancebo para a janela e intabulou conversaço com a sua vizinha de cima. Ela falava e ria com tanta vivacidade e chiste, que Artur não se fartava de ouvi-la, e quase lhe perdoava o seu demasiado estouvamento. De repente lhe disse ela:

– Artur! pergunte a esse homem que nos olha como se fôssemos alguma raridade, se me quer comprar para me mostrar por dinheiro: eu não desgostaria de correr o mundo a ler a *buena-dicha!*

Artur voltou-se para o pátio e viu um bofarinheiro parado debaixo das janelas, e lhe perguntou o que queria; ele respondeu que estava esperando que lhe dessem atenção, e incareceu as belas fazendas que trazia à venda.

– Depressa, Artur, depressa tome a minha cesta e passe-a ao vendelhão para que ele meta as suas melhores cousas, e compre-me *usted* um lenço escarlate, um cinto amarelo, um colar azul, uns brincos verdes e um leque preto.

O mancebo fez o que lhe era ordenado rindo-se da boa escolha das cores. No entanto que ele escolhia os objetos pedidos, Pepa dizia ao bofarinheiro:

– Que se diz por esse mundo?... conta-nos alguma novidade, homem das ninharias?

– A novidade que me deram há pouco, senhorita, foi que *usted* casará. Diga-me *usted* quando serão as núpcias, para antes lhe trazer belas e ricas fazendas.

Ela riu despropositada e respondeu:

– Pergunta ao meu noivo pelo dia feliz, ele está-me ali comprando as prendas do noivado.

Artur sentia desgosto com estes loucos gracejos; mas logo esquecia o descomedimento de Pepa pelo muito que o ela divertia.

Dom Luís mandou-lhe uma satisfação de o não ter ido ver, o que não fizera por falta de saúde, e lhe fez pedir que, logo que pudesse, fosse ele ao seu aposento.

O sobrinho de João Alberto foi imediatamente, e pelo caminho não levava pouca inquietação: se o velho tivesse sabido das loucuras de sua neta, podia criminalar também o alvo delas. Dom Luís porém recebeu-o muito bem e lhe disse, que não consentia que saísse de sua casa sem estar inteiramente restabelecido, e que mesmo depois esperava lhe fizesse companhia até sua neta casar.

– Dom Rolando, disse ele, é um fidalgo rico, que pediu sua mão, e que ela adora, está para vir passar aqui alguns dias, e decidiremos então quando se deve fazer o casamento; *usted* terá pois um companheiro para lhe ajudar a passar o tempo.

Artur estava de queixo caído. Uma noiva namorada tratar com tal sem cerimônia a um estrangeiro!

– Há gente para tudo! – Pensou ele, mas não ficou contente: o galante rosto, falas chistosas e jovialidade excessiva de Pepa o tinham fascinado. Apesar de todos os seus esforços para ser constante, Carminda lhe ocupava menos a memória.

CAPÍTULO IV

Devagar se vai ao longe – Adágio.

Chegou dom Rolando à casa de dom Luís; e Artur que esperava ver um moço muito guapo e vivo, folgazão e jovial, não acabava de se maravilhar consigo mesmo, ao ver um grande pançudo, dos seus cinquenta, muito vaidoso e grave, desingraçado e metódico.

– Ora as mulheres têm gostos! pensou ele; se os opostos porém se quadram, nunca vi par mais próprio para viver em harmonia.

Dom Rolando ficou muito contente de achar Artur em casa da sua noiva. Dizem que os ispanhóis são zelosos, mas ele não tinha esse defeito, fazia muito boa opinião de si, e contava com a candura e ingenuidade da sua noiva. Ele disse ao mancebo:

– Seria bom que dormíssemos no mesmo aposento, este castelo não é lá dos mais bem guardados... e de noite nem sempre se dorme com sossego debaixo do seu telhado.

Artur respondeu, rindo, que ele tinha dormido sempre otimamente, quando não sentia dores nas contusões que havia recebido.

Dom Luís mandou convidar seus hóspedes para tomarem uma chávena de chocolate com sua neta. Artur tinha curiosidade de ver os noivos juntos; mas não estava satisfeito por ter sido o passatempo da amante dum ente tão desazado como era dom Rolando; e, se não fora por temer passar por amuado

diante da senhorita, teria posto cobro à sua curiosidade e não sairia do seu quarto; mas, querendo parecer indiferente, seguiu dom Rolando ao aposento de dom Luís, e tencionou humilhar Pepa, não lhe mostrando ressentimento algum.

Introu Pepa no aposento de seu avô com passo tímido e vagaroso, olhos baixos e mãos sobre o peito, segurando um leque e um lenço, como uma cruz e um sudário; parecia uma freira numa procissão. Vinha vestida com uma extravagância sem limites; os trastes que lhe comprara Artur saíram todos a campo neste dia; e ainda, para ser a maior guerra de cores, trazia Pepa largas fitas, cor de rosa viva, segurando suas belas e longas tranças, que caíam pelas costas. Não obstante todas as cores disparatadas com que ela vinha adereçada, e suas maneiras célebres, parecia ainda Pepa linda e ingraçada. Abraçou e beijou seu avô, fez uma mesura muito requebrada aos visitantes, e assentou-se, cobrindo o rosto com seu grande leque preto. O noivo, entanto que Artur conversava com o ancião, se derretia em finezas com Pepa, que se torcia e lhe deitava olhaduras vivas e apaixonadas pelos cantos do leque e por entre as varetas, sem dizer palavra. Dom Luís disse aos seus hóspedes que logo que o sobrinho de João Alberto pudesse sair, podia e mais dom Rolando divertir-se nas vizinhanças, porque a sua morada era muito monótona para gente moça. Pepa tirou o leque de diante do rosto, exclamando com vivacidade:

– E eu também hei de vagabundear com os cavalheiros, avozinho?

– Não, enquanto estiveres debaixo da minha proteção, respondeu o velho; quando outrem governar em ti, fará o que quiser, mas eu cá penso que a mulher é feita para a casa.

Ela tornou a cobrir o rosto; e dom Rolando, insistindo em que fosse concedida mais liberdade à sua noiva, conseguiu que ao menos pudesse ela passear com a sua aia pela quinta, permissão que raras vezes até ali lhe era outorgada. Pepa fingiu deixar cair o seu leque, e como dom Rolando se apressasse a erguê-lo e ela também, deram ambos uma cabeçada, que fez dar um grito a Pepa e perder os sentidos, caindo nos braços do seu namorado; ele não sabia o que fizesse, e entanto que Antónia a despertava, lhe renovava o ar com o leque. A senhorita abrindo os olhos, lhe agradeceu com um incantador sorriso, ao mesmo tempo que dous de seus níveos dedos apertavam por graça uma pequenina parte do gordo braço de dom Rolando; ele não pôde deixar de fazer uma cara de aflição, que logo deu lugar a um sorriso de basbaque, que lhe era muito natural.

Artur não recebeu um só olhar ou atenção da senhorita, em todo o tempo que estiveram reunidos. Quando ela se levantou para ir-se, tornou a abraçar o seu avô, surriu-se maliciosa para dom Rolando, ao fazer-lhe uma mesura, e passando por diante do mancebo, lhe atirou um pequeno rolo de papel, fazendo uma carranca. Ele ficou atarantado e o apertou nas mãos confuso e invergonhado. Se alguém tivesse visto!... Antónia ao menos podia ter reparado na ação de atirar, que Pepa fez, porque a seguia perto; felizmente o candeeiro tinha pouco azeite e espalhava tanta luz como trevas.

O escrito da senhorita dizia assim:

“Vivam os manhosos!... saúde a ti, rei dos malandros!... Preciso falar contigo já!... já!... já!... é com a maior seriedade que te falo. Se não temos os duendes, vem ter comigo à meia noite, à janela do quarto chamado do defunto, que é aquele que fica defronte da estátua, na sala dos pássaros. Peço-te isto, porque o meu belo noivo não deve ouvir o que tenho a dizer-te, e o teu quarto fica muito perto do dele. Adeus: não dou as minhas desculpas de ser a primeira a escrever, como dizem ser costume quando uma senhorita escreve a um cavalheiro antes de ter recebido carta dele, porque isto não é escrito d'amores, é carta de negócios. Demais, escrever primeiro, ou escrever depois, tudo é escrever: e as desculpas não fazem mudar nada o caso: são palavras que se decoram e se repetem quando a peça o pede; mas eu não sou papagaio nem relógio de repetição, sou a tua criada PEPA.”

Consultou Artur consigo mesmo se devia ir ao convite, e decidiu que sim, por muitos motivos que ele deu à razão e consciência, que o crimnavam de autorizar esta correspondência. Chegou à meia noite; pegou no seu candeeiro e se dirigiu ao sítio aprazado. Ao intrar na sala da estátua, sentiu uma espécie de calafrio que ou nascia do muito ar que vinha dos corredores, ou das lembranças que o assaltaram. Pedrilho lhe havia dito horrorizado que a mão que o agarrara nas trevas, na noite da sua chegada não podia ser senão a do pai de dom Luís, que dava seus passeios fora do túmulo; e que a espada que lhe haviam metido na mão havia servido àquele defunto, e apesar de tantos anos acantonada, estava limpa e afiada como no tempo em que ele era vivo. O mancebo parou um instante e olhou para trás, depois riu-se de si mesmo e foi seu caminho. Logo que abriu a janela do quarto do defunto, ouviu Pepa dizer-lhe doutra janela toda assustada:

– Quem é?

– Sou eu, respondeu o mancebo.

– Ainda bem! estava com medo não fosse o defunto fazer-te desaparecer para vir chalar comigo em teu lugar.

Depois, em vez de falar sério, começou zombando de seu noivo com muito chiste e graça. Artur ria com vontade, mas não deixava de dar-lhe conselhos honestos; que se estava resolvida a tomar dom Rolando por marido, devia respeitá-lo; e que se o não queria, devia desenganá-lo e mais a seu avô; mas vendo que ela escarnecia dos conselhos e do letrado, lhe disse sério:

– Se nada me quer, senhora, retiro-me; pode alguém ouvir-nos e suspeitar mal de conversação a tais horas.

– Espera, disse ela, vou afinal falar-te sério; preciso de ti, Artur, e o teu caráter e juízo e bom coração...

Ouviu-se um motim, como o de ratos por entre os forros, e Pepa deu um grito de susto e se recolheu, fechando a janela. Ao mesmo tempo se apagou o candeeiro de Artur, e o mancebo se recolheu pouco satisfeito; mas querendo ostentar presença de espírito a si mesmo, fechou a janela, o mais vagaroso que lhe foi possível. Parecia-lhe ouvir suspiros, e dizia consigo:

– É Pepa que me quer assustar.

E no entanto ele estava bem certo que Pepa não poderia ter saltado do andar superior para aquele, com a rapidez do pensamento, a não ser bruxa. Foi saindo do quarto às apalpadelas, sem pensar no seu candeeiro que ali ficara, e deparou logo com a estátua, e arripiaram-se-lhe os cabelos, ouvindo distintamente um suspiro. Revestiu-se d'ânimo, e calculando o sítio em que estava a estátua, fez a pontaria ao corredor que levava ao seu quarto, mas oh pasmo!... tornou a abraçar-se na estátua! Andou e desandou, e só passada boa meia hora, em que ele andou a tentar as paredes e a abraçar a estátua, que de todos os lados encontrava, é que encarreiou pelo corredor.

Queira Deus que eu não vá dar ao quarto de outrem – dizia ele a suar, e tendo já perdido o terror vago que primeiro sentira – quem me diz a mim que é este o corredor que leva ao meu?...

Viu um clarão! mais se persuadiu que se havia enganado; mas tendo-se detido um instante, cuidou conhecer a porta do seu quarto; foi avante, e viu que não se havia iludido; era o seu quarto, e o seu candeeiro ardia sobre a mesa!... Artur fez o sinal da cruz; ninguém estava dentro do aposento nem nos corredores!

CAPÍTULO V

Quem não se acobarda e não se invergonha, ri-se do mundo e o mundo dele – Rifão.

Tendo dom Rolando ajustado com dom Luís das condições do casamento, partiu arranjar a casa para receber a noiva, porque ela desejava mil extravagâncias, com que ele não havia contado. Artur queria também retirar-se, mas não tinha força para quebrar o encanto que o retinha. Pepa, zombando, o obrigava a faltar aos protestos que ele fazia de se ausentar. Um dia porém, em que ele recebeu carta de sua tia, dizendo-lhe que seu tio vivia com muitas saudades dele, resolveu-se a saltar o valado e despediu-se de dom Luís e da senhorita, para partir no outro dia de madrugada. Dom Luís o abraçou com amizade, desejando-lhe mil bens; sua neta lhe augurou ladrões pelo caminho, pousadas e estalajadeiros péssimos, e que ao chegar ao Porto achasse todas as suas namoradas casadas com lindos mancebos.

Artur, no dia seguinte, muito de madrugada, ouviu bater à porta do seu quarto, e cuidou que o vinham chamar para partir, mas apareceu-lhe Lazarilho, dizendo-lhe que o seu cavalo estava mal, e não podia fazer jornada. Artur ficou zangado, levantou-se e foi à cavalharice; o *muchacho* lhe dizia no entanto com terror:

– Cheira-me a que fez jornada para um pouco!... cavalo montado por defunto não serve tão cedo a vivos!...

– Que estás dizendo, louco!... perguntou o mancebo.

– Nada, senhor... eu não digo nada... mas o cavalo está cansado; creio que andou mais nesta noite que em todos os dias de sua vida.

Um velho hortelão estava com uma inxada ao ombro, incostado à porta da cavalhariça, benzendo-se.

– Abrenúncio!... dizia ele, felizmente que o tal amigo não lhe dá para ir arrincar couves e batatas!... Se eu fosse criado de bestas, não estava nesta casa mais nem uma hora: vamos que ele se enganava, e em lugar de montar nas bestas montava cá na pessoa?...

Artur fez os remédios que pode ao seu cavalo, que em verdade parecia não ter outra cousa senão cansaço. Depois foi passear no pomar, onde se demorou bastante. Ia voltar a ver o cavalo, quando avistou Pepa com a aia. Ocultou-se para se livrar dos seus loucos folguedos e disse consigo:

– Tenho feito mal em me ter deixado levar pelo beijo como um papa-assorda!... Não me fica bem ajudar a neta do meu parente e hospedeiro a fazer disparates e sandices... devia há muito ter partido... desde que tive saúde e quando dom Luís me disse ser impossível saber quem era minha mãe.

Entrementes Pepa ordenara à sua aia que lhe fosse buscar um lenço, e logo que se viu só, pôs-se correndo pelo pomar como doida, dizendo em altas vozes:

– Pobres passarinhos que estais em gaiolas, protesto soltar-vos quando vos chegar.

Deu duas pequenas corridas como para se afirmar que estava só, e, não tendo visto o mancebo, correu a um muro e disse para um caminho fundo:

– À meia noite espero-te no meu quarto infalivelmente!... se não fosse não sei porque, havia atirar-me uma pedra para pagar-te a peça que ontem me pregaste... Não te assustes, meu amor das Astúrias, eu sou a tua Pepa, não posso fazer-te mal.

O sobrinho de João Alberto estava maravilhado e desgostoso: saiu do esconderijo para ver quem era o amante oculto de Pepa, mas ela o sentiu e correndo a ele lhe tapou os olhos rindo. Disse-lhe ele muito sério, livrando-se dela.

– Senhorita, este segredo não guardarei eu; *usted* precisa que a salvem do abismo em que se lança... direi ao senhor dom Luís...

Ela lançou-se num banco soluçando; e tanto disse, tantos protestos fez de não receber o seu amante, que Artur prometeu não dizer nada a dom Luís, e lhe deu bons e assisados avisos. Ouvia-o ela com um ar de compunção cômico, que o fez perder o seu sério, e rir-se com vontade. Retirou-se o mancebo dizendo consigo:

– Ora que me importam a mim os negócios alheios? mas tenho pena desta estouvadinha tão galante... tenho-lhe afeição, apesar de toda a sua leviandade. Coitada!... foi educada sem mãe, por um velho que a perde com mimo, e ao mesmo tempo a tem numa prisão insofrível; tem ela alguma desculpa. Ele foi ao quarto de dom Luís e lhe contou que estava o seu cavalo doente, e por isso não iria naquele dia, mas no seguinte partiria, corresse por onde corresse, ou no seu cavalo

ou noutro. Então o ancião lhe disse que por despedida iria jantar com ele à sala, e assim o fez. Em todo o tempo do jantar esteve Pepa calada; diante de seu avô estava quase sempre assim. Dom Luís falava com o mancebo na pronta partida deste para Portugal, e era esta conversação, ao que parecia, pouco agradável à senhorita, que franzia as sobrancelhas e mordía os beiços. No fim do jantar disse dom Luís, inchendo um copo:

– Bebo, senhor Artur, à saúde de seu pai e à sua boa jornada; beba *usted* à felicidade de minha filha, que casará dentro em poucos dias. Ela estremeceu e perguntou:

– Quando vem dom Rolando?

– Sobressaltaste-te? é preciso ires perdendo a tua demasiada timidez; dom Rolando chega depois de amanhã.

Pepa ficou aterrada e soltou uma imprecação.

– Que é isso? exclamou dom Luís, franzindo as sobrancelhas; que quer dizer esse susto e essas maneiras rústicas?

– Não é nada, *grand-papá*... é porque não tenho tempo de acabar o gibão que andava fazendo para o macaco que dom Rolando me há de arranjar, e sem a qual condição não me casarei com ele.

– Dom Rolando não precisa doutro macaco senão de ti.

– Mil *gracias*!...

Passado um pouco, escutou ela com atenção, fazendo bozina duma mão, e exclamou:

– *Grand-papá*, fechou bem o seu quarto? Queira Deus que o cão tihoso não se lhe fosse deitar no leito; ouvi distintamente rugir no seu quarto.

Dom Luís saiu precipitadamente, chamando Pedrilho; ela continuou:

– Ah!... enganei-me: é no meu quarto. Agora me lembra o que é: foi o Azeviche que caiu na grande ratoeira que eu arranjei para pilhar as ratazanas que ingoliam os meus doces e confeitos. É bem feito!... Azeviche há de pagar a sua pouca vigilância; em lugar de caçar os ratos, ajuda-os a surrupiar cá as minhas gordices.

Antónia saiu, correndo, de maus humores. A senhorita continuava a comer sossegada, arregalando seus belos olhos, que deitava de través; Artur lhe disse sério:

– Não sei para que faz inquietar toda a gente!... eu não ouvi nada.

– Ainda não é toda a gente, o senhor está bem pachorrento!... eu podia dizer-lhe que o ruído vinha da cavalharia, onde o seu cavalo estava dando o último arranco, e teria o gosto de ficar só à mesa... mas basta de gracejos... tenho que lhe dizer, coisa muito séria... vejo-me numa posição!... Se soubesse toda a minha malfadada vida!... Tenho medo de não ter tempo de lhe dizer o que preciso, e de ouvir os seus conselhos; fale-me à noite da janela do seu quarto.

– Para que?... em poucas palavras se dizem muitas cousas. Eu adivinho o que tem a dizer-me; ama pessoa que o senhor dom Luís não lhe quererá dar por marido?...

– Sim, amo!... exclamou ela, mudando o ar meio sério com que estava falando, em um ar teatral, e lançando-se-lhe nos braços prosseguiu:

– Sim, amo!... e tu não disseste tudo o que pensaste... sim, sim! desgraçadamente é verdade! tenho em meu seio o fruto do meu infeliz amor... estou perdida!... perdida sem remédio! salva-me ou me mato!...

Neste momento, em que o sobrinho de João Alberto estava já bastante embaraçado e confuso com a ação e falas da senhorita, entrou dom Luís e pôs o cúmulo à sua confusão e desgosto. O ancião se lançou sobre sua neta com uma faca. Pedrilho o desarmou. Pepa se assustou deveras, e erguendo as mãos quis por muitas vezes falar e comover seu avô; mas ele lhe impunha silêncio furioso e a cobria de improperios. Artur, vindo a si do seu assombro e agitação de espírito, pertendeu interceder em favor dela, mas recebeu em resposta:

– Cale-se, senhor!!! é mais culpado que ela; e, se eu o não mato, é porque espero que remedeie como lhe é possível o mal que fez. Eu bem queria que esta doida casasse com um ispanhol, mas já que as cousas chegaram a este ponto, farei da necessidade virtude. Case com ela e leve-a para casa de seu pai; quando eu morrer, virá buscar o que lhe pertencer.

O mancebo estava com a boca meia aberta e os olhos espantados; custou-lhe a intender o que lhe era imputado, e o que se exigia dele, ainda que a linguagem de dom Luís fosse explícita. Pepa o encarou, e escondeu apressada o rosto para ocultar a palidez ou as lágrimas, talvez o riso. Passado um pouco, tirou as mãos das faces e voltando-se para Artur lhe disse com ênfase:

– Meu amor, que mais queremos? *grand-papá* nos perdoa e nos casa.

O sobrinho de João Alberto falou a dom Luís com dignidade, força e verdade; mas não foi acreditado, dom Luís o ameaçava umas vezes de escrever a seu pai, outras de chamar em sua ajuda a justiça; e Pepa exclamava:

– Artur, meu amor, tem piedade de nosso filho!... Ao menos por causa dele, recebe-me por tua mulher, que eu juro hei de ser tão boa esposa e mãe terna, como tenho sido amante apaixonada, fiel e extremosa.

Artur conhecia que o ancião tinha razão em supô-lo culpado, e sujeitou-se, para fazer-lhe a vontade, a ficar preso, sob palavra, no seu quarto, até se aclarar a verdade. Pepa lhe causava horror naquele momento.

CAPÍTULO VI

Não há mal que sempre dure, nem bem que não acabe – Adágio.

Passeiava Artur no seu aposento, de péssimos humores, comparando consigo mesmo Pepa a quantas raparigas conhecia; e, por galante e linda que ela fosse, não havia nenhuma por mais feia e desazada que ele lhe não preferisse. Chegou à janela, ouviu a voz da senhorita, e apressado se recolheu para dentro, mas ainda lhe ouviu gritar:

– Ah!... nós estamos a fogo e sangue!... melhor, meu infiel, nada me diverte tanto como barulho, a guerra; mas sempre lê essa carta de armistício: e uma carta, embrulhada num lenço e num livro, lhe veio cair aos pés. Ele quis rasgá-la, e lançá-la ao pátio, mas Pepa tinha se recolhido, e seria uma desfeita em pura perda; abriu a carta e leu.

“Lê com reflexão, e pensa antes de te decidires: daqui a uma hora mandarei a minha cesta-correio procurar a resposta: não te acanhes, ainda que vejas algum criado no pátio; eu sou sobranceira a toda essa bicharia que me rodeia, e eles não se atreverão a boquejar a meu *grand-papá* nada a meu respeito. Mas em que estou eu perdendo tempo?!... Vamos ao mais bonito. Misericórdia de Deus!... em que labirinto me metil!... Só um fio me pode tirar dele, e esse fio só tu mo podes dar: o fio de que preciso é dinheiro. Manda-me a tua bolsa para que eu cole em meus ombros as asas com que devo voar. Compras barato a minha ausência; e quantos remorsos e angústias te não deve causar a presença duma inocente que tu iludiste!... Ingrato!... depois de me seduzires, me mostras desprezo!... eis como os

homens são!... bem mo dizia meu *grand-papá!*... Mas se me não dás a tua bolsa, para que eu vá chorar num retiro a tua malvadeza, serei vingada! Meu *grand-papá* tem muito dinheiro, amigos e parentes, a justiça é por ele, obrigar-te-á a casares comigo, quando mesmo seja preciso levar-te maniatado ao altar. Adeus, meu amante... meu tirano, meu déspota... a bolsa ou a vida!

Sou sempre a tua fiel e meiga amante
Pepa.”

O mancebo teve a sustentar uma luta interior; parecia-lhe ser cúmplice das loucuras de Pepa, dando-lhe dinheiro para evadir-se; mas o medo de ser obrigado a casar com uma tal criatura o assoberbava. Chegou a cesta-correio, ele lhe arremessou a sua bolsa, e fechou a janela. Deitou-se sobre o leito com uma furiosa dor de cabeça. Veio a noite, ouviu bater-lhe da parte de fora da janela, cuidou ser a senhorita que descia do seu quarto por alguma escada para o pátio, e correu a ela para pedir-lhe tornasse a subir e não abandonasse a casa de seu avô; mas em vez de Pepa viu Lazarilho, o qual lhe disse com a sua cara de parvo:

– Fiz o que *usted* me mandou.

– E que te mandei eu? – perguntou o sobrinho de João Alberto espantado.

– Que lhe trouxesse o cavalo do pátio, que abrisse o portão, e que botasse uma escada a esta janela para *usted* descer.

– Vai-te daí! sonhaste todas essas cousas!

O *muchacho* ficou a olhar com a boca aberta como se não intendera. Artur lhe ordenou de guardar seu cavalo, e fechou-lhe a janela na cara.

Depois de toda a noite pensou que aquelas ordens só podiam ter sido dadas a Lazarilho pela senhorita, para safar-se do seu cavalo; e esta lembrança não lhe permitiu dormir com sossego; de manhã porém pior lhe sucedeu que receber a nova da perda do seu cavalo que se achava na cavalharia; viu-se acusado de ter ajudado Pepa a evadir-se e de a querer seguir; foi fechado num aposento, donde não lhe seria possível escapar-se, e teve a sofrer a indignação e cólera de dom Luís. Dali em diante foi apouquentado e consumido pelo pobre velho, que diariamente o ia atormentar para que lhe desse conta de sua neta, servindo-se umas vezes de ameaças, outras de súplicas. O desespero do mancebo havia chegado ao último extremo, quando uma manhã lhe veio dizer Pedrilho que o seu cavalo estava pronto, que podia partir quando quisesse, e que o senhor dom Luís, ciente de ter sido muito

injusto com ele, lhe mandava pedir mil perdões, e não tinha ânimo de o tornar a ver. O mancebo partiu da malfadada habitação e dirigiu-se à cidade de S. Tiago. Chegando a esta porém recebeu duas cartas que despedaçaram sua alma, e lhe deram a decisão de partir imediatamente para a pátria. Uma das cartas era de seu tio, que havia recebido novas do seu porte por dom Luís, e o repreendia asperamente; amaldiçoava a hora em que o mandara à casa dum velho parente para desonrá-lo, e ordenava-lhe casasse imediatamente com a neta de dom Luís, e não voltasse mais a Portugal. A outra carta era de Inácio, a noticiar-lhe que todos os seus amigos e parentes estavam mal com ele, exceto Ernestina, que dizia não se devia condenar um ausente, e que punha o peito à bala para defender a honradez do seu caráter. Se foi com malícia que Inácio lhe dava estas informações, surtiu efeito essa manhã. Artur começou pensando que não havia rapariga mais ajuizada, mais amável e melhor que sua prima. Mil vezes leu a carta de Inácio, e quando chegava ao sítio em que miudamente lhe narrava ele o que Ernestina dizia a seu tio, para o reconciliar com o sobrinho, os elogios que ela dava às boas qualidades de seu primo, e as meiguices que fazia ao tio para que ele perdesse seu mau humor, chorava de ternura e se insoberbecia de que alguém tivesse tão boa opinião dele que, apesar das maiores razões para o achar culpado, o tinha por inocente.

Os manejos e vivacidade de Pepa lhe haviam feito esquecer Carminda, e as loucuras e ruindades da primeira lha tornaram odiosa, e agora a bondade de Ernestina o inclinava a seu favor. No entanto ele julgava-se o modelo da fidelidade, e se lhe falassem em Carminda, diria:

– Amá-la-ia sempre, se pudesse amar uma mulher depois de ter sido o bobo e a vítima duma mulher; mas Pepa me fez desgostar de todo o seu sexo, aborreço todas as mulheres.

Ernestina não era uma mulher, era sua prima... e era um anjo.

CAPÍTULO VII

Ninguém diga que está bem – Rifão.

Chegara o sobrinho de João Alberto a Viana do Castelo, e tencionava demorar-se ali para descansar, e escrever a seu tio, e a Inácio. Descuidado ia ele pela rua do Bandeira, quando de repente uma senhora, vestida com muita

extravagância, e acompanhada por uma mulher tão mal amanhada que parecia um espantalho, se lhe atirou ao pescoço, bradando:

– És tu, meu amorzito?... Ah! quanto sou feliz!... Estás cada vez mais terno, e fiel; não é assim, meu Artur?!!

A gente que passava parou a olhar esta cena, tão fora do comum. Artur forcejava por livrar-se dos braços de Pepa (pois que já se vê, quem usaria de tais palavras e gestos) e ela procurava retê-lo; e o povo cada vez mais se apinhava. Conseguiu a vitória o mancebo, como era de esperar, e tendo-se escapado por entre as pessoas que o cercavam, foi direto à hospedaria, montou a cavalo e partiu. Entrementes Pepa, que havia seguido um pouco Artur, conjurando-o, ora com brandas expressões de afeto, ora com terríveis ameaças, de parar, e ouvi-la, fez alto, e batendo com o pé no chão, exclamou:

– Grandessíssimo ingrato! depois de eu te fazer tanta honra... de te haver escolhido como marido... para seres pai de meu filho... abandonares-me!... Vou me deitar a afogar, e o meu espectro te seguirá como a tua sombra!

O povo achava esta bela moça muito extraordinária e foi-a seguindo curioso.

Ela parou à porta de uma casa, fez uma graciosa ação de agradecimento aos que a seguiam e disse:

– *Muchas gracias*, cavalheiros e donas, agradeço o cortejo e o despeço: *allad con Dios*, que por hoje não há mais divertimento: não cuidem *ustedes* que serei tão tola que me afogue por causa de um infiel: *hombres* não faltam no mundo.

O mancebo fugitivo não se deteve mais; voava, não corria. Chegou ao Porto, meio morto de fadiga e de cuidados. João Alberto, que sua sobrinha e seu amigo tinham pouco a pouco adoçado, recebeu seu sobrinho, meio cá, meio lá, mas quando este lhe fez uma narração fiel de tudo que lhe havia sucedido, exclamou ele, abraçando-o com lágrimas nos olhos:

– Meu querido filho!... meu rico Artur!... *verdade seja*, fui bem estúpido em dar fé às calúnias que diziam de ti!... bem me dizia a minha amada Ernestina!... Aquilo que é rapariga!... pode-se procurar com um prego aceso, que se não acharão duas Ernestinas no mundo!...

O mancebo aprovou a asserção do tio com vivacidade; e quando viu sua prima, lhe deu muitos e ternos agradecimentos pelo conceito que dele formava, e por o defender com tanto fogo.

Os desejos do bom tio foram-se realizando; Artur, depois do seu regresso, não sabia que lhe não trouxesse notícias de Ernestina e de sua mãe: se elas vinham visitá-los, não saía de casa; e se às vezes se desincontrava delas, mostrava grande desgosto. Apesar da sua nova afeição (que ele ainda não conhecia às claras) julgou Artur do seu dever procurar Carminda, e soube que, na sua ausência, ela tinha saído do Porto; e dizia-se que um parente desconhecido lhe dera um dote, com ajuda do qual esposara um rapaz bem estabelecido. Não deixou de se ressentir o primo de Ernestina de que tão depressa o esquecessem, ainda que ele não fora mais constante; mas em pouco se consolou da inconstância alheia com a inconstância própria.

Ernestina tinha muito merecimento; e seu tio e Inácio ajudavam a força desse merecimento, tecendo-lhe contínuos elogios diante de Artur, que cada vez mais se lhe ia afeiçoando. Porque razão a tinha ele visto tanto tempo com olhos indiferentes; e agora se enamorava dela?... são esses segredos do coração, que só ele intende.

João Alberto não cabia em si de contentamento; seu sobrinho lhe havia dado parte da sua paixão por Ernestina, e havia dito a seu sobrinho:

– *Verdade seja*, meu filho, se chega o dia de te ver casado com a minha linda Ernestina, estalo de alegria! mas deixemos passar algum tempo; tu tens sido volúvel, e eu quero que ela seja ditosa!...

Artur se desfez em protestos de constância e fidelidade; se até ali tinha variado de afeições, é porque havia colocado mal o seu afeto; e também (dizia ele, como é costume em tais circunstâncias) só agora amava com todas as veras do seu coração. Tantas foram as razões e rogos do mancebo, que seu tio consentiu que ele falasse a sua prima nas suas tenções, e incumbiu-se de conseguir dos pais dela o seu assentimento à união dos dous primos.

Estava João Alberto livre do maior incómodo da gota e foi seu sobrinho passar algum tempo numa quinta em Campanhã; queria à força levar também para ali Ernestina; mas a mãe desta, sabendo melhor o que convinha a sua filha, não o permitiu. João Alberto viu-se obrigado então a dizer a sua irmã, que queria Ernestina

perto de Artur para que se namorasse dele, com quem a queria casar e pelo qual era amada; mas a prudente mãe mais insistiu na sua recusa, dizendo:

– Pede-me tudo o que quiseres, João Alberto, menos isso. Não quero jogar minha filha, nem arriscar a sua felicidade. Se ela casar com seu primo, sei que o há de amar; se não casar, bom será que o não ame mais do que ao presente!

Apesar de toda a sua prudência, não podia a mãe de Ernestina deixar de ir com ela visitar seu irmão; e logo que João Alberto as viu em sua casa, fez com que Artur fosse passear à quinta com Ernestina, bem contra vontade da mãe, que se calou, porque às vezes as mostras de grande precaução são nocivas; mas prometia a si mesma de não voltar a Campanhã, ainda que para isso fosse preciso sangrar-se, ou tomar a santa unção.

O mancebo porém não perdeu o tempo, e neste passeio disse tudo o que tinha a dizer; parecendo-lhe de bom agouro o pejo e confusão com que era ouvido, disse a sua prima que seu tio a queria pedir o seu pai para ele, mas que desejava antes saber se ela consentiria de bom grado em ser sua esposa. Ela respondeu timidamente, que estaria por tudo que seu pai quisesse.

Esta resposta tão seca pareceu demasiada reserva àquele que tinha presenciado a desinvoltura de Pepa; e incostando a cabeça ao banco em que estavam sentados, ficou mergulhado em melancólicas cogitações. “Teria Ernestina alguma paixão?...” e ele passava em revista todos os mancebos que mostravam vê-la com gosto, e não havia um só do qual não fosse zeloso nesta ocasião de dúvida.

Ernestina se penalizara de vê-lo triste e taciturno, e com pouco podia alegrá-lo: mas era tímida e delicada, e esperava que ele, de per si, recuperasse sua alegria, sem que ela interrompesse pensamentos que pouco mais ou menos adivinhava. Ela olhava, sem ver, para as árvores e as flores, quando avistou uma célebre e linda desconhecida vir direita a eles. Ernestina não se atrevia a chamar a atenção de seu primo, porque a estrangeira lhe sorria com uma expressão tão zombeteira, e a olhava com vistas tão penetrantes, que ela não ousava fazer um gesto ou dizer uma palavra. A desconhecida chegou a ela quase correndo e lhe deu dous beijos. Ernestina soltou um grito, desviando o rosto, e Artur se ergueu espantado, gritando:

– Pepa!...

– Sim, sou Pepa – respondeu ela com vivacidade – Ah! traidor!... tantos protestos de amor, antes de seres meu marido... e depois... ingrato... perjuro...

Pepa fez uma cara, como as crianças que querem chorar sem ter vontade, e cobrindo o rosto, soluçou fortemente, olhando, por entre os dedos, para os dous primos. Artur lhe disse furioso:

- Mulher indigna!... inventar tantas falsidades para me desgraçar...
- Meu marido!... meu maridinho!... – interrompeu a senhorita.

Ernestina estava sem movimento; tinham-lhe dito que na verdade seu primo era inocente, como ela o julgava; mas não quis sua mãe que se lhe dissesse que havia no mundo uma rapariga do porte de Pepa, de sorte que, não estando prevenida, acreditava o que lhe ouvia. Levantou-se para se retirar; seu primo a deteve bradando:

- Espera, Ernestina, espera!... não acredites esta infame!...

Ernestina procurava livrar-se de Artur, que a detinha pelo vestido, e Pepa a ajudava, dizendo no entanto ao mancebo:

- Deixa-a ir, meu marido, deixa-a ir; nós só ficamos melhor.

Ernestina, conseguindo desprender-se, disse muito séria a seu primo, antes de se retirar:

– Artur, respeita e faze respeitar tua mulher... ama-a e faze-te amar dela... é o teu dever. E retirando-se precipitadamente, foi ao sítio mais oculto chorar amargas lágrimas.

Pepa quis pegar numa mão do mancebo e lhe disse:

- Assenta-te aqui, tenho que dizer-te.

Mas ele, fazendo um arremesso, bradou:

- Deixa-me, ou te mato!...
- Cuidas que sou algum mosquito!...

Depois, vendo-o fugir-lhe e procurar Ernestina, o seguiu um pouco, chamando:

– Artur, respeita e faze respeitar tua mulher... ama-a e faze-te amar dela... é o teu dever...

Tendo-o perdido de vista, deu uma estrepitosa gargalhada.

CAPÍTULO VIII

Não está sempre o demo atrás da porta – Rifão.

Estava só na sala João Alberto com seu cunhado com Inácio, (a mãe de Ernestina, tardando-lhe sua filha, havia ido em sua busca): Pepa entrou na sala sem cerimônias e lançou os olhos por toda ela a procurar Artur; não o vendo, perdeu alguma expressão que tinha em seu olhar, e perguntou com uma casca de acanhamento que usava poucas vezes, mas com um excesso que a tornava risível, qual dos cavalheiros era o senhor João Alberto. Ele, que fora só quem se não levantara ao ver a desconhecida, se ergueu, tirando o barrete e dizendo:

– É este seu criado, minha senhora.

Pepa, mudando de maneiras, lançou para trás das costas o seu acanhamento de incomenda e atirou-se ao colo de João Alberto, cobrindo de beijo suas cãs.

– Agora esta!... clamou João Alberto, nunca me sucedeu uma cousa assim!... se eu sequer fosse novo!...

Ele e companheiros assentaram que era uma demente e lamentaram em seus corações a infelicidade de uma tão linda pessoa.

– Então não me diz nada?... Venho de tão longe procurá-lo e não me diz: “Bem-vinda sejas?...” – disse ela continuando a apertar João Alberto em seus braços. E ele exclamou:

– *Verdade seja*, nunca vi uma doida mais galante e sedutora.

– Ó meu tio!... eu não sou tola... sou sua sobrinha.

– Felizmente tenho uma sobrinha muito ajuizada.

– *Pero* ainda me não viu o juízo, meu tio... olhe que me enche todo o espaço da bola.

– Estimo muito, mas, *verdade seja*, Deus me livre de ter uma sobrinha com maneiras de sobrinho.

– Pois então serei sobrinho; que mais quer? estou por tudo.

– Pois sobrinho ou sobrinha, vá com Nossa Senhora: tenho já uma cousa e outra, e estou muito bem servido. Podes procurar um tio que esteja disponível, que, *verdade seja*, és bem bom de facha, não hás de ter muito quem te rejeite por parenta.

Pepa entregou uns papeis a João Alberto, dizendo:

– Ora leia... e se depois me expulsar, irei, como diz, procurar fortuna a outra parte.

João Alberto, passado pouco, exclamou:

– E ainda vive este pequeno?... aonde está ele?

– Aqui, meu tio. Eu sou o Josezito, que até agora tenho tido a honra de me chamar Pepa.

João Alberto cobriu-o de beijos, e passado largo espaço de carícias e palavras soltas, disse aos amigos:

– Este é o filho que roubaram a meu irmão José, pouco antes dele e sua mulher morrer: é irmão do meu querido Artur.

– De Artur!... – exclamou Josezito – sou irmão do bom e amável Artur?... quanto estimo!... eu e meu avô pensávamos que ele era meu primo. Pobrezito!... Tenho-o feito comer ameixas de conserva.

– Ah!... tu foste a mal avisada Pepa, que tantos desgostos nos causou?

– Em carne e osso; mas venho dar as mãos à palmatória. O certo é que mereço compaixão... eu era muito infeliz na minha gaiola, e só achava distração a rir comigo mesmo dos outros e de mim.

– Mas, *verdade seja*, era uma extravagância, que não sei de que servia, fazer passar um rapaz travesso por uma rapariga tola.

– Mil *gracias* pelo elogio!... mas meu avô não tinha culpa nessa extravagância. Ele havia tido uma filha única, e como meu pai lha roubasse, e trouxesse para Portugal, foi tal sua zanga, que nunca se deixou abrandar, e enviou uma, que havia sido criada de minha mãe, em busca dela, com ordem de lhe roubar a primeira filha que ela tivesse. Antónia, a mencionada criada, foi iludida por minha mãe, que me chamava quase sempre a sua Pepa, porque eu parecia uma menina. Roubou-me e quando conheceu o logro, já não podia retroceder. Como a ordem terminante era para roubar uma menina, e Antónia queria o prêmio, enganou meu avô, e depois que eu fui crescendo me pediu, com muitas lágrimas, não a desmascarasse, temendo a cólera de meu avô.

Ernestina entrou com sua mãe seguida de Artur. Conhecia-se que ela tinha chorado, e ele mostrava inquietação. O mancebo só havia encontrado sua prima banhada em pranto quando sua tia chegava, e esta não lhe deu a ele licença de se explicar; sabendo a aparição de Pepa e suas loucuras, havia dito:

– Isto não val nada... eu em casa direi a Ernestina quanto essa rapariga é doida e ruim; e no entanto minha filha se contentará com a segurança que lhe dou de que o teu caráter é honrado.

Mas Ernestina não se contentava com isto, e menos Artur.

Pepa, ou Josezito, correu ao seu irmão para abraçá-lo; este o repeliu com aspereza. Seu tio lhe ordenou, rindo muito, que o abraçasse, e Josezito fez uns poucos de balanços para se lhe lançar ao pescoço, com a sua vivacidade ordinária, mas era sempre repellido; e de uma vez, apontando sucintamente para um buço que já coroava sua linda boca, lhe disse, à meia voz:

– Olha o que fazes!... se me rejeitas ainda esta vez, vou precipitar-me nos braços daquela linda senhorita, que eu beijei na quinta...

Artur ficou suspenso e deixou-se abraçar: pensando em quanto havia visto a Josezito praticar, murmurou-lhe ao ouvido:

– Antes quiseste um abraço para ti, por desagradável que te fosse, do que deixares abraçar a linda prima... Então tu és rapaz?...

– Para te servir, como até agora te servi... dá-me bons vestidos d’homem, e veremos se tu não ficas sem prima!...

– Cautela! se até agora te respeitava, é porque te supunha mulher!...

– *Verdade seja*, exclamou o tio, não sei que isto me parece!... que diabo cochicham vocês em segredo?... Temos negócio de brincadeira?... Não poderemos nós saber o que dizem?... Ah, minha irmã!... que tens, Ernestina?...

– Desmaiou com o calor da sala.

Artur correria à prima, mas sua tia lhe disse:

– Sai de diante dela, que lhe tiras o ar, e abres uma janela.

Ernestina voltou logo a si. Josezito se lhe aproximou. Ele tinha adivinhado donde lhe viera a falta de ar, e apesar das repetidas ordens de sua tia para que se arredasse, pegou nas mãos da menina.

– Como somos unidos pelos laços do parentesco, desejava pedir-lhe um abraço, e outro a minha tia, mas...

– Esta é tua consorte, Artur?... – perguntou a mãe de Ernestina, com tom seco a seu sobrinho. João Alberto declarou então o quiproquó e os laços de parentesco, que uniam o rapaz em trajés feminis à família. Josezito viu-se enfim abraçado mil vezes por seu irmão, e depois por sua tia e prima: ao apertar esta em seus braços, lhe disse:

– Ora venha esse abraço!... ainda que só seja refletidos que eu receba os raios do sol, sempre devem vivificar-me. E acrescentou baixo: Eu sou irmão de Artur, prima, quero um sigalhito do seu afeto.

– Como poudes o pacóvio de teu irmão – lhe disse seu tio – viver tanto tempo contigo e não conhecer o garoto, debaixo dos vestidos de rapariga?

– *Verdade seja*, tio, melhores barbas que as dele foram logradas.

– Ah, tratante! Já zomba de mim?!

– Pepa, disse Artur, hás de me dizer uma cousa; eras tu que fazias diabruras de noite em casa de nosso avô, e que ias passear no meu cavalo e no de dom Rolando?

– É verdade... tenho mais esses pecadinhos.

– E quem te ajudava nas tuas travessuras?

– A Antónia, que dependia de mim, e o Lazarilho, de quem dependia eu.

– O *muchacho* parvo?!...

– Foste também, assim como os mais, logrado nisso: ele fingia-se tolo por meus conselhos, para levar a vida. Ambos fugiram comigo de casa de meu avô. A Antonia foi comer do ganhado, e o Lazarilho vesti-o de mulher e trouxe-o por companhia: quis também impingir-lhe a espiga, que eu roí quinze anos; mas cuidei morrer de riso, quando lhe ajeitei um dos meus vestidos!... Não reparaste para ele em Viana, porque me fugiste apesar da minha ternura amantética; se me seguisses, eu te diria a verdade que hoje sabes, e riríamos ambos até mais não poder, ao incarmos a minha improvisada aia.

– Vão escrever ao seu avô para o sossegar!... ele tanto se mortificou com a tua fuga...

– Escrevi-lhe logo que cheguei a Portugal; não mais cedo, porque temia a cólera dele.

– E desde que saíste de sua casa, tens andado a vadiar?

– Ora invejas-me uma pouquita de liberdade?! tu, que tens sempre andado por tua conta e risco?...

João Alberto e seus sobrinhos escreveram logo a dom Luís, e receberam imediatamente a resposta. O ancião pedia a seu neto mais moço que o não deixasse, que lhe fosse fazer companhia, que amaria tanto o mancebo como amara a moça; e ao outro rogava o fosse ver e abraçar.

Os dous irmãos partiram breve, e passado algum tempo voltou Artur para casa de seu tio, e casou com sua prima; ventura que não fez estalar de alegria

João Alberto (como ele o anunciava muita vez) mas que o fazia rir e gracejar com todos, repetindo muita vez:

– *Verdade seja*, eu sou o homem mais ditoso do mundo!

FIM

11 de setembro de 1848

D. MARIA PERIGRINA DE SOUSA.

ÍRIS

PERIÓDICO DE RELIGIÃO, BELAS ARTES, CIÊNCIA, LETRAS, HISTÓRIA,
POESIA, ROMANCE, NOTÍCIAS E VARIEDADES

Colaborado por muitos homens de letras

Redigido por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha

Os capítulos de “Pepa” foram publicados no Tomo II do periódico, segundo semestre de 1848 (p. 562-648, com intervalos). Rio de Janeiro: Tipografia francesa, 1848.